



Ministério da Educação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História Social da Cultura Regional

Eduardo Augusto de Santana

História da Implantação e Desenvolvimento da
Freguesia de São Miguel do Ipojuca entre 1594 – 1780:
contada a partir dos seus engenhos açucareiros

Recife
2014

Eduardo Augusto de Santana

História da Implantação e Desenvolvimento da Freguesia de
São Miguel do Ipojuca entre 1594 – 1780: contada a partir dos
seus engenhos açucareiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História, Mestrado em História Social da Cultura Regional da
Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito
parcial a obtenção do título de Mestre em História

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suely Cristina Albuquerque de Luna

Recife
2014

Ficha catalográfica

S232h Santana, Eduardo Augusto de
História da implantação e desenvolvimento da freguesia
de São Miguel do Ipojuca entre 1594 – 1780: contada a
partir dos seus engenhos açucareiros / Eduardo Augusto de
Santana. – Recife, 2014.
190 f.

Orientadora: Suely Cristina Albuquerque de Luna.
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura
Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de História, Recife, 2014.
Referências.

1. Mata úmida 2. Ipojuca 3. Sociedade colonial
4. Engenhos açucareiros I. Luna, Suely Cristina
Albuquerque de, orientador II. Título

CDD 981.3



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FREGUESIA
DE SÃO MIGUEL DO IPOJUCA ENTRE 1594 – 1780: contada a partir dos seus
engenhos açucareiros

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

Eduardo Augusto de Santana

APROVADA EM 17 / 07 / 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Suely Cristina Albuquerque de Luna
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof.ª Dr.ª George Félix Cabral de Souza
Programa Pós-Graduação em História– UFPE

Prof.ª Dr.ª José Luiz da Mota Menezes
Programa Pós-Graduação em História– UFPE ,

Dedicatória

Ao meu pai Erivaldo Severino de Santana “Mano” que, apesar de não mais estar entre nós continua sendo, para mim, a melhor referência de vida, trabalho, integridade, honra e pai que um homem poderia ter. Obrigado meu pai e até breve !!!

Agradecimentos

Os agradecimentos são neste trabalho uma parte tão importante quanto qualquer outra, pois todos os acertos presentes nele são frutos da colaboração de muitas pessoas que me auxiliaram durante a pesquisa. Desta forma, sou profundamente grato a todos.

Assim, inicio os meus agradecimentos pela minha família por ter me apoiado e incentivado ao longo de minha vida pessoal e acadêmica. Agradeço especialmente aos meus pais, Erivaldo Severino de Santana (*In Memoriam*) e a minha mãe Marilene José de Santana cuja educação, ensinamentos, confiança, dedicação e amor serviram para moldar o meu caráter e contribuir para a minha formação humana e profissional. A minha avó e segunda mãe Hilda Ferreira de Santana (*In Memoriam*) pelos ensinamentos e exemplos de honestidade, esperança, fé, caráter, generosidade e bondade, além de ter me ensinado a amar a Deus. Sendo ela uma pessoa cuja saudade irei levar comigo por toda a minha vida. As minhas irmãs Edione Maria de Santana Alves, Elaine Cristina de Santana Menezes e meus sobrinhos Ana Clara de Santana Alves, Antonio Pedro de Santana Alves e Sophia de Santana Menezes pela amizade, respeito e carinho que nutrem por mim. A minha tia Marlene José de Santana e ao meu tio Mario José de Santana que sempre motivaram e apoiaram os meus estudos.

À minha companheira e futura Assistente Social Uli Nogueira que sempre esteve ao meu lado e pelos sacrifícios que se dispôs a fazer para que pudesse levar adiante os meus projetos profissionais. Saiba que lhe serei eternamente grato e que sem você este trabalho não teria sequer tido início. E, por fim, a minha “tampinha” Maria Eduarda Nogueira de Santana, o amor da minha vida, que sempre estará em primeiro lugar no meu coração.

À Professora Dra. Suely Cristina Albuquerque de Luna, minha orientadora, desde o meu primeiro Pibic até o Mestrado e que sempre me auxiliou em minha formação acadêmica, além de grande incentivadora, crítica e motivadora deste trabalho. Agradeço pelo seu apoio, paciência, pelas palavras de incentivo e por acreditar em meu potencial acadêmico.

À professora Dra. Kalina Vanderlei Silva, agradeço pela leitura criteriosa dos textos, seus questionamentos, sugestões, críticas e material concedido para a elaboração deste trabalho. Sempre serei grato pela imensa contribuição que deu para o amadurecimento deste trabalho e o meu crescimento acadêmico. Obrigado Kalina pelas

suas orientações e pelo tempo que disponibilizou para discutirmos os rumos deste trabalho. Agradeço também ao Professor Dr. Ricardo de Aguiar Pacheco, que contribuiu para minha formação desde a graduação e, se fez presente também durante minha pós-graduação através das sugestões de leitura, orientações teóricas e organização deste trabalho.

O meu muito obrigado à Professora Dr. Ana Lucia do Nascimento Oliveira por ter me acolhido no início de minha graduação na qualidade de minha orientadora da bolsa BIA-Bolsa de Incentivo Acadêmico. Também lhe sou grato pelas oportunidades que me proporcionou ao permitir que integrasse a equipe de alguns dos projetos de pesquisa e extensão coordenados pela senhora e a Prof^a. Suely Luna, pois, através destes trabalhos, pude me desenvolver e aperfeiçoar enquanto pesquisador e acadêmico.

Ao Professor Dr. George Felix Cabral agradeço pela gentileza em ter me concedido material de pesquisa e pelas sugestões de leituras. Também devo meus agradecimentos ao Professor Dr. José Luiz da Mota Menezes por ter aceitado fazer parte da banca de avaliação deste trabalho e pelas importantes sugestões e correções que sugeriu no mesmo.

Agradecimentos às instituições de ensino e pesquisa, cuja existência tornaram possível esta pesquisa e a elaboração desta dissertação de Mestrado – a Fundação Joaquim Nabuco; o Gabinete Português de Leitura; a Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco; e ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) - que abriram as suas portas e disponibilizaram os seus arquivos para que, pudéssemos levar adiante este trabalho, enriquecendo-o por meio do levantamento bibliográfico das fontes primárias e secundárias, utilizadas para a conclusão deste texto. E como não poderia deixar de ser, agradeço aos padres do Convento de Santo Antônio em Ipojuca e, ao pároco da Igreja de Nossa Senhora do Ó, pelos materiais disponibilizados, e em especial ao Frei Beto por sua boa vontade e simpatia. Agradeço também ao pessoal da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Ipojuca pelas informações e material disponibilizado, assim como aos moradores e funcionários dos engenhos visitados durante os trabalhos de campo.

Teço agora, os meus sinceros agradecimentos a Universidade Federal Rural de Pernambuco que após quatro anos e meio como estudante de graduação, novamente me acolheu na condição de aluno de Mestrado deste ilustre centro acadêmico. Agradeço ainda, ao nosso Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional pelo seu excelente corpo docente; suas coordenadoras Dr. Ângela de Faria Grillo e

Alcileide Cabral do Nascimento e ao seu secretário Rafael Cipriano por sua presteza. Também, não poderia deixar de agradecer às professoras doutoras Izabel Cristina Martins Guillen, Jeanne Menezes e Suely Creusa de Almeida pelas sugestões e dicas de leituras. E a todos os colegas de Mestrado pelo companheirismo e frutíferas discussões acadêmicas. Bem como, ao Laboratório de Arqueologia do Núcleo de pesquisa (NUPESQ) ligado ao Departamento de História da UFRPE.

Agradeço a Capes, a qual devemos, em parte, à continuidade deste importante trabalho de resgate de uma parte da história de Ipojuca, lugar de grande relevância para a história e memória do povo pernambucano, pois a ausência do seu apoio tornaria bastante penosa e árdua esta pesquisa, haja vista que, o seu financiamento viabilizou as pesquisas de campo e a aquisição de importantes fontes de consultas bibliográficas imprescindíveis ao desenvolvimento desta escrita, além de proporcionar viagens para congressos, simpósios e outros tipos de eventos acadêmicos.

Por outro lado, não poderia deixar de abrir espaço aqui, e tecer sinceros agradecimentos aos companheiros Rodrigo Ibson, Natalli Emmanuelle, Josué Lopes, Elba Cunha, Pollyana Calado e Gustavo Mendonça pelas contribuições e aconselhamentos que foram bastante úteis a este trabalho. Aos amigos Marcone Alves, Fernando Barcelos e Marcelino Anderson grandes companheiros de trabalho e aventuras no saudoso Projeto Expondo Cultura. Agradeço ainda o apoio dos amigos Rafael Medeiros de Oliveira e Geraldo Antunes pela amizade incondicional e pelo apoio. Por outro lado, não poderia deixar de homenagear ao meu saudoso amigo Alexandre Elias (*In Memoriam*) que tão cedo partiu desta vida, e que, onde quer que esteja saiba que sempre lhe terei em alta conta. Agradeço também, ao amigo e Mestre em Geografia Joazadaque Souza pela revisão do primeiro capítulo deste trabalho. Agradeço também a Yasmin Cristina dos Santos e a Ângela Maria dos Santos pela revisão e correção gramatical do texto.

E por fim, agradeço ao senhor Deus por ser presente em minha vida e nunca ter me desamparado nos momentos mais difíceis que já vivi até aqui. Agradeço-lhe e peço que continue sempre presente, na pessoa do Senhor Jesus Cristo, na minha caminhada nesta vida e além.

Obrigado!!!

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não servidão dos homens¹

¹ BLOCH, Marc, **A Apologia da História**. In: LE GOFF, História e Memória. Campinas: Unicamp, 2013. p. 477.

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado, intitulada “*História da Implantação e Desenvolvimento da Freguesia de São Miguel do Ipojuca entre 1594 – 1780: contada a partir dos seus engenhos açucareiros*”, possui uma proposta de pesquisa histórica direcionada para uma História Social e Ambiental do processo de consolidação da freguesia de São Miguel do Ipojuca enquanto grande centro produtor de açúcar da região da Mata Úmida de Pernambuco. Buscando ainda, em sua elaboração seguir referências teóricas e metodológicas que nos ajudassem a compreender as ações dos grupos sociais do passado a partir dos interesses que guiavam as suas ações naquele meio. Com este intuito faremos uso dos mais diversos tipos de fontes: iconografias, cartografia, fontes escritas e cultura material. Essas fontes, por sua vez, serão discutidas à luz da bibliografia utilizada, a fim de situar o objeto de nossa pesquisa neste trabalho, a Freguesia de Ipojuca, em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Sem, todavia, ignorar o recorte político e geográfico da Mata Úmida e da própria capitania de Pernambuco.

Palavras-chaves: Mata Úmida; Ipojuca; Sociedade Colonial; Engenhos Açucareiros

ABSTRACT

The present Thesis of Master's, entitled "History of the Founding and Development of the Parish of St. Michael the Ipojuca between 1594 - 1780: counted since its sugar mills", have an historical research proposal directed for a Social and Environmental History of the process of consolidation of the parish of Ipojuca while large producer center of sugar the Humid Forest region of Pernambuco. Looking for still, in his preparation, pursue theoretical and methodological references that helped us to understand the actions of social groups of the past based on the interests that guided their actions in that environment. For this purpose we will make use of several types of sources: iconography, cartography, written sources and material culture. These sources, in turn, will be discussed in the light of the literature used in order to discuss and situate the object of our research in this paper, the Parish of St. Michael the Ipojuca in their political, economic, social and cultural aspects. No decontextualizes it, however, the political and geographic divisions of the Humid Forest and why not, the context of his own captaincy of Pernambuco.

Keywords: Humid Forest; Ipojuca; Colonial Society; Sugar Mills

LISTAS

Lista de Fotografias

FOTO 1 – Leito do Rio Ipojuca nos arredores de Ipojuca - Sede.....	43
FOTO 2 – Canavial nos arredores de Ipojuca - Sede.....	46
FOTO 3 – Casa de moradia – Engenho Tapera em Ipojuca.....	146
FOTO 4 - Capela de São Cosme e Damião – área de implantação – Engenho Tapera.....	148
FOTO 5 - Lateral esquerda da capela – Detalhe da Sineira e Sacristia nos fundos.....	149
FOTO 6 – Lateral direita da capela – Detalhe do contraforte.....	149
FOTO 7 – Interior da capela e túmulo parietal na lateral esquerda – Detalhe do Altar-Mor.....	150
FOTO 8 – Porta de acesso a Sacristia no interior da capela – Detalhe da Pia engastada na parede no fundo da imagem.....	150
FOTO 9 – Sino localizado na capela com datação em alto relevo do Século XVIII (1799).....	151
FOTO 10 – Local de implantação da Capela de Santa Luzia – Engenho Tabatinga.....	154
FOTO 11 – Interior da capela – Detalhe do Altar-Mor.....	154
FOTO 12 – Pátio interno, Cruzeiro e Capela.....	155
FOTO 13 – Vestígios de alicerce e piso entre a capela e o arruado.....	155
FOTO 14 – Vista panorâmica, a partir da área onde a capela esta implantada, das terras do engenho e dos arruados inseridos no sopé da meia encosta.....	156
FOTO 15 – Arruado – Perspectiva do lado direito do seu alpendre e parede lateral direita – Engenho Tabatinga.....	157
FOTO 16 – Perspectiva do lado esquerdo do seu alpendre – Detalhe da base do arruado.....	158
FOTO 17 – Vista da parede lateral esquerda do arruado.....	158
FOTO 18 – Janela – Detalhe da espessura da parede.....	159
FOTO 19 – Casa de moradores – Engenho Trapiche.....	161
FOTO 20 – Perspectiva da lateral esquerda da casa – Detalhe do alpendre.....	162
FOTO 21 – Restos do Arruado – Engenho Trapiche.....	163
FOTO 22 – Caminho de acesso do arruado.....	164
FOTO 23 – Lateral esquerda do arruado – Detalhe da porta interditada onde estar a janela.....	164
FOTO 24 – Desabamento da lateral direita do arruado – Detalhe dos tipos de materiais construtivos utilizados.....	165
FOTO 25 – Fundos do arruado – Detalhe das lesões progressivas na parede e telhado ao fundo em processo de desabamento.....	165
FOTO 26 – Tipos de materiais construtivos empregados na parede (Tijolos cozidos e Pedras de Rachões de riólitos) – Detalhe da espessura da parede (janela).....	166
FOTO 27 – Fachada da Capela de Nossa Senhora da Penha – Detalhe do seu frontão – Engenho Maranhão.....	169
FOTO 28 – Coro da capela – Detalhe das duas galerias laterais.....	169
FOTO 29 – Altar em madeira em avançado estado de deterioração.....	170
FOTO 30 – Detalhe da Sineira.....	170
FOTO 31 – Câmara mortuária – Detalhe da Seteira ao fundo.....	171
FOTO 32 – Área posterior a nave, onde estar localizada a Sacristia e os Túmulos parietais – Detalhe dos contrafortes.....	171
FOTO 33 – Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Oiteiros de Maracaípe – Detalhe do Cruzeiro, Sineira e do portão do Cemitério no canto direito da imagem....	174

FOTO 34 –Interior da capela – Detalhe dos nichos destinados às imagens sacras.....	174
FOTO 35 –Vista, a partir do Altar-Mor, da nave – Detalhe do local onde havia o Coro e o Forro em madeira da capela.....	175
FOTO 36 – Casa de retiro dos padres do Convento de Santo Antônio de Ipojuca – Detalhe da torre.....	175

Lista de Quadros

QUADRO 1 – Engenhos da Freguesia da Muribeca.....	102
QUADRO 2 - Engenhos da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão.....	103
QUADRO 3 – Engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo.....	103
QUADRO 4 – Engenhos da Freguesia de Sirinhaém e São Gonçalo do Una.....	104
QUADRO 5 – Engenhos da Freguesia de São Miguel do Ipojuca.....	105
QUADRO 6 – Análise do Quantitativo de Engenhos Reais Instalados na Mata Úmida entre os Séculos XVI e XVII.....	107
QUADRO 7 – Relação dos Engenhos de Ipojuca em 1770.....	110
QUADRO 8 – Análise Populacional da Freguesia de São Miguel do Ipojuca comparada às outras Freguesias da Mata Úmida.....	120

Lista de Figuras

FIGURA 1 - O carro de bois (1638) em um engenho de Serinhaém.....	54
FIGURA 2 – Aldeia (1670).....	97
FIGURA 3 – Serinhaim (1647).....	98
FIGURA 4 - Engenho, Sem data.....	127
FIGURA 5 - Paisagem Brasileira com Nativos Dançando e Capela	133
FIGURA 6 – Paisagem com Plantação (O Engenho) 1668.....	138

Lista de Mapas

MAPA 1-Configuração Territorial atual de Ipojuca.....	21
MAPA 2- Configuração Territorial atual da Mata Úmida.....	30
MAPA 3-Detalhe da Capitania de Pernambuco, extraído do Atlas Vingboons.....	35
MAPA 4-Principais Bacias hidrográficas da Mata Úmida de Pernambuco.....	36
MAPA 5-Distribuição das Bacias Hidrográficas e cursos fluviais.....	37
MAPA6-Brasil de 1556, feito por Giovanni Battista Ramusio.....	47
MAPA 7-Brasilia de 1642, feito por Johannes Blaeu.....	56
MAPA 8-Recorte territorial da Mata Úmida.....	57
MAPA 9-As capitanias do Brasil, feito por Luiz Teixeira, c.1585-1590.....	71
MAPA 10-Termos do Recife, Olinda e Terras de Engenhos e Fazendas.....	80
MAPA 11-Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado Vulgamente o Brasil, de João Teixeira.....	91
MAPA 12-Afbeeldinge van de Cabo st. Augustin met haer forten - 1656.....	92
MAPA 13 -De Santo Agostinho à Paraíba de 1634.....	99
MAPA 14 -Descrição de toda a costa e interior da Capitania de Pernambuco.....	101
MAPA 15-Freguesia de São Miguel do Ipojuca.....	121
MAPA 16- Núcleos Urbanos da Capitania de Pernambuco em 1780.....	123
MAPA 17-Disposição espacial dos Antigos engenhos e capelas de Ipojuca.....	141

INDICE

INTRODUÇÃO	16
1 A MATA UMIDA PERNAMBUCANA	29
1 – A Mata Úmida.....	30
1.1 – O Caminho das Águas na Mata Úmida.....	34
1.2 – A Mata Atlântica.....	44
1.3 – O Solo da Mata Úmida.....	49
1.4 - O Clima.....	52
2 A COLONIZAÇÃO DA MATA ÚMIDA PERNAMBUCANA	59
1 – A experiência portuguesa no plantio e produção do açúcar nas Ilhas do Atlântico – Século XV e XVI.	60
2 – O Tráfico Negreiro e o uso da mão de obra negra nos engenhos enquanto base da produção açucareira.....	62
3 – Os interesses político-econômicos no estabelecimento da Indústria Açucareira e a formação dos grupos sociais dominantes na capitania de Pernambuco.....	67
4 – Conquistas territoriais, Vilas Açucareiras e Implantação da Indústria açucareira na Mata Úmida.....	78
4. 1 - O Avanço da Empresa colonial na Mata Úmida.	81
4.2 - Implantações dos Núcleos Urbanos e Engenhos na Mata Úmida.....	93
3 OS PARTIDOS ARQUITETONICOS DAS EDIFICAÇÕES DE SÃO MIGUEL DO IPOJUCA	113
1 – A Freguesia de São Miguel do Ipojuca.....	114
2 - Os Partidos Arquitetônicos Implantados no Mundo Açucareiro: aspectos simbólicos e sociais.....	124
3 – Análise da Cultura Material, remanescentes do Período Colonial: engenhos Tabatinga, Tapera, Trapiche, Maranhão e Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Oiteiros de Maracaípe.....	140
3.1– Engenho Tapera.....	144

3.1.1 – Casa de moradia.....	145
3.1.2 – Capela de São Cosme e Damião.....	147
3.2 – Engenho Tabatinga	151
3.2.1 – Capela de Santa Luzia	152
3.2.2 -Arruado	156
3.3 – Engenho Trapiche.....	159
3.3.1 – Casa de moradia.....	160
3.3.2 – Arruado.....	162
3.4 – Engenho Maranhão.....	166
3.4.1 – Capela de Nossa Senhora da Penha.....	167
3.5– Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Oiteiros de Maracaípe.....	172

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS E FONTES.....	181
---	------------

INTRODUÇÃO

A chamada Mata Úmida de Pernambuco², região onde houve a implantação da freguesia de São Miguel do Ipojuca, foi palco ainda em meados do século XVI de uma das mais sangrentas guerras de extermínio já perpetradas na capitania de Pernambuco. Guerra esta, ensejada pelo avanço da empresa colonial sobre as terras dos índios nativos daquela região. Por outro lado, com as primeiras vitórias alcançadas pelos colonos na região e a necessidade de se consolidar nessas terras, o modelo de colonização adotada pela Coroa portuguesa no Novo Mundo, Ipojuca passará a se configurar como um importante ponto estratégico para o adentramento das frentes colonizadoras para as terras incultas ou sertões³. Se configurando, desta forma, em uma área de suma importância para o avanço da empresa colonial também no contexto da América portuguesa ainda em finais do século XVI, como também nos séculos XVII e XVIII.

Desta forma, o primitivo povoado de São Miguel do Ipojuca⁴ foi elevado a condição de freguesia, provavelmente, ainda no decorrer da segunda metade do século XVI. Já do ponto de vista geográfico, Ipojuca foi implantada numa das mais férteis regiões do que hoje chamamos de Nordeste⁵. Sendo agraciado com a presença de uma generosa cobertura florestal; uma extensa rede fluvial; ricos solos de massapé; e importantes portos naturais que irão contribuir para atrair para si pessoas das mais diversas origens e qualidades no decorrer dos séculos XVI ao XVIII⁶.

² O nome Mata Úmida é decorrente das altas precipitações pluviométricas que ocorrem na região, além das características de sua flora local que diferem da cobertura vegetal que ocorre, por exemplo, na chamada Mata Seca situada ao Norte de Olinda.

³ A esse respeito à pesquisadora Kalina Vanderlei da Silva, nos conta que as vilas açucareiras de Pernambuco se configuraram enquanto importantes depositárias de indivíduos, pobres livres, que acabavam sendo arrematados para integrar as campanhas de adentramento dos chamados sertões durante os séculos XVII e XVIII. In: SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010. p. 13-77.

⁴ O nome Ipojuca, vem do termo indígena do Tupi-Guaraní “**IAPUIQUE**”, que nesse dialeto significa água pútrida ou estagnada.

⁵ A esse respeito Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

⁶ A esse respeito das discussões a respeito das características geográficas da Mata Úmida de Pernambuco ver as seguintes obras, que também servem de embasamento ao primeiro capítulo deste trabalho. ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **PIRAPAMA: um Estudo Geográfico e Histórico**. Recife: Editora Massangana, 1984; DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos sobre a influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª Ed.- São Paulo: Global, 2004.

O recorte cronológico deste trabalho, por sua vez, se assenta entre os anos de 1594 e 1780, datas estas bastantes significativas para o entendimento e dimensionamento espaço-temporal da freguesia de Ipojuca nesta pesquisa. Neste sentido, a importância do marco inicial da pesquisa situado no ano de 1594 se dá em razão da primeira referência a um dos engenhos⁷ sob os quais recaiu as atenções deste trabalho nos referimos, neste caso específico, ao engenho de Santa Luzia, cujo proprietário Cosme Dias da Fonseca na ocasião da visitação do deputado do Santo Ofício da Inquisição Heitor Furtado de Mendonça a vila de Olinda, foi até aquela localidade, durante o chamado período de graça, com o intuito de obter uma audiência com o referido deputado do Santo Ofício⁸. Já o marco cronológico final deste trabalho se assenta no ano de 1780, data de construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Oiteiros de Maracaípe, também em Ipojuca. A importância desta capela recai no fato dessa construção se configurar como o único templo religioso da região feito em estilo barroco com cemitério ao lado. Justificando-se a inclusão deste bem cultural no fato de que, a análise das representações simbólicas e tipológicas de alguns tipos construtivos encontrados na freguesia de Ipojuca possuem uma relevante importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Sendo assim, ao longo de aproximadamente cento e oitenta e seis anos, à freguesia de São Miguel do Ipojuca, recorte espacial deste trabalho, deteve em seu espaço geográfico vários engenhos de açúcar e povoados que foram dirigidos por grupos sociais que se configuraram como os verdadeiros donos do lugar. Esses grupos, por sua vez, eram bastante heterogêneos e encabeçados tanto pela elite formada pelos senhores de engenho, homens que possuíam os equipamentos manufatureiros, quanto pelos lavradores de cana, encarregados das fainas agrícolas⁹. Mas, como se sabe, mesmo dentro desta elite local, composta por senhores de engenhos e lavradores, haviam

⁷ Podemos chamar de Engenho toda unidade produtora que no beneficiamento de sua produção recorrem, no dizer de Barlaeus, a "*maquinismos e construções inventadas*". Vale conferir, ainda, a definição de engenho no Vocabulário de D. Raphael Bluteau, o primeiro de ampla circulação no Império Português, onde diz que: "*ENGENHO. Força natural do entendimento, com a qual o homem percebe prompta, & facilmente o que lhe ensinam, aprende as sciencias, & artes mais difficultosas, inventa, & obra muytas cousas*". Entre as invenções está a "maquinaria" para a "fabricação" do açúcar. Por fim, num sentido mais amplo, são designados engenhos as grandes propriedades voltadas para a produção comercial do açúcar. In: SOARES, Mariza de Carvalho. **Engenho sim, de açúcar não**: o engenho de farinha de Frans Post. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.61-83, jan/jun 2009.

⁸ **Confissões de Pernambuco, 1594-1595**: primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Editadas por José Antônio Gonsalves de Mello. Documentos para a história do Nordeste. vol. 3. Editora Universidade Federal de Pernambuco, 1970. p. 32-33.

⁹ ANTONIL, André João, 1649 ou 50-1716. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. p. 76.

aqueles que se destacavam em razão do capital simbólico angariado por eles graças a posição que ocupavam naquela sociedade. Referimo-nos aqui aos grandes senhores de engenho que estavam no topo da elite e desfrutavam de uma ampla liberdade em suas terras. E como disse Gilberto Freyre, eles eram de fato os verdadeiros donos da Colônia, mais do que os vice-reis ou bispos¹⁰.

Por outro lado, no rastro da consolidação das conquistas naquela região surgiram ao longo dos séculos XVI e XVII diversos povoados açucareiros muitos dos quais, ao longo do tempo, se transformaram em freguesias e até em vilas. Citamos como exemplos, as freguesias da Muribeca, de Santo Amaro de Jaboaão, de Santo Antônio do Cabo, de São Miguel do Ipojuca, de São Gonçalo do Una e a freguesia e depois vila de Sirinhaém. Assim como, os povoados de Nossa Senhora de Nazaré e de Nossa Senhora do Ó. Esses núcleos urbanos com o passar do tempo acabaram se configurando em verdadeiros centros de ordenamento político, administrativo e religioso daquela região, além de se transformarem em importantes zonas de interesse econômico tanto para a capitania de Pernambuco, quanto para a Coroa portuguesa.

Em contrapartida, no cenário composto por essas antigas zonas produtoras de açúcar, as construções implantadas nas áreas rurais e sítios urbanos das freguesias açucareiras configuraram-se como representantes materiais de um tipo de sociedade barroca cuja base cultural seria herdada da cultura ibérica e cujos símbolos de poder político, econômico, religioso e social dos grupos dominantes seriam de certa maneira incorporados àquelas construções com vistas a legitimar o poder das elites locais, bem como sujeitar os grupos subalternos aos interesses desses grupos dominantes.

Entretanto, a esse respeito, segundo nos diz Suely Almeida, é impossível analisarmos a sociedade colonial portuguesa, a partir de uma única tradição cultural, seja ibérica, africana ou indígena. Pois, elas devem ser percebidas como experiências e, ao mesmo tempo, ferramentas utilizáveis no cotidiano, que perpassam “*questões morais, sexualidade, de família e da vida após a morte, temas cruciais para seres humanos independente da cultura*”¹¹.

Sobre a cultura política, cultural, social e simbólica do Antigo Regime, Nuno Gonçalo tece importantes colocações que nos levam a pensar sobre como a cultura

¹⁰ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006. p. 38.

¹¹ ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **História de Gente sem Qualidade**: mulheres de cor na capitania de Pernambuco no século XVIII. In: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson (Orgs). **História da Escravidão em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 38.

barroca do antigo regime português teria sido transplantada e incorporada no mundo açucareiro. Bem como ela seria usada pelos colonos enriquecidos com o açúcar em Pernambuco, com vistas a agregar valor simbólico ao seu já consolidado capital financeiro.

(...) a cultura política do Antigo Regime era adversa à rápida mobilidade. Com efeito, concebia a ordem social na hierarquia dos seus distintos corpos, sancionada pela tradição. Era uma ordem natural, cuja configuração devia ser imediatamente apreensível. Por isso, os poderes e as hierarquias legados pela história reforçavam-se e legitimavam-se na medida em que podiam ser olhados e ouvidos¹²

Se pensarmos nesses “poderes e hierarquias” citados acima por Nuno Gonçalo, que seriam inerentes à cultura da sociedade barroca que para obterem legitimidade precisavam ser “visto e ouvidos”, é possível que cheguemos à conclusão de que as construções (civis, religiosas e militares) inseridas no mundo açucareiro, assim como os ritos públicos, (as procissões religiosas, os castigos públicos, os cortejos de regozijo ou fúnebres) eram pensados com vistas a atender a essa necessidade de legitimação do poder dos grupos dominantes. E para que isso tivesse êxito, era necessário que as pessoas se reconhecessem como participantes e integrantes dessas manifestações simbólicas, públicas e privadas de ostentação, disciplinação religiosa e fausto, o que tornava essa ostentação simbólica do poder algo inteligível e apreensível ao conjunto da população livre e escrava que transitava em meio aquela sociedade.

Ainda sobre o tema, Roger Chartier nos conta que, certos grupos procuram impor uma autoridade à custa de outros por eles submetidos com vistas a legitimar ou justificar, para outro, determinadas visões, valores e condutas que imperam no mundo social.

As lutas de representações tem tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender o mecanismo pelos quais um grupo impõe, ou tentar impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio¹³

Desta feita, podemos supor que após a consolidação da indústria açucareira foram lançadas as bases, sob as quais, iria se tecer todo um sistema de valores sociais baseados na posse de terras, de escravos e de propriedades agrícolas. Criando nesse esteio segmentos sociais cujos estreitos laços com essa sociedade os farão requerer

¹² MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Elite e Poder:** entre o antigo regime e o liberalismo. 2ª Ed. Lisboa: ICS, 2007. p. 50.

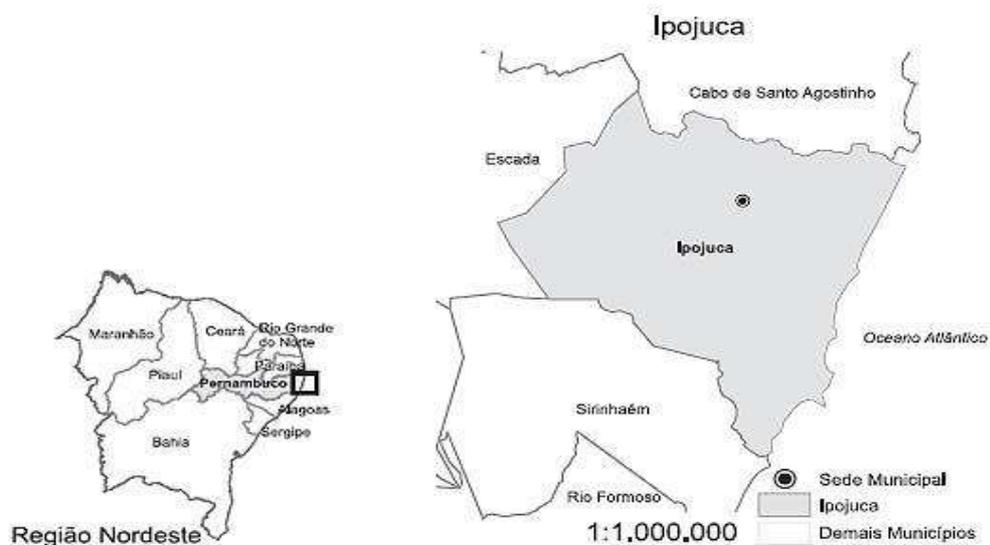
¹³ CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 17.

brasões denotativos que refletissem os seus respectivos *status* de distinção social. A esse respeito Raimundo Faoro afirma que a terra representava “*um instrumento de controle, de poder e de governo*”¹⁴, razão pela qual era considerada, juntamente com a posse de escravos, um símbolo social distintivo altamente cortejado no mundo colonial.

Sendo assim, o objeto de estudo desta Dissertação de Mestrado é o estudo da freguesia de São Miguel do Ipojuca. Tendo dentre os seus principais objetivos a serem discutidos, a importância político-econômica que Ipojuca deteve no cenário composto pelas freguesias açucareiras da Mata Úmida. Uma vez que, no passado se configurou como berço de algumas das principais famílias da terra que junto a outros clãs familiares da capitania de Pernambuco, através de laços de parentesco, ditavam as regras na sociedade colonial pernambucana. Sendo ainda, uma área para onde afluíram grandes capitais que foram investidos na dinamização de sua indústria açucareira transformando-a numa das zonas econômicas mais prósperas da região.

Portanto, ao problematizar a freguesia de São Miguel do Ipojuca no contexto da Mata Úmida pernambucana, nós pretendemos estudar os diversos fatores geográficos, ambientais, estratégicos, econômicos, religiosos, políticos e inclusive arquitetônicos que se imbricaram no processo de consolidação de Ipojuca enquanto importante área do sistema colonial português na capitania de Pernambuco. Não estando, todavia, dentre as pretensões deste trabalho esgotar esta temática, mas sim oferecer subsídios que possam contribuir para o entendimento e análise à este tipo de estudo. Além do mais, não é a nossa intenção tecer uma história total de Ipojuca ou mesmo da Mata Úmida de Pernambuco, mas, oferecer uma perspectiva de análise de sua problemática histórica que, por sua vez, possa abarcar as diversas fontes disponíveis para o entendimento de sua complexidade histórico-social e ambiental, haja vista que, as informações pertinentes a esta freguesia serem bastante escassas, dispersas e sob alguns aspectos até inexistentes. Por esta razão, buscamos através da interlocução das fontes utilizadas, agregar o maior número possível de informações que pudessem contribuir para o norteamento e desenvolvimento deste trabalho e sua escrita.

¹⁴ FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. vol. 1. São Paulo: Globo, 1996. p. 167.



Mapa 1 - Configuração Territorial atual de Ipojuca¹⁵

Ipojuca, diferente de outros sítios históricos urbanos e rurais que surgiram no início de nossa colonização como Igarassu, Olinda, Itamaracá, Recife e até mesmo Cabo de Santo Agostinho não tem uma historiografia própria consolidada. Portanto, Ipojuca apesar de ter sido uma das mais prósperas freguesias açucareiras da capitania e haver muitas referências a localidades pertencentes a ela em mapas, relatórios, citações e crônicas do período analisado, diferente das áreas citadas acima, ainda não foi alvo de pesquisas historiográficas sobre a sua trajetória histórica, havendo em razão disso lacunas a respeito de sua evolução histórica e social. E incertezas, inclusive, quanto à data de sua formação enquanto termo político-administrativo. Carecendo desta forma, de pesquisas historiográficas que se voltem para o seu entendimento histórico e ambiental articulando assim, em suas análises historiográficas os espaços geográficos, políticos, econômicos e sociais em que a freguesia foi implantada. Possibilitando assim, um maior entendimento sobre o papel de Ipojuca no contexto histórico da capitania de Pernambuco.

Em relação aos métodos de pesquisa e fontes utilizadas, frisamos que buscamos empregar neste trabalho o estudo integrado entre documentos escritos, iconografias, cartografia do período estudado e pesquisa de campo em alguns sítios históricos

¹⁵Fonte: <http://www.ivtrj.net/ivtindice.aspx?pag=n&id=10529&cat=NORDESTE%20.%20Pernambuco&ws=0> Acesso em 28 Maio de 2014.

situados da antiga freguesia de São Miguel do Ipojuca¹⁶. Procuramos através disso, estabelecer uma pesquisa histórica que pudesse fazer uso dos mais diversos tipos de fontes disponíveis e que realizem um diálogo entre diferentes disciplinas, como História, Antropologia, Arqueologia, Arquitetura e Geografia¹⁷.

Essa ação, por sua vez, é possibilitada graças às transformações causadas na historiografia, durante a primeira metade do século XX, onde se estabeleceu uma nova forma de escolha e uso de diversos tipos de fontes que não fosse apenas os documentos escritos¹⁸. Por sua vez, essa nova maneira de pesquisar a história passou a contar também com os estudos interdisciplinares envolvendo diversas ciências, como as mencionadas acima, contribuindo desta forma para o fortalecimento e a disseminação do estudo integrado entre os grupos humanos, o meio ambiente e os bens materiais produzidos pela técnica humana¹⁹.

A respeito do uso de outros tipos de fontes cujo uso foi possibilitado pelas novas perspectivas de análise oferecidas ao historiador pela nova história Jacques Le Goff comenta que:

A história nova ampliou o campo do documento histórico: ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, e etc²⁰.

Portanto, partindo do princípio de que um casario, um artefato, um documento escrito, uma matéria prima, um relato oral são fontes para o desenvolvimento dos estudos históricos, ousamos afirmar também que o patrimônio cultural situado em alguns sítios históricos de São Miguel do Ipojuca pode ser utilizado da mesma forma²¹.

¹⁶ Segundo Jean-Marie Persez, o conceito de cultura material significa o conjunto de objetos que caracterizam uma sociedade. PERSEZ, Jean-Marie. **História da Cultura Material**. In: LE GOFF, Jacques (Org). A História Nova. 5ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

¹⁷ De acordo com José Drummond é uma das características da História Ambiental realizar um diálogo com outras disciplinas sociais / naturais e fazer uso de variados tipos de fontes como inventários post-mortem, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, relatos de viajantes e pesquisas de campo. DRUMMOND, José Augusto. **A História ambiental: temas, fontes e limites de pesquisa**. In: Estudos Históricos, vol. 4, n. 8, 1997. p. 177-179.

¹⁸ Segundo Jacques Le Goff, a história nova surgiu em grande parte, como uma reação contra a história positivista do século XIX que era baseada essencialmente nos textos considerados, então, como única fonte de documentação aceitável. LE GOFF, op.cit., 2005.

¹⁹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. In: LE GOFF, op. cit., 2005.

²⁰ LE GOFF, op. cit., 2005. p. 36.

²¹ Françoise Choay, citando o Dictionnaire de La langue française, de É. Littré, coloca que a palavra patrimônio significa “bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos”. Segundo Choay, em sua origem a palavra estava ligada “as estruturas familiares, econômicas e jurídicas

Já a respeito do conceito de patrimônio aqui empregado, salientamos que entendemos por patrimônio uma acumulação contínua de bens materiais, imateriais e naturais, herdados de povos do passado, que é constituída por toda uma variedade de elementos, como por exemplo: espaços construídos (casarios, fortificações, ruas) espaços naturais (montanhas, rios, lagoas, vegetação), cultural material (objetos utilitários, decorativos) festividades, tradições, produtos de todos os saberes e saber-fazer dos seres humanos²². Sendo assim, podemos dizer que o patrimônio cultural da freguesia de São Miguel do Ipojuca, materializado em alguns de seus equipamentos arquitetônicos construídos no período estudado, também pode ser utilizado da mesma forma com vistas a discutir as questões que permeiam o desenvolvimento histórico daquela localidade²³.

Haja vista que a apropriação dos espaços pelos colonizadores da região, onde a freguesia de Ipojuca foi inserida, culminou com a elaboração de toda uma gama de bens culturais. Sobretudo, de bens imóveis como: casas-grandes, moitas, senzalas, arruados, conventos e Igrejas erguidos com vistas a atender as necessidades de moradias, religiosas, administrativas, produtivas e disciplinadoras necessárias ao ordenamento daqueles espaços. Se configurando desta maneira como importantes testemunhos do período que buscamos compreender e discutir neste trabalho, pois, um espaço construído confronta em si mesmo épocas diferentes proporcionando ao olhar uma história acumulada de seus aspectos culturais. Desta forma, a paisagem se transforma em si mesma em uma fonte que precisa ser pesquisada, lida e compreendida. Tratando-se assim, também de examinar as marcas da história humana na paisagem²⁴ em que tais equipamentos arquitetônicos foram inseridos.

de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4ª. edição. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006. p. 11

²² A respeito das discussões sobre a questão do patrimônio cultural Ver: CASTRIOTA, Leonardo Barci: **patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. – São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009; CHOAY, op. cit; FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UERJ; Minc – Iphan, 2005; LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006; POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

²³ Ainda a esse respeito ver a discussão tecida por Alexandre Bittencourt Leite Marques em sua Dissertação de Mestrado. In: MARUQUES, Alexandre B. L: **Entre Lajedos e Lagoas: formação territorial, habitações e bens culturais do povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco 1775-1835**. 2012. 144 paginas. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2012.

²⁴ Segundo Paul Ricoeur, as mutações que afetam a espacialidade e a temporalidade próprias da memória, tanto coletiva quanto privada, são consideradas como condições formais de inscrição. Com isso, Ricoeur, amplia a noção de inscrição para além da escrita em seu sentido preciso de fixação das expressões orais do discurso num suporte material, e considera as marcas deixadas pelo homem no ambiente natural como

Os trabalhos de campo, através de viagens aos locais de pesquisa e do uso das observações sobre as paisagens naturais e marcas dos espaços construídos, deixados em áreas de interesse desta pesquisa, contribuíram para uma maior percepção do estudo²⁵. Para a observação e identificação dos bens culturais, remanescentes do período colonial de Ipojuca, foram feitas observações de superfície durante os caminhamentos nessas áreas, onde focamos, de modo geral, a vistoria dos espaços construídos e também naturais nos entornos dos engenhos e outros sítios históricos estudados neste trabalho. Frisamos que as informações recolhidas pelas vistorias permitiram identificar áreas onde anteriormente haviam sido implantadas construções coloniais que hoje não mais fazem parte daquela paisagem. O que nos forneceu, por outro lado, importantes dados sobre maneiras de ocupação espacial, formas de moradia; e sobre a configuração espacial e paisagística dos bens culturais estudados.

Esclarecemos, todavia não consta dentre os objetivos deste trabalho discutir as questões teóricas e discursivas que envolvem a questão do patrimônio e os usos a eles destinados na atualidade. Buscamos, sim, justificar a razão pela qual fazemos uso de alguns bens culturais – engenho Tapera (casas de moradia e capela); engenho Tabatinga (arruado e capela); engenho Trapiche (casa de moradia e arruado); engenho Maranhão (capela); e Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Oiteiros de Maracaípe - remanescente do período colonial de Ipojuca e que estão inseridos dentro do recorte temporal abordado por este trabalho. Usando-os, desta maneira, como parte das fontes documentais as quais utilizamos em nossa pesquisa.

As fontes de pesquisa disponíveis para o entendimento da consolidação da indústria açucareira em Pernambuco são diversas. Assim como, para o estudo a respeito da cultura material que foi produzida nesses espaços. Dentre as fontes escritas usadas neste trabalho destacamos “*a carta régia sobre a criação de soldados auxiliares*”²⁶, o “*Regizto de huma carta e Rellação dos Engenhos, e suas Dominaçoens [sic] comprehendidos na freguezia de Ipojuca do termo desta Villa remetida a este Sennado*

sendo também outras formas de inscrição. RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

²⁵ Segundo Drummond os historiadores ambientais realizam trabalhos de campo para os quais “*viam aos locais estudados e usam as suas observações pessoais sobre paisagens naturais (...) o trabalho de campo serve para identificar as marcas deixadas na paisagem pelos diferentes usos humanos, marcas essas que nem sempre constam em documentos escritos*”. DRUMOND, op. cit., 1997. p. 177-179.

²⁶ **Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares**. Lisboa, 7/1/1645. In: Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa compilada por José Justino de Andrade e Silva, vol. de 1640 a 1647, p. 271 e 272.

*pello Regente da mesma Francisco Coelho Negromonte 7-5-1770*²⁷, e a “*Documentação Histórica Pernambucana: sesmarias*”²⁸. Outras fontes escritas utilizadas foram os relatos dos cronistas e viajantes que entre os séculos XVI e XVIII percorreram os espaços das vilas açucareiras da capitania de Pernambuco. Esses cronistas e viajantes deram importantes informes sobre os aspectos naturais (fauna, flora, plantas cultivadas, paisagens e etc.) da Mata Úmida pernambucanos; sobre o tipo de sociedade e as relações sociais existente naquelas freguesias (moradia, trabalho, família, casamento, política, escravidão, relações de poder e etc), e em relação a cultura material (construções, objetos utilitários, comidas e roupas). Dentre os cronistas e viajantes referendados neste trabalho, destacamos frei Vicente do Salvador, Gabriel Soares de Souza, Gaspar Barlaeus, Domingos Loreto Couto e André João Antonil, pois foram os que melhor descreveram aquela sociedade em seus diversos aspectos socioculturais como: os tipos construtivos que ali prevaleceram, as relações de poder e mando ali estabelecidas e seus aspectos econômicos.

Devemos lembrar que na América portuguesa, desde o século XVI, os cronistas procuravam dar conta das terras descobertas, das mudanças implantadas pelos portugueses e de tudo o mais relativo à ocupação, a disseminação da fé católica, ao domínio do indígena e a imposição de uma cultura trazida do Velho Mundo como matriz a ser seguida²⁹. Tratando-se, pois, de pessoas que representando os mais diversos interesses pessoais ou institucionais, forneceram suas impressões em relatos escritos sobre os mais diversos temas da época, segundo alguns desses temas de especial interesse para esta pesquisa, como: as guerras de conquistas da Mata Úmida de Pernambuco; dos grupos que foram privilegiados nesse processo; o tipo de econômica que predominou nessas áreas; o tipo de mão de obra usada; o interesse dos holandeses pela região; os tipos construtivos que prevaleceram naquele meio; e por fim, como se davam as relações sociais naquele meio.

²⁷ **Registo de huma carta e Rellação dos Engenhos**, e suas Dominaçoens [sic] compreendidos na freguezia de Ipojuca do termo desta Villa remetida a este Sennado pello Regente da mesma Francisco Coelho Negromonte 7-5-1770. **Livro de Registro de Cartas da Câmara Municipal do Recife** (1733-1808), folhas 360 e 360v. (Agradecemos ao Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza pela cessão dessa carta) IAHGP.

²⁸ **Documentação Histórica Pernambucana: SESMARIAS**. Secretária de Educação e Cultura – Biblioteca Pública. Vol I. Recife, 1954.

²⁹ SILVA, Bruno. “**Fabricando**” **Identidades**: Domingos Loreto Couto, Vida e obra de um Cronista Luso-Brasileiro no Pernambuco de Meados do Século XVIII. Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense In: **Revista Cantareira**. Issn:1677-7794. Disponível em:<http://revistacantareira.files.wordpress.com/2012/01/e2809cfabricandoe2809d-dentidades-domingos-loreto-couto-vida-e-obra-de-um-cronista1.pdf>. Acesso em 05 Jun. 2014.

Falando especificamente com relação aos engenhos, devemos lembrar que eles se caracterizavam como verdadeiras comunidades rurais, onde sob as regras do senhor de engenho, se buscava atender a maior parte das necessidades diárias dos moradores daqueles espaços. A esse respeito, o pesquisador Leonardo Dantas Silva nos diz o seguinte:

O engenho tornara-se uma espécie de povoação rural, (...), que congregava não somente escravos, mas artesãos dos mais diversos misteres, lavradores de canas vizinhos, moradores livres, agregados da casa-grande, padres e familiares do senhor de engenho³⁰

Além do uso da cultura material e das fontes escritas já citadas, também utilizaremos enquanto fonte documental a iconografia, como aquela que foi produzida durante o período holandês por Frans Post. Ao *corpus* documental, se agregam representações cartográficas referentes a Ipojuca e região da Mata Úmida. Por tratarem se de obras produzidas entre os séculos XVI e XVIII que dão conta da localização geográfica de São Miguel do Ipojuca além de fornecerem importantes informações a respeito da localização de seus sítios urbanos e engenhos açucareiros. Além de situarem geograficamente outras importantes freguesias açucareiras inseridas nas regiões do Jaboatão, Cabo, Sirinhaém e Una.

A respeito desses mapas produzidos no período colonial, devemos esclarecer que desde o século XV, os mapas náuticos foram ficando cada vez mais indispensáveis à navegação. Em regiões desconhecidas, como no Novo Mundo, a boa cartografia era essencial para a boa navegação, além disto, a melhor opção para conhecer e defender as terras conquistadas era agregar as descrições dos cronistas registros cartográficos identificando as principais áreas de interesse e sua situação no momento³¹. No caso de regiões como a Mata Úmida que comportava em si alguns dos mais relevantes núcleos urbanos e açucareiros da capitania de Pernambuco, tem-se no início do século XVI uma grande quantidade de mapas com fins diversos e que apontam, além de outras coisas, a localização e informações sobre os portos do local. Dentro deste contexto, podemos dizer que: “*Os diários, tratados, crônicas e mapas constituem instrumentos*

³⁰ DANTAS, Leonardo. **O Açúcar no Brasil Holandês**. In: Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira I [textos editados por] José Antônio Gonsalves de Mello; organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva ; apresentação Dorany Sampaio. - 2. ed. -Recife : CEPE, 2004. p. 12.

³¹ SANTOS, Josué Lopes dos. **Organização Portuária da Ilha de Itamaracá entre os Séculos XVI e XVII: Articulações inter-regionais e internacionais**. 2013. 139 páginas. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2013. p. 22.

indispensáveis a pesquisa”³² tornando-se portanto, essenciais ao desenvolvimento de nossa problemática. Buscamos com isso situar no tempo e espaço a posição ocupada por nosso objeto de pesquisa, a freguesia de São Miguel do Ipojuca, sem descontextualizá-la do recorte geográfico em que estava inserida. Encerrando assim, os tipos de fontes documentais que serão utilizadas neste trabalho. Cujas informações se constituem nas bases sob as quais se assentam as novas investigações historiográficas.

O presente trabalho é estruturado em três capítulos, nos quais, buscamos inicialmente uma explanação das características geográficas e ambientais da Mata Úmida que possibilitaram o desenvolvimento da indústria açucareira na região. Em seguida fazemos uma análise do processo histórico que possibilitou o desenvolvimento daquela região em seus mais diversos aspectos sociais, econômicos e políticos. Enfim, realizaremos um estudo sobre o desenvolvimento histórico da freguesia de São Miguel do Ipojuca a partir de seus aspectos econômicos, sociais e culturais. Além de discutir e analisar a tipologia de alguns dos seus bens culturais inseridos em localidades de relevância histórica para a freguesia de Ipojuca e, portanto, para esta pesquisa.

No Capítulo I, intitulado “*A Mata Úmida pernambucana,*” será realizada uma descrição das características geográficas e ambientais daquela região que se tornou uma das mais importantes zonas de produção açucareira do Nordeste Brasileiro. A importância desta análise está em por em evidência os pormenores dos seus fatores naturais – tipos de biomas, cursos fluviais, tipo de solo e fatores climáticos - que possibilitaram a acomodação da cultura da cana-de-açúcar, dos engenhos açucareiros e dos grupos sociais que se estabeleceram naquelas paragens. Sem, contudo, deixar de tecer uma análise crítica do tipo de colonização predatória inserida naquela área que acabou impondo sérios danos ambientais a Mata Úmida pernambucana e, que acabaram trazendo prejuízos a própria economia local. Nesta viagem pelos caminhos da Mata Úmida buscamos trazer para o texto as contribuições de autores como Gilberto Freyre, Warren Dean, Gilberto Osório de Andrade & Rachel Caldas Lins, Milton Santos, Pereira da Costa, dentre outros. Além dos relatos de cronistas e viajantes que descreveram a paisagem local.

No Capítulo II, intitulado “*A Colonização da Mata Úmida pernambucana*” onde trataremos para o centro de nossos debates as discussões e contribuições dadas por autores como Luiz Felipe de Alencastro, Fátima Quintas, Kalina Vanderlei Silva, Maria

³² RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distancia.** São Paulo: Alameda. 2008. p. 30.

Beatriz Nizza da Silva, Laura de Mello e Souza, Vera Lúcia do Amaral Ferlini, Gilberto Freyre, Leonardo Dantas Silva, Evaldo Cabral de Mello, Pereira da Costa, Stuart B. Schwartz, Pierre Bourdieu dentre outros, que nos trazem importantes contribuições para a compreensão e análise de nosso objeto de pesquisa, pois, a partir de suas diferentes abordagens e perspectivas teóricas e metodológicas, esses autores nos oferecem um rico mosaico do contexto histórico-cultural que fomentou o surgimento, desenvolvimento e evolução histórica da sociedade açucareira, onde se insere a nosso objeto de pesquisa e sua problemática. Nos permitindo assim, desenvolver uma visão global do nosso objeto.

No Capítulo III, intitulado “*Os Partidos Arquitetônicos das edificações de São Miguel do Ipojuca*” busca-se empreender uma leitura histórica do surgimento de Ipojuca enquanto termo político e religioso. Nele buscamos articular dados que pudessem referendar Ipojuca enquanto importante zona política, econômica e social da Mata Úmida de Pernambuco. Neste, processo de análise, as informações colhidas, sobretudo, na documentação elaborada no período holandês, serão de extrema importância nesta etapa da pesquisa. Por outro lado, as discussões em torno da tipologia de alguns dos bens culturais, inseridos no recorte temporal deste trabalho, serão discutidas e analisadas a partir do referencial metodológico oferecido pelo arquiteto Geraldo Gomes. O que não impede, todavia, o diálogo com outras contribuições sobre o tema, oferecidas por autores como German Bazin, José Luiz da Mota Menezes, Peter Burke, Sérgio Buarque de Holanda dentre outros. Buscando assim, através da articulação dessas fontes e discussões historiográficas tecer um panorama histórico-cultural da freguesia de São Miguel do Ipojuca.

CAPÍTULO 1

A MATA ÚMIDA PERNAMBUCANA

1 – A Mata Úmida

A Mata Úmida de Pernambuco era conhecida, no passado, pelas particularidades de suas características geográficas, como: a exuberância de suas matas, seus mares de morros, solos férteis e índices pluviométricos relativamente maiores que o das áreas circunvizinhas. A região, também era famosa por estar inserida dentro do perímetro da maior várzea de massapé, do que hoje chamamos de Nordeste; a existência de portos naturais e a relativa proximidade com o porto do Recife³³. Além do mais, a presença de inúmeros cursos fluviais nessa área, permitia que nela estivessem inseridas algumas das mais importantes bacias hidrográficas de toda a capitania de Pernambuco, como as bacias dos rios Jaboatão, Pirapama, Gurjaú, Sirinhaém e Ipojuca. Portanto, suas peculiaridades a tornavam, aos olhos dos colonos portugueses, aprazível aos interesses da nascente indústria do açúcar.



Mapa 2 – Configuração territorial atual da Mata Úmida³⁴.

³³O porto do Recife em razão de sua estrutura geográfica, apresentava diversos atrativos. Pois, a formação de arrecifes que protegia a entrada da barra, além de dar nome ao local, se constituía em uma barreira natural que protegia o porto das inquietudes do mar oceânico e ofereciam defesa natural para a região portuária, limitando a entrada dos navios a uma única possibilidade. Era necessária uma grande perícia por parte dos comandantes para que as embarcações entrassem na barra. Porém estando dentro da mesma, o porto apresentava águas fundas e calmas, ideais para o fluxo comercial de carga e descarga de mercadorias em navios e em grande escala. E por esta razão acabou se configurando como um dos principais portos coloniais da América portuguesa de onde os produtos resultantes da exploração colonial poderiam ser remetidos para Além-Mar. A esse respeito Ver CAVALCANTE, Lenivaldo. **Pernambuco e o medo dos Clubes de França: O caso do Le Diligent (1792–1793)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Recife: UFRPE/DEHIST, 2009. p. 29.

³⁴ As áreas coloridas correspondem aos limites políticos dos atuais Municípios de Jaboatão, Cabo, Ipojuca, Escada, Ribeirão e Rio Formoso. Já na área marcada de verde, é possível ver a área que integra o

Por outro lado, a região, segundo informações colhidas em Pereira da Costa, já era velha conhecida dos navegadores do século XVI, pois, segundo o autor em algumas crônicas de viagens, não raro surgem citações a respeito de alguns dos seus acidentes geográficos, sendo o mais citado a enseada do Cabo de Santo Agostinho. Um exemplo disso é o apontamento feito, segundo o autor, em uma documentação do século XVI, datada de Março de 1513, que tratava de um inquérito judicial sobre os descobrimentos de D. Cristovão Colombo, no Novo Mundo. Neste documento consta que o navegador Vicente Yanes Pizon descobriu a ponta do Cabo de Santo Agostinho ou ponta de Santa Cruz, como alguns chamavam na época. Informando ainda, as testemunhas chamadas para testemunhar no referido processo, que o desbravador chegou a descer à praia da referida ponta cujo nome passou depois a se chamar Cabo de Santo Agostinho. Além de haver feito o reconhecimento de toda àquela costa. Ainda nesta documentação havia informações detalhadas de um grande rio de água doce que entrecortava a região, cujo acesso se dava pela entrada da ponta do Cabo³⁵.

Em outro documento, citado por Pereira da Costa, datado de 1520, dava-se conta da saída de uma flotilha do porto de Dieppe, na França sob o comando dos irmãos Parmentier. Dentre as informações ali contidas, constava que a flotilha havia percorrido toda a costa do Brasil, e em Pernambuco recolheu uma carga de pau-brasil. Em suas anotações de viagem, um dos irmãos, João Parmentier, faz uma descrição da terra e suas particularidades. Ainda segundo as informações dadas por João Parmentier, há uma referência ao Cabo de Santo Agostinho e classificava o pau-brasil encontrado naquelas paragens da Mata Úmida, como os de maior e melhor qualidade que havia na costa, além de fazer os usuais elogios aos bons ares da terra, as árvores frutíferas, aos rios navegáveis e a boa qualidade da terra³⁶.

Desta forma, sob o ponto de vista político-econômico, desbravar a Mata Úmida significava a abertura de uma nova fronteira agrícola na capitania, e, cujo processo de adentramento colonial, se bem orientado economicamente, poderia render bons lucros para os grupos sociais envolvidos com a produção de açúcar na colônia e do outro lado do Atlântico. Por esta razão, ainda em meados do Século XVI, a região passou a ser

complexo industrial agregado ao antigo Porto de Suape. Fonte: www.portaldocabo.com.br. Acesso em 15 Fev de 2014.

³⁵ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucano**. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1952. Vols. 1 a 10. vol. 1: 112-114.

³⁶ Idem, vol. 1: 134-135.

considerada uma área economicamente estratégica que deveria ser agregada ao conjunto das regiões, já produtoras de açúcar em Pernambuco.

Dito isto, frisamos que a viagem que pretendemos fazer pelos caminhos da Mata Úmida, da outrora capitania de Pernambuco, não poderia deixar de lado obras de autores, como Gilberto Freyre “*Nordeste*”³⁷, do geógrafo Manuel Correia de Andrade “*A terra e o homem no Nordeste*”³⁸; Warren Dean “*A ferro e fogo*”³⁹, o trabalho de Gilberto Osório de Andrade & Rachel Caldas Lins “*Pirapama: um Estudo Geográfico e Histórico*”. Além da excepcional análise crítica de Milton Santos⁴⁰ e cujos textos ainda tem muito a nos ensinar a respeito daquela região, pois, favorecem a construção de uma visão multifocal da problemática que envolveu a implantação da indústria açucareira naquelas paragens. Uma vez que, tratam-se de obras que fazem uso de uma análise bastante rica e crítica do processo de ocupação colonial e degradação ambiental infringida as áreas onde predominou a monocultura da cana-de-açúcar.

Por outro lado, algumas informações que nos foram legadas por alguns cronistas e viajantes⁴¹ que elaboraram relatos, sobre a paisagem e o meio ambiente que outrora predominava nas regiões açucareiras do Nordeste da América Portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, são bastante importantes para esse trabalho já que oferecem um olhar mais intimista sobre a dinâmica do avanço das levas colonizadoras naquela área. Sobretudo, a respeito das relações socioculturais que vicejavam no mundo dos engenhos açucareiros e das relações socioculturais que à sua sombra subsistiram. Já que os registros feitos por cronistas como Fernão Cardim⁴², Pero de Magalhães Gandavo⁴³, Gabriel Soares de Souza⁴⁴, Ambrosio Fernandes Brandão⁴⁵, Frei Vicente do Salvador⁴⁶,

³⁷ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos sobre a influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª Ed.- São Paulo: Global, 2004.

³⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste** – Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. Recife: Universitária / UFPE, 1998.

³⁹ DEAN, op. cit., 1996.

⁴⁰ SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia / Milton Santos, em colaboração com Denise Elias. – 6ª Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

⁴¹ A respeito de mais informações sobre os viajantes que aportaram nas terras da América portuguesa Ver FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos históricos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012.

⁴² CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. – Transcrição, introdução e notas de Ana Maria de Azevedo - São Paulo: Hedra, 2009.

⁴³ GANDAVO. Pero de Magalhães. **História da Província Santa Cruz**. – Introdução e notas Ricardo Martins Valle e Clara Carolina Souza Santos – São Paulo: Hedra, 2009.

⁴⁴ SOUZA, Gabriel Soares. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Comentários de Adolfo Varnhagen. Recife. Recife: Ed. Massangana. 2010

Gaspar Van Barleaus⁴⁷, Domingos Loreto Couto⁴⁸ e André João Antonil⁴⁹ dizem respeito a terra e aos grupos sociais que se amalgamaram naquele espaço geográfico. E tal como um pergaminho, sobre uma bancada se desnuda ao toque suave da fria luz de uma lamparina, nos faz perceber o desafio monumental que os construtores daquela sociedade tinham diante de si ao perfilarem como integrantes das levas, de brancos, negros e nativos que de uma maneira ou de outra deram sentido e coesão social aquele tipo de sociedade que iria se construir naquele recorte geográfico da capitania de Pernambuco.

Assim, buscaremos através do entrelaçamento dessas informações, levantadas no decorrer deste trabalho, montar um mosaico em que possamos analisar as transformações infringidas ao meio natural com o advento da empresa colonial e como isso também contribuiu para o acomodamento das relações sociais que foram sendo tecidas naquele efervescente espaço geográfico e social.

No que diz respeito à ideia de espaço e a sua produção, através da ação humana, Milton Santos esclarece que:

A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço por meio dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas⁵⁰.

Desta forma, fazendo uma ponte com as palavras do autor, citado a acima, percebemos que as forças produtivas responsáveis pela produção do espaço colonial em Pernambuco, e sua complexa inter-relação social, política, econômica e cultural fez com que houvesse uma dinâmica ebulição social na época. E isso se deu, com vistas a viabilizar e reproduzir na Mata Úmida espaços de sociabilidade inteligíveis a cosmo visão de mundo dos colonos luso-brasileiros inseridos naquele espaço. Desta feita, as manobras que visavam à consolidação da região, enquanto grande centro produtor de

⁴⁵ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. – organização e introdução de José Antônio Gonsalves de Mello – 1ª Edição. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997.

⁴⁶ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. Curitiba: Juará, 2009.

⁴⁷ BARLAEUS, Gaspar Van. **HISTÓRIA dos feitos recentemente praticados durante oito anos no BRASIL** e noutras partes sob o governo do ilustríssimo JOÃO MAURÍCIO CONDE DE NASSAU ETC, ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange. Rio de Janeiro: serviço gráfico do Ministério da Educação, 1960.

⁴⁸ COUTO, Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1904.

⁴⁹ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. Edição fac- similar.

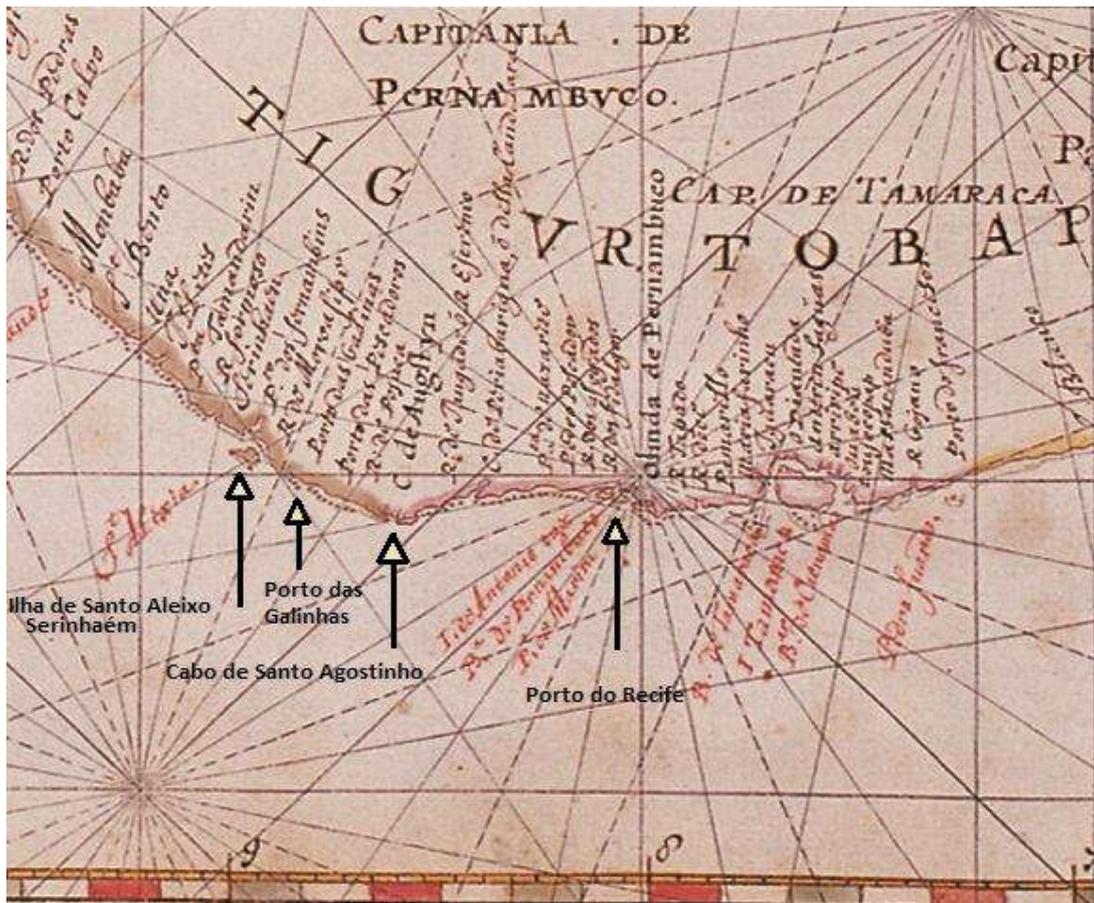
⁵⁰ SANTOS, M. op. cit., 2012. p. 70.

açúcar, postas em curso pelos agentes coloniais e metropolitanos que estavam a frente desse processo buscavam a acomodação dos seus interesses comerciais as possibilidades oferecidas por aquele meio.

1.1 – O Caminho das Águas na Mata Úmida

A abundante oferta de água na região, a seu turno, também contribuiu para o desenvolvimento regular da indústria açucareira na região, pois, além de oferecer condições para o desenvolvimento das mudas de cana, esse mineral também era utilizado para atender as demandas diárias de produção, assim como atender as comunidades que viviam dentro e no entorno desses engenhos no passado. Outro fator importante era que, a presença de rios facilitava o escoamento da produção dos engenhos para os portos daquela região: Porto de Galinhas, Suape e Sirinhaém, viabilizando assim, a chegada das caixas de açúcar ao Cais do Porto do Recife, conforme pode ser visto no mapa abaixo. Desta maneira quase todo o açúcar produzido, na Mata Úmida como nas outras regiões da capitania, chegava ao Porto do Recife através de barcaças pelos rios, pelo mar, ou, mais raramente, nas costas dos cavalos e bestas⁵¹.

⁵¹ FREYRE, op. **Nordeste**, cit., 2004. p. 101.



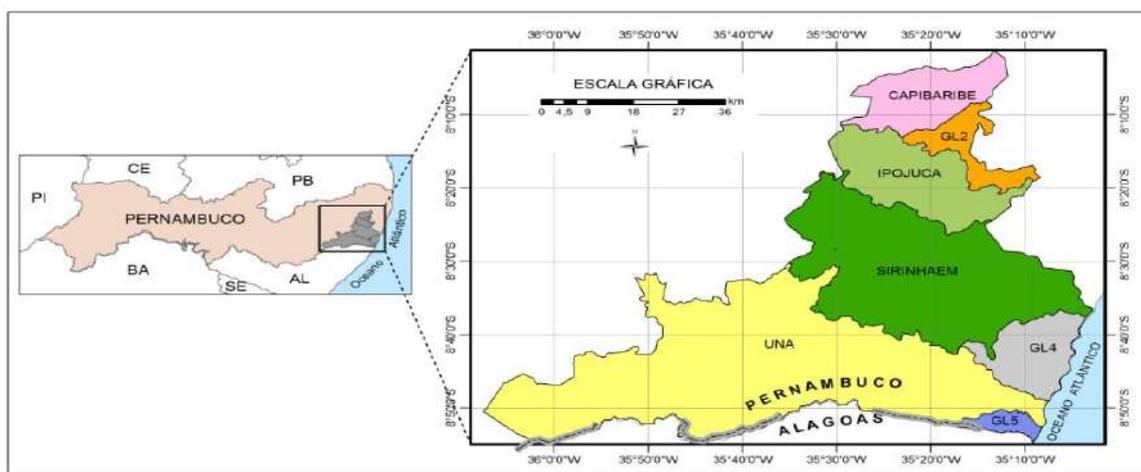
MAPA 3: Detalhe da Capitania de Pernambuco, extraído do Atlas de Johaness Vingboons. Adaptação do autor⁵².

Tendo como produto basilar de sua economia o açúcar, era necessário que os engenhos das freguesias produtoras estivessem em uma localidade próxima ao principal porto de embarque da capitania, o porto do Recife. Além disso, deveriam ter condições favoráveis de transporte, como proximidade ao fluxo dos rios e boas estradas, pois a produção açucareira poderia ser transportada tanto de canoas e, quanto possível, em carros de bois.

Assim, a partir deste fato, poderíamos dizer que a água se configurou como um grande chamariz para a implantação desta atividade econômica na área, pois, sendo esse recurso natural essencial para o sustento de qualquer cultura agrícola, é natural que a sua ampla oferta tenha possibilitado a construção de vários engenhos na área. E, sobretudo, na área na qual a freguesia de São Miguel do Ipojuca foi implantada, cujas terras estavam entre as melhores terras da capitania.

⁵² **Atlas Vingboons.** Johaness Vingboonn. Séc. XVII. Carta Marítima Correta da Costa e Vista Geral da Capitania do Brasil. Papel aquarelado c.a 1660. 47,8 x 69 cm. Acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

No mais, a região como um todo era entrecortada por inúmeros rios e riachos que drenavam as suas terras, e, cujas áreas de várzea proporcionavam um solo bastante rico em nutrientes e matéria orgânica, o chamado húmus. Tais características do solo daquela região, contribuíram para a viabilidade do processo de ocupação econômica, responsável pela formação e desenvolvimento das freguesias de Santo Amaro do Jaboatão, de Santo Antonio do Cabo, de São Miguel do Ipojuca, da vila de Sirinhaém e Freguesia de São Gonçalo do Una. Pois, o açúcar produzido em seus termos rendia bons lucros aos produtores da região.



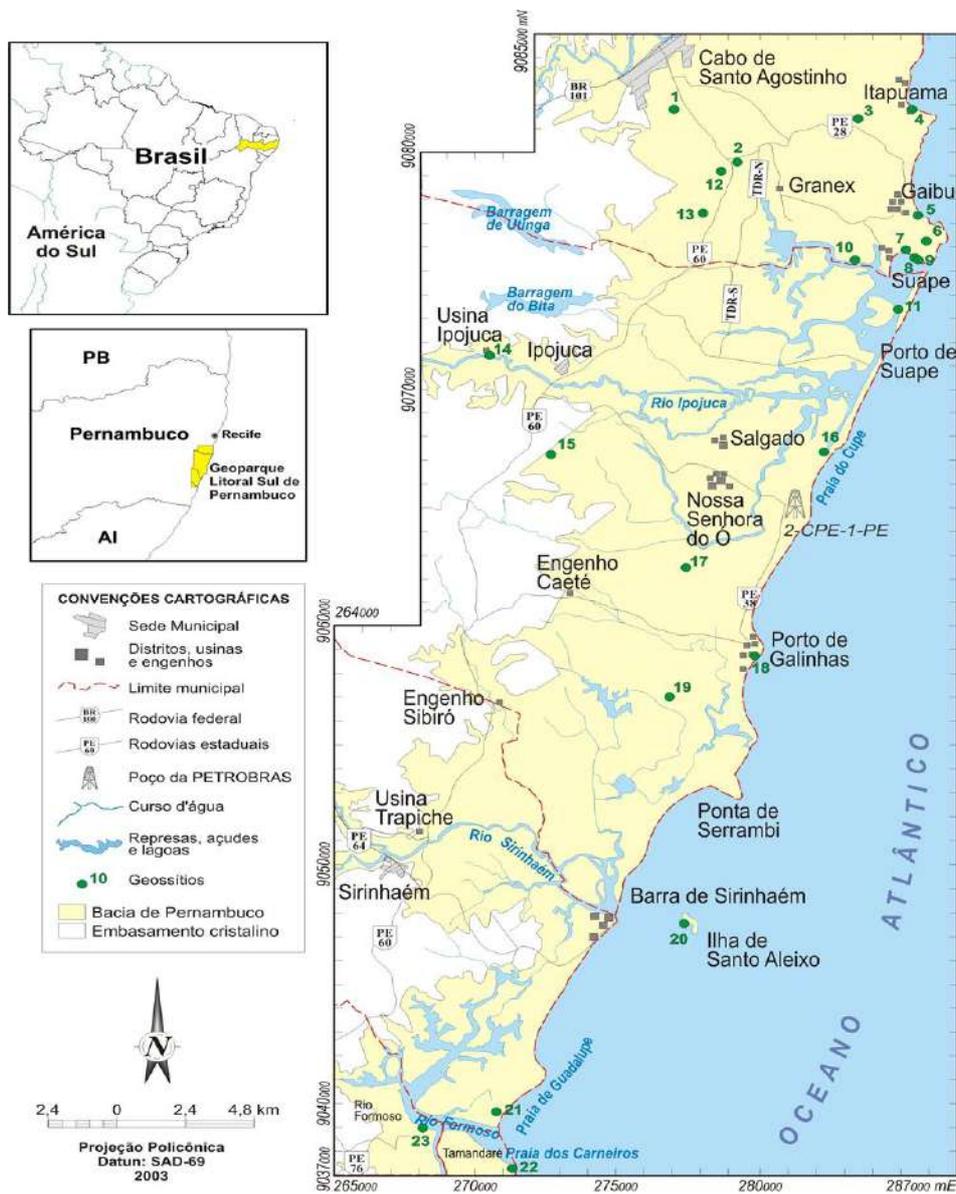
Mapa 4 – Principais Bacias Hidrográficas da Mata Úmida de Pernambuco⁵³

Por outro lado, essas vias fluviais e também marítimas, foram largamente exploradas pelos holandeses na conquista e administração das várias regiões da capitania. Pois, já durante a ocupação holandesa a capitania de Pernambuco, Adriaen van der Dussen, forneceu em seu “*Relatório sobre o estado das capitanias Conquistadas no Brasil, 1640*”⁵⁴ vários detalhes sobre a hidrografia da região, onde fornecia detalhes pertinentes ao ancoradouro do Cabo e os tipos de embarcação que ali poderiam adentrar. Informando ainda, sobre a existência de uma espécie de estaleiro que havia nas imediações da Ilha de Santo Aleixo em Ipojuca. O autor não deixava ainda de tecer informações a respeito da boa navegabilidade dos rios Sirinhaém, Formoso, Una e

⁵³ Fonte: www.cprm.gov.br. Acesso em 19 Junho de 2014.

⁵⁴DUSSEN, Adriaen Jacobsz van der. **Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil**, apresentado pelo senhor Adrian van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640. In: DANTAS, Leonardo Silva. **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira I** [textos editados por] José Antônio Gonsalves de Mello; organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; apresentação Dorany Sampaio. - 2. ed. -Recife : CEPE, 2004.

rio das Pedras. Por fim, Adriaen van der Dussen, colocava em relevo a importância dessas vias fluviais para o escoamento da produção açucareira até o Recife. Assim como, para se fazer chegar as provisões necessárias ao abastecimento do forte, das guarnições e aos moradores da região do Cabo e Ipojuca da época⁵⁵.



Mapa 5 – Distribuição das Bacias Hidrográficas e cursos fluviais⁵⁶

⁵⁵ DUSSEN, Adriaen Jacobsz van der. **Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil**, apresentado pelo senhor Adrian van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640. In: DANTAS, Leonardo Silva. **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira I** [textos editados por] José Antônio Gonsalves de Mello; organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; apresentação Dorany Sampaio. - 2. ed. -Recife: CEPE, 2004. p. 139-140.

⁵⁶ Fonte: www. cprm.gov.br. Acesso em 19 Junho de 2014.

Dentre as bacias hidrográficas, rios e afluentes que cingiam a região, poderíamos listar alguns, cuja importância para o avanço da empresa colonial na região foi decisiva para transformar lá numa zona economicamente próspera. Sendo assim, as bacias dos rios Jaboatão, Pirapama, Una, Sirinhaém e Ipojuca e seus afluentes se configuraram como imprescindíveis à conquista, consolidação da empresa colonial na região, ao abastecimento dos seus moradores, e, sobretudo, para o escoamento do açúcar produzido.

Neste sentido, os cursos fluviais do rio Pirapama e seus afluentes, se configuraram no passado como importantes vias de acesso por onde as frentes colonizadoras adentraram na região. Na região do Cabo o rio Pirapama, principal rio daquele termo, tem como principais afluentes pela margem esquerda os rios Araribe, Cajabuçu, arroio Dois Rios e o Gurjaú. Esse rio é ainda hoje um dos mais importantes daquela região. Já pela margem direita do Pirapama, destacam-se os rios Camuçari, riacho Alegria, riacho Utinga de Cima e riacho Santa Amélia⁵⁷. Por outro lado, basta verificarmos alguns dos nomes pelos quais muitos dos engenhos da região foram batizados para compreendermos a importância que o Pirapama e seus afluentes tiveram para os produtores instalados naquela área.

Já a bacia do rio Una, rio que deu nome a freguesia de São Gonçalo do Una, tem uma extensão de cerca de 290 km, possui como principais afluentes, pela margem direita, o riacho Quatis e os Rios da Chata, Pirangi, Jacuípe e Caraçu. Já em sua margem esquerda, destacam-se os riachos Riachão, Mentirosas e do Sapo e os Rios Camevô e Preto. A bacia do rio Una detém uma área total de 6.740,31 km², aproximadamente o que fazia dela à principal bacia hidrográfica da Mata Úmida em termos de abrangência e extensão territorial⁵⁸.

A zona onde está inserida o rio Jacuípe, afluente do rio Una, cujo nome é de origem Tupi, segundo sugere Pereira da Costa, já era conhecida das autoridades coloniais desde a primeira metade do século XVI, pois, o autor, relata que o governador geral Francisco Giraldes, recebeu um regimento particular que lhe mandava dar combate aos índios Caeté de Jacuípe que viviam no entorno do referido rio e impediam a passagem dos colonos que se aventuravam por aquele caminho da Mata Úmida. Pereira da Costa relata ainda que, a área daquele rio que desaguava no rio Una era

⁵⁷ Fonte: http://www.apac.pe.gov.br/pagina.php?page_id=5&subpage_id=37.

⁵⁸ Fonte: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana.

conhecida pelas boas matas que detinha⁵⁹. Ainda com relação a esse afluente, Pereira da Costa relata que no século XVII, ele era francamente utilizado pelas tropas que davam combate aos invasores batavos na região⁶⁰.

A bacia do rio Sirinhaém, por sua vez, se firma como uma das mais importantes da região limitando-se ao Norte com a bacia do rio Ipojuca e o grupo de bacias de menor extensão e rios litorâneos; ao sul com a bacia do rio Una e o grupo de bacias de pequenos rios litorâneos; a leste com o Oceano Atlântico e um grupo de bacias de menor extensão; e a oeste com a bacia do rio Una. O rio Sirinhaém detém entre os seus principais afluentes, pela margem esquerda, os riachos do Sangue e os rios Amaraji, Camaragibe, Tapiruçu e Sibiró; e, na margem direita, os rios riacho Seco, - Tanque de Piabas e Várzea Alegre, Córrego Sabiá e Rio Guiambuca. O seu afluente mais importante é o rio Amaraji, que nasce na região do atual município de Gravatá. Sua extensão é de aproximadamente 65 km e drena as águas provenientes das regiões que atualmente pertence ao termo dos municípios de Gravatá, Amaraji, Ribeirão e Gameleira⁶¹.

No que tange ao rio Ipojuca, sabemos que foi nas suas margens onde se desenvolveu uma das mais prósperas e bem sucedidas povoações da zona da Mata Úmida de Pernambuco. Ao longo do seu leito surgiram vários engenhos e lavouras de cana-de-açúcar que fariam a fama da apregoada riqueza de sua freguesia. Por sua vez, a bacia desse rio, limita-se: ao Norte com a bacia do rio Capibaribe e o atual estado da Paraíba; ao sul, com as bacias dos rios Una e Sirinhaém a leste, com os grupos de bacias de pequenos rios litorâneos e o Oceano Atlântico; e, a oeste, com as bacias dos rios Ipanema e Moxotó e novamente com a capitania da Paraíba.

O percurso desse rio, com cerca de 320 km, é preponderantemente orientado na direção oeste-leste, sendo seu regime fluvial intermitente, tornando-se perene a partir do seu médio curso, na altura do município de Caruaru. Os seus principais afluentes, pela margem direita são riacho Liberal, riacho Taquara e riacho do Mel e, pela margem esquerda, riacho do Coutinho, riacho dos Mocós, riacho do Muxoxo e riacho Pata Choca. O riacho Liberal é o seu afluente mais importante, tem suas nascentes no recorte geográfico correspondente ao atual município de Alagoinha, no Agreste pernambucano.

⁵⁹ COSTA, op, cit., 1952. vol. 1: 634-635.

⁶⁰ Idem. vol. 3: 77-78.

⁶¹ Fonte: http://www.apac.pe.gov.br/pagina.php?page_id=5&subpage_id=21.

O rio riacho, drena ao longo dos seus 47 km de extensão, áreas correspondentes aos atuais municípios de Alagoinha, Pesqueira e Sanharó, e deságua no rio Ipojuca⁶².

Esses cursos fluviais detinham, no passado, um papel de grande relevância econômica, estratégica-militar e política para qualquer empreendimento de ordem colonial na América portuguesa. Portanto, não foi sem razão que Gabriel Soares de Souza, com o intuito de obter apoio real ao seu audacioso projeto de encontrar metais e pedras preciosas nas bandas do São Francisco, fez uma das descrições mais minuciosas de que se tem notícia da fauna, da flora e dos aspectos geográficos da América portuguesa. Dentre as descrições feitas no seu *“Tratado Descritivo do Brasil em 1587”*, Gabriel Soares de Souza, tece uma sucinta descrição da rede hidrográfica da região da Mata Úmida de Pernambuco. Assim, em uma das passagens de sua minuciosa descrição, o cronista faz a seguinte narrativa:

Até o Cabo é a terra povoada de engenhos de açúcar, e por junto dele passa um rio que se diz Cabo, onde também estão alguns, o qual sai ao mar duas léguas do Cabo e mistura-se ao entrar no Salgado com o rio do Ipojuca, que está duas léguas da banda do sul; neste rio entram e saem caravelões do serviço dos engenhos, que estão nos mesmos rios, onde se recolhem com o tempo barcos da costa⁶³.

Em outro trecho Gabriel Soares de Souza faz uma descrição minuciosa da região de Ipojuca, onde diz que:

Já foi dito como se mete o rio de Ipojuca como o do Cabo ao entrar no salgado, agora digamos como dele ao porto de Galinhas são duas léguas. A terra que há entre este porto e o rio de Ipojuca é toda alagadiça. Neste porto e rio das Galinhas entram barcos da costa. Do rio das Galinhas à ilha de Santo Aleixo é uma légua, em a qual há surgidouro e abrigo para as naus, e está afastada da terra firme uma légua; da ilha de Santo Aleixo ao rio de Maracaípe são seis léguas, onde entram caravelões, o qual tem uns ilhéus na boca. De Maracaípe ao rio Formoso são duas léguas, o qual tem um arrecife ao mar defronte de si, que tem um boqueirão por onde entram navios da costa, o qual está em nove graus, cuja terra é escalvada, mas bem provida de caça. Do rio Formoso ao de Una são três léguas, o qual tem na boca uma ilha de mangues da banda do norte, a qual se alaga com a maré, e mais adiante, chegadas a terra, tem sete ilhetas de mato. Deste rio Una ao porto das Pedras são quatro léguas, o qual está em nove graus e meio. Entre este porto e o rio Una se faz uma enseada muito grande, onde podem surgir e barlaventear naus que nadem em fundo de cinco até sete braças, porque tanto tem de fundo⁶⁴.

A partir das informações que nos foram legadas, a esse respeito, por Gabriel Soares de Souza, podemos inferir que a região em que São Miguel do Ipojuca estava

⁶² Fonte: http://www.apac.pe.gov.br/pagina.php?page_id=5&subpage_id=17.

⁶³ SOUZA, op. cit., 2010. p. 54

⁶⁴ Idem. p. 55.

inserida, desfrutava de grande relevância estratégica para a empresa colonial – em decorrência dos inúmeros caminhos navegáveis e portos naturais que detinha –; bem como, da extensa rede hídrica que proporcionava uma permanente oferta de terras drenáveis a serem utilizadas para o plantio de cana-de-açúcar e culturas de subsistência naquelas paragens. Por outro lado, a presença de cursos fluviais de menor extensão possibilitava a instalação dos chamados engenhos reais ou hidráulicos, razão pela qual houve uma grande concentração desse tipo de engenho nos termos das freguesias de Santo Antônio do Cabo, de Ipojuca e Sirinhaém⁶⁵.

Esses rios também, graças à interconexão que detinham com uma vasta rede de rios menores e o oceano, serviam para fazer com que suprimentos de todos os gêneros e tipos pudessem chegar até os engenhos e núcleos urbanos da área. Essa extensa rede hídrica permitia, sobretudo, o transporte da produção dos engenhos até o Porto do Recife. Uma vez que, a região era cortada por muitas matas, várzeas e morros o que tornava praticamente impossível o escoamento dessa produção, por terra, até a povoação do Recife, de onde seria enviado para a Europa. Além do mais, nos períodos chuvosos as carroças usadas para o transporte da madeira e outros produtos para abastecer os engenhos ficavam presas nos atoleiros e quebravam com frequência. Razão pela qual era imprescindível a presença dos barqueiros próprios ou contratados pelos senhores para fazer chegar aos engenhos os itens de que careciam os seus moradores.

Entretanto, a relação que foi tecida entre os engenhos açucareiros e os cursos fluviais, tão necessários ao processo produtivo, não foi nada amistoso nas regiões produtoras de açúcar. Mas sim, pautada no lento e progressivo processo de degradação ao quais os rios da Mata Úmida foram submetidos ao longo dos séculos. Essa relação acabou por trazer grandes prejuízos ao meio ambiente e a própria indústria açucareira no decorrer do tempo, pois, o desmatamento feito nas terras marginais desses rios e riachos deu vazão para que se desenvolvesse nessas áreas, de redes fluviais, o fenômeno conhecido como erosão, em decorrência da diminuição progressiva da taxa de infiltração e aceleração do escoamento superficial, e ainda o aumento da velocidade do curso do canal fluvial, desgastando assim as suas margens. O qual, por sua vez, provocou e acentuou o processo de degradação conhecido como assoreamento do leito desses rios, por conta de maior aporte de sedimentos das áreas adjacentes ao canal

⁶⁵ A esse respeito Ver: MELLO, Evaldo Cabral. **O bagaço da cana**: os engenhos de açúcar do Brasil holandês. 1ª Edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 94-137.

fluvial e da erosão de suas margens⁶⁶. Agravando assim, as cheias nessas áreas e interferindo no próprio ciclo das águas. Tal problema ambiental acabou trazendo também, sérios prejuízos à produção de pescado, uma importante fonte de alimentos para os moradores das vilas e engenhos. Além de prejudicar e inviabilizar a navegabilidade de alguns trechos dos cursos fluviais. Sendo isso, muito nocivo ao próprio sistema de transporte que se fazia nesses rios, no passado. Já que a navegação nesses rios se configurava como o meio usual de transporte naquela área.

Assim, ao longo desses rios um crescente assoreamento provocado pelo deslocamento de solos desprovidos, nos interflúvios, da proteção que a primitiva cobertura vegetal assegurava em suas margens deixou a navegabilidade praticamente nula tanto no Pirapama como em outros importantes rios da região. Desse modo, importantes zonas produtoras de açúcar, como Ipojuca⁶⁷, que era responsável por uma considerável parcela do açúcar exportado, através do Porto do Recife para a Europa acabaram amargando grandes prejuízos, pois, os senhores de engenhos dessas freguesias tiveram que buscar novos meios de fazer chegar às caixas de açúcar ao seu destino final no Recife. O que aumentava desta forma, os gastos para a execução dessa etapa crucial da cadeia produtiva para esses produtores da Mata Úmida.

A respeito desses rios, Gilberto Freyre⁶⁸, a partir de uma visão idílica, saudosista e talvez aristocrata, relata que foi nas várzeas do Capibaribe, no Cabo de Santo Agostinho (várzeas dos rios Pirapama e Massangana), do rio Ipojuca, do Una, do Recôncavo da Bahia, no vale do Paraíba, em Santo Antônio dos Quatro Rios e outros tantos, onde teve início o processo de implantação das primeiras casas-grandes e seus respectivos engenhos. O autor chama a atenção ainda, para o fato de que nessas localidades tiveram origem tipos de famílias resultantes de relações endogâmicas. Como, por exemplo, os Paes Barreto, Cavalcanti, Wanderley e Souza Leão, ou seja, o autor busca através desse relato estabelecer os lugares de origens e lócus de poder das elites coloniais do mundo açucareiro na América portuguesa. Indicando, assim os lugares, onde parte desses grupos dirigentes tiveram o seu lugar de acento e irradiação de poder político-econômico.

⁶⁶ ANDRADE; LINS. op. cit., 1984. p. 178.

⁶⁷ Idem, p. 179.

⁶⁸ FREYRE, op. **Nordeste**. cit., 2004. p. 62.

Foto 1 – Leito do Rio Ipojuca nos arredores de Ipojuca – Sede



Foto: Eduardo Santana

No que tange a Freguesia de São Miguel do Ipojuca, podemos indicar como sendo o lugar de origem de alguns importantes grupos familiares que, durante boa parte do período colonial, estiveram ligados à governança da então capitania de Pernambuco como bem afirmou Pereira da Costa, ao fazer referência aos: “*os Achiolis, os Rolins, os Cavalcantis, Albuquerque, Lacerdas, Mouras, e outros mais com estes enlaçados*”⁶⁹, já que perfilaram como abastados detentores de engenhos e fazendas de cana, instalados naquela freguesia pelos idos dos séculos XVI ao XVIII.

⁶⁹ COSTA, op. cit., 1952. vol. 1: 431-432.

Além do mais, muitos dos patronos desses ramos familiares tomaram parte das campanhas militares que visavam tomar aquelas terras dos grupos indígenas que ali habitavam⁷⁰. E, mais tarde, seus descendentes tomariam parte nas guerras de reconquistas da capitania contra os invasores batavos no século XVII. Desta feita, verdadeiros clãs se desenvolveram as margens dos cursos fluviais da Mata Úmida, fazendo, segundo as palavras de Freyre, “*de varias famílias uma só e de vários engenhos um sistema social e às vezes econômico (...) onde as margens dos rios pequenos dominados pelo velho de uma casa-grande maior, mais dono do rio, da água e da várzea que a outras*”⁷¹.

Os motivos pelos quais a importância desses antigos caminhos navegáveis da região não devem ser esquecidos ou desprezados. E, tão pouco apagados da memória de nossa história, uma vez que, se figuraram como aliados incondicionais da conquista, colonização e consolidação da empresa colonial naquelas paragens. E sem os quais, possivelmente, a história da indústria do açúcar e da própria região teria sido bem diferente daquela que conhecemos.

1.2 – A Mata Atlântica

A bondade dos arvoredos de Pernambuco he singular pela, sua formosura, préstimo, e preço, de que ha matas immensas, gloria e coroa de todos os bosques do mundo. Produz todas as arvores que produz o Brazil, e muitas outras que se não achão em outras partes⁷².

Os índios que se confraternizaram com os ocupantes das caravelas portuguesas que aportaram, pelos idos de 1500, no Novo Mundo certamente não faziam ideia, tal como o rico arvoredo às suas costas, da destruição que a invasão europeia infringia ao seu meio ambiente e ao seu modo de vida. De acordo com Warren Dean, o colonizador português foi incapaz de compreender a magnitude e as possibilidades que a Mata Atlântica poderia lhes oferecer, antes a sua relação com ela foi de completa estranheza, recheada de delírios a respeito de fabulosos tesouros em esmeraldas e ouros escondidos nas estranhas dessa floresta. Limitando se assim, a extrair dela o que a sua limitada visão mercantilista lhe indicava como economicamente rentável como, por exemplo, o pau-brasil. Desta feita, os colonizadores portugueses passaram a produzir tamanha

⁷⁰ Idem. vol. 2: 113.

⁷¹ Ibidem Idem.

⁷² COUTO, op. cit., 1904. p. 35.

devastação na floresta e nas sociedades indígenas que há séculos retiravam dela o seu sustento que, em pouco mais de um século, quase todos aqueles povos que viviam no litoral da América portuguesa estavam mortos e suas sociedades em completas ruínas⁷³.

No que diz respeito à Mata Úmida de Pernambuco e a implantação da sociedade e engenhos açucareiros, a existência de quilômetros e quilômetros quadrados de floresta virgem, atiçava a cobiça dos futuros senhores de terra, pois delas seriam retiradas a madeira usada nas primeiras construções do período e para alimentar as fornalhas das fábricas de açúcar dos inúmeros engenhos que se instalaram na região no decorrer dos três primeiros séculos. Onde, a monocultura da cana-de-açúcar, reinou absoluta e para quem foram disponibilizadas as melhores e mais férteis terras. Sim, terras férteis, pois a sombra propiciada pela floresta Atlântica, graças a sua grande quantidade de folhagem, galhos e extensas copas do seu arvoredo davam as condições ambientais ideais para a formação de uma extensa camada fértil de húmus sobre o solo da floresta⁷⁴.

Assim, a existência de uma rica e variada flora local era importante porque a indústria açucareira requeria, para o seu funcionamento, uma oferta abundante e constante de madeiras. Madeiras essas, usadas para abastecer as casas do engenho, casa da moenda, casa das fornalhas, casa das caldeiras e a casa de purgar⁷⁵. Portanto, no mundo do açúcar, a madeira era gênero de primeira necessidade, e não só para os engenhos. Como também, para as vilas açucareiras e seus moradores que se instalariam na região durante o processo de ocupação da Mata Úmida.

Em razão dessa necessidade constante de madeira, trechos imensos de florestas foram sendo derrubados na medida em que as casas-grandes e os seus canaviais avançaram sobre a mata. Uma vez que, em praticamente todo o processo produtivo ou nas demandas diárias dos moradores, se fazia uso de alguma espécie de madeira. Desta forma, pouco a pouco, nas áreas onde a exuberante floresta havia reinado os extensos desertos verdes compostos pelos canaviais, passaram a tomar conta da paisagem.

⁷³ DEAN, op. cit., 1996. p. 59-66.

⁷⁴ Idem. p. 27.

⁷⁵ ANTONIL, op. cit., 1982. p. 113 e 114.

Foto 2 – Canavial nos arredores de Ipojuca - Sede



Foto: Eduardo Santana

Os engenhos, durante o período da safra, moíam por longos períodos ininterruptos. E como anotou Antonil “*comumente moíam dia e de noite, por seis, sete, oito até nove meses por ano*”⁷⁶, o que ocorria não por acaso, já que preferencialmente os produtores iniciavam a moagem da cana na época do ano em que as chuvas perdiam a intensidade. Segundo Loreto Couto, para um engenho produzir em “*uma safra de mil e quinhentos pães de açúcar eram necessários 3.000 carros de 50 arrobas de lenha*”⁷⁷, ou seja, a cada safra a madeira retirada da floresta, apenas para o funcionamento das fornalhas de um único engenho, impunha a perda de uma área florestal imensa. Além do que, o madeiramento retirado da floresta era também utilizado na fabricação de portas, janelas, canoas, carros de boi, altares, móveis e em diversos tipos construtivos. Sendo, portanto, gênero de primeira necessidade naquela sociedade. A consequência disso é que, em boa parte da Mata Úmida a presença da floresta se resume à insignificantes manchas verdes rodeadas, ainda hoje, por imensos canaviais.

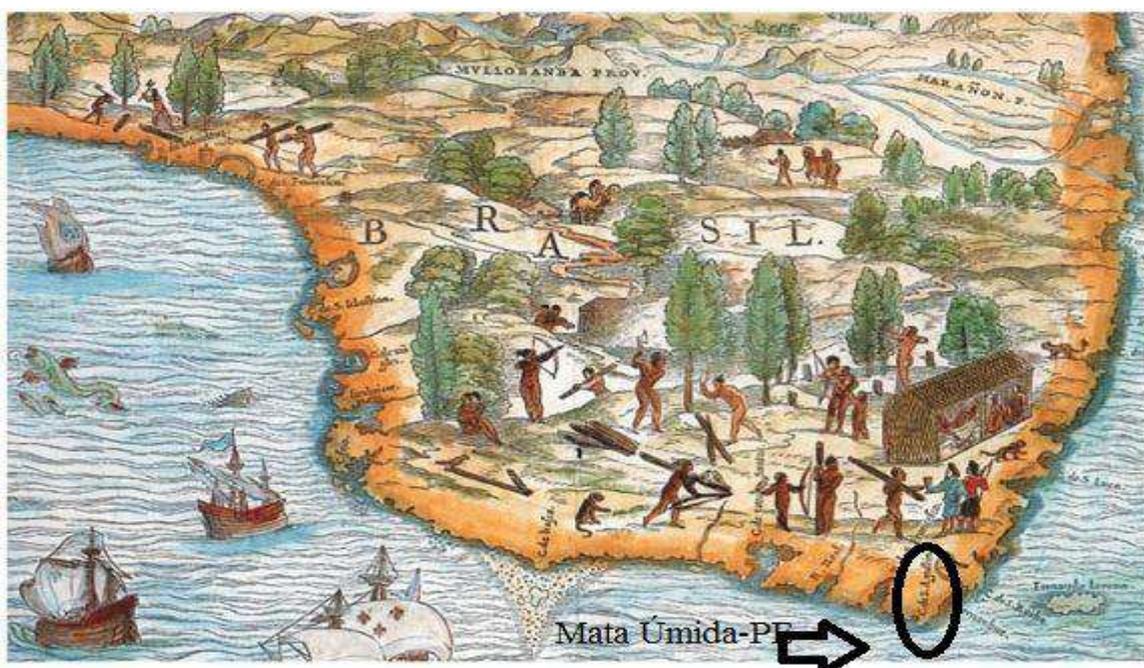
Na página seguinte trazemos uma ilustração incluída numa das mais importantes coletâneas de crônicas de viagens oceânicas do século XVI, feita por Giovanni Battista Ramusio em 1556. Na imagem em questão, o autor destaca a organização da exploração colonial de madeiras na costa da América portuguesa, sobretudo do pau-brasil já que

⁷⁶ Idem. p. 115.

⁷⁷ COUTO, op. cit., 1904. p. 175-176.

esta árvore possuía um grande valor comercial para os europeus. Já na parte inferior do mapa, cuja área está indicada e envolta por um círculo, podemos ver a representação da região do Cabo de Santo Agostinho. A região da Mata Úmida, onde o Cabo está inserido, no mapa está situada mais ao Norte de uma formação rochosa em forma de ponta de lança. Este mapa é importante porque indica que a primitiva floresta que compunha a área, antes mesmo de sofrer com o duro golpe do machado para dar lugar às lavouras de cana e engenhos, já era vítima dos desmatamentos para a retirada de madeiras de lei.

Segundo Warren Dean, estimasse que só no primeiro século de exploração do pau-brasil foram derrubadas aproximadamente dois milhões de árvores na Mata Atlântica só com esse tipo de atividade⁷⁸. Afetando assim, em torno de seis mil quilômetros quadrados de floresta nativa. Pensemos então o quanto a indústria do açúcar contribuiu para acelerar o desaparecimento de imensos trechos de floresta nativa nas áreas litorâneas da América portuguesa.



Mapa 6 - **Brasil** de 1556, onde a Mata Úmida de Pernambuco está representada pela menção ao Cabo de Santo Agostinho - Adaptação do autor⁷⁹

Dentre as espécies vegetais, cujas madeiras eram cobiçadas no mundo açucareiro podemos destacar o conduru, o camaçari, o camará, o angelim, o cedro e a maçaranduba

⁷⁸ DEAN, op. cit., 1996. p. 59-66.

⁷⁹ **Brasil, incluído em Delle navigationi et viaggi**, feito por Giovanni Battista Ramusio, 1556. Gravura: Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro, Brasil. In: KNAUSS, Paulo. **Brasil: uma cartografia** / Paulo Knauss; Claudia Ricci, Maria Pace Chiavari. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. p. 67.

vermelha, cujo uso era bastante comum por serem resistentes e facilmente aplicáveis tanto na construção naval, civil e religiosa assim como na construção de fortalezas militares. Outros tipos de madeiras eram preferidos pela sua resistência, como a sapucaia, bastante requerida para as moendas dos engenhos e seus eixos. A respeito dessa árvore o padre Cardim diz o seguinte: “A *Jaçapucaya* (...) *árvore muito rija, não apodrece, e é de estima para os eixos dos engenhos*”⁸⁰.

Podemos citar ainda, o pau-ferro, as várias espécies de louros e o quiri que eram muito apreciados pelos carpinteiros da época, já que deles faziam uso para os mais diversos fins. Tínhamos ainda, o âmago, o pau-d’arco e o pau-santo muito utilizados na fabricação de móveis⁸¹. Ainda a respeito da Sapucaia, Domingos Loreto Couto dizia em meados do século XVIII que: “*as sapucaias eram tantas, em Pernambuco, que se podiam carregar muitos navios com as suas saborosas e medicinais castanhas*”⁸².

Todavia, o tempo e o uso desenfreados desses recursos, sem a mínima preocupação em se fazer o replantio das áreas desmatadas por parte dos produtores e fazendeiros de cana-de-açúcar, fez com que essa variedade florestal entrasse em escassez na zona açucareira, a ponto de muitas espécies vegetais serem extintas na Mata Úmida. Por outro lado, já no século XVIII, muitos senhores de engenhos se lamentavam por não possuírem em suas terras, reservas de madeiras das quais pudessem fazer uso no processo produtivo de seus engenhos. E, isso era fato que encarecia bastante a produção, haja vista a elevada demanda por esse tipo de matéria prima nesses engenhos.

A respeito dos cuidados que uma pessoa que desejasse se tornar senhor de engenho, ANTONIL, já no início do século XVIII, fazia a seguinte recomendação: “*a todas as conveniências que se hão de buscar para ter fazenda com canaviais, pastos, águas, roças e matos; e em falta destes, comodidade para ter a lenha mais perto que puder ser*”⁸³, ou seja, o proprietário poderia se dar ao luxo de ter todos os inconvenientes, mas não poderia se dar o desprazer de não possuir lenha disponível para atender as necessidades do seu engenho. Pois, isso era causa de sérios prejuízos a esses senhores, já que a presença de um fundo territorial composto por uma reserva florestal razoável, além de viabilizar a produção, valorizava bastante as terras de um engenho.

⁸⁰ CARDIM, op. cit., 2009. p. 109-110.

⁸¹ ANDRADE; LINS, op. cit., 1984. p. 60-62.

⁸² COUTO, op. cit., 1904. p. 36

⁸³ ANTONIL, op. cit., 1982. p 77.

Por outro lado, a ausência de matas, baixava e muito o valor global de uma propriedade dessas.

1.3- O Solo da Mata Úmida

De acordo com Pereira da Costa, o massapé detêm algumas peculiaridades que, segundo ele, fez do tipo de solo existente na Mata Úmida, um aliado valioso da cultura da cana. De acordo com o autor, o massapé e suas propriedades poderiam ser definidos da seguinte maneira:

Massapé – Terra, fresca, húmida e branda pela sua constituição de mistura de argila e humos, em lugares planos e baixos, e de grande fertilidade para todo gênero de cultura. “A terra preferida para a plantação de cana é o massapé”. (Arthur Orlando). Argila preta, amolecida e pegajosa: Barro massapé. “Experimentei a plantação do trigo em terras de várzeas de massapês, fertilíssimas, aonde vicejam muito.” (Diálogos das grandezas do Brasil). “O massapé cinzento das várzeas, fende-se, lasca-se ao calor”. (Gustavo Barroso). “Várzeas de massapé impermeável, de rara vegetação ou despida delas.” (Irinêo Joffily)⁸⁴.

Desta forma, graças ao massapé, a região da Mata Úmida detêm certas características presentes em seu solo que facilitaram a adaptação da cana-de-açúcar, bem como, possibilitou que esses mesmos canaviais e indústrias figurassem dentre os mais rentáveis da capitania de Pernambuco. Uma vez que o tipo de solo presente, o massapé - de aparência viscosa, oleosa, cor avermelhada (ricos em óxido de ferro) e a presença de grande disponibilidade de água, nutrientes e matéria orgânica nos seus horizontes superiores - acabou se mostrando mais proveitoso a esse tipo de cultivo. ANTONIL, em sua descrição sobre o tipo ideal de terra para a implantação de um engenho real, desaconselhava o uso das terras vermelhas, areíscas e as terras brancas para o plantio da cana-de-açúcar por se desgastarem rapidamente ou não servirem a esse tipo de cultura vegetal. Aconselhava, entretanto as terras de massapé, terra negra e forte, como sendo as de melhor qualidade e mais indicada para o plantio da cana. A sua descrição dá a entender que um engenho provido com esse tipo de terra gerava ao seu proprietário uma boa rentabilidade⁸⁵.

A respeito desse tipo de solo, Gilberto Freyre⁸⁶ e Manuel Correia de Andrade⁸⁷, atestam que o massapé, muito mais do que o clima, foi um dos principais fatores que

⁸⁴ COSTA, op. **Vocabulário pernambucano**. – Coleção pernambucana. Recife: Editora do Brasil, 1976. vol. 2: 498.

⁸⁵ ANTONIL, op. cit., 1982. p. 101.

⁸⁶ FREYRE, op. **Nordeste**. cit., 2004.

contribuíram para a geração de riqueza daquela região. Já que viabilizou a implantação do grande latifúndio monocultor nessas paragens. Atraindo, ao mesmo tempo, inúmeros capitais para aquela região. Sedentarizando assim, uma sociedade que por séculos sobreviveria à sombra dos engenhos açucareiros.

Já para Warren Dean, “*O solo foi menos, determinante que a chuva e a temperatura no estabelecimento da Mata Atlântica*”⁸⁸. Esse trecho da afirmação do autor é importante para que possamos entender que a fertilidade do solo tem relação com fatores climáticos que viabilizaram a existência de um tipo de floresta específica, nas áreas litorâneas da América portuguesa. E, desta forma, o tipo de floresta que se formou foi a grande possibilitadora do solo do tipo massapé. Sendo assim, a afirmação do autor é perfeitamente compreensível, uma vez que, a fertilidade do solo e o seu aproveitamento para a cultura da cana-de-açúcar foi possibilitado pela presença da floresta que ali se desenvolveu no passado. Sendo possível que, o desenvolvimento desse tipo de solo tenha se dado em menor ou maior grau em outros trechos da costa brasileira, onde a floresta Atlântica teve a oportunidade de se desenvolver.

A partir desta percepção do autor, podemos inferir o quanto o desbravamento da Mata Atlântica, pela indústria da cana-de-açúcar, acabou por introduzir contundentes alterações na paisagem outrora dominada pela exuberante floresta tropical. Sendo assim, pouco a pouco, a região mais ao Sul da vila de Olinda foi sendo incorporada a lógica da produção açucareira, onde voltada para atender a demanda crescente do mercado europeu por esse produto, avançou vorazmente sobre as matas, rios e riachos, trazendo inclusive sérios e irreversíveis prejuízos à flora e fauna silvestre.

A relação do agricultor com a terra, todavia, não foi de cuidado e zelo. Pois, uma vez escolhido o local para o plantio das mudas de cana-de-açúcar, o dono da terra tratava logo de mandar por fogo na mata e derrubava as árvores que teimavam a ficar de pé. Posteriormente, logo após o plantio, o cultivo e o corte, permaneciam no solo as socas das canas impossibilitando assim, o descanso do solo e a sua recuperação. Com o passar do tempo, em razão do desgaste do solo e a diminuição das matas, a própria atividade econômica ficava comprometida⁸⁹. Em razão disso, em uma ou duas gerações, muitos senhores se viam em grandes apuros ante a possibilidade de encerrar as atividades fabris dos seus engenhos. Nesses casos, caso o engenho não dispusesse de

⁸⁷ ANDRADE, op. **A Terra e o Homem no Nordeste**. cit., 1998.

⁸⁸ DEAN, op. cit., 1996. p. 27.

⁸⁹ FERLINI, Veral Lúcia Amaral. **Açúcar e Colonização**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 127-131.

outras glebas de terra para dar seguimento à produção, o senhor de engenho tinha duas alternativas: reduzir a produtividade e arcar com o prejuízo; ou vender o engenho a um preço bem inferior do ele valeria se ainda contassem com um solo ainda fértil e uma boa reserva de matas. Sendo assim, em tais condições, ficava praticamente inviável manter o engenho funcionando, pois, o valor de um engenho, como bem frisou ANTONIL, dependia de um conjunto de fatores. E isso fica claro por meio dessa referência feita pelo autor: “*não dependia apenas da qualidade dos solos, dos canaviais ou da proximidade dos rios, mas também da existência de matas*”⁹⁰.

Desta feita, as intervenções infringidas ao meio ambiente, foram pouco a pouco transformando a paisagem local, onde o exuberante manto verde que outrora cobria os vales, morros e várzeas da região, foi dando lugar a intermináveis canaviais. Sendo assim, a necessidade de açúcar selou o destino da Mata Atlântica, reduzida a pequenas manchas verdes num espaço, onde outrora tinha reinado soberana por milhares de anos.

A respeito da relação estabelecida à paisagem e a produção, Milton Santos tece a seguinte observação:

A relação entre paisagem e produção está em que cada forma produtiva necessita de um tipo de instrumento de trabalho. Se os instrumentos de trabalho estão ligados ao processo direto da produção, isto é, à produção propriamente dita, também o estão à circulação, à distribuição e ao consumo. A paisagem se organiza segundo os níveis destes, na medida em que as exigências de espaço variam em função dos processos próprios a cada produção e em nível de capital, tecnologia e organização correspondentes⁹¹.

Sendo assim, a partir da perspectiva que o autor nos apresenta, podemos compreender a paisagem enquanto resultante de um determinado tipo de produção. Desta forma, ela deixa de ser natural, ou seja, passa a ser algo artificial. Portanto, se transforma em algo resultante de um dado processo cultural que, por sua vez, é peculiar a certo contexto histórico social. Passando, assim, ao campo de interesse da história por ser resultado da ação humana sobre ela. Passando também a inserir-se dentro de uma determinada conjuntura sociocultural.

No mundo dos engenhos, segundo Vera Lúcia Ferlini, a grande lavoura de cana não deixava espaço para o desenvolvimento da pequena propriedade, pois, o grande latifúndio impunha a necessidade de haver uma grande disponibilidade de terras ociosas

⁹⁰ ANTONIL, op. cit., 1982. p. 92 e 196.

⁹¹ SANTOS, M. op. cit., 2012. p. 72.

para o plantio das futuras mudas de cana-de-açúcar⁹². Tendo em vista que, essa atividade tinha um caráter extremamente predatório das matas. E isso, por outro lado, acabava por reduzir drasticamente a oferta de madeira para os engenhos. Todavia, o mau uso desse recurso ocorria porque não havia o hábito, entre os proprietários, de se fazer o manejo ou o replantio das matas devastadas. Sendo assim, mesmo a área plantada sendo menor do que o fundo territorial dos engenhos havia a necessidade de se deixar áreas imensas reservadas para futuras semeaduras, uma vez que, o constante cultivo da terra por uma mesma cultura e as queimadas recorrentes dos canaviais, acabava desgastando e empobrecendo bastante o solo, já que, retiravam dele seus nutrientes.

1.4 – O Clima

Ainda com respeito aos fatores de atração da região, poderíamos dizer que a maritimidade também foi um grande beneficiador do clima local, já que a proximidade do oceano Atlântico fazia com que houvesse uma maior quantidade de chuvas na área. Permitindo uma menor amplitude térmica anual e diurna, com pouca variação da temperatura ao longo do ano, e, entre a temperatura de dia e de noite. Sendo esse mais um elemento beneficiador à adaptação da cana-de-açúcar. Já que permitia uma maior regularidade nas chuvas, além de manter relativamente estável a umidade do ar nesse recorte geográfico da capitania.

Por outro lado, a retirada da cobertura vegetal acaba expondo o solo, as intempéries climáticas que eram peculiares nessas regiões produtoras, uma vez que, a retirada da primitiva floresta deixa o solo exposto ao sol e as chuvas. E isso, acelerava a velocidade do escoamento superficial, os fluxos concentrados, a erosão que culminou no seu empobrecimento, haja vista que, as águas da chuva acabavam levando consigo os nutrientes desse solo. Já o aumento da temperatura do solo exposto, desprovido da proteção oferecida pela vegetação nativa, potencializava a propagação de pragas nocivas aos canaviais como lagartas, formigas e gafanhotos.

Com relação ao clima da Mata Úmida, ele é do tipo AS', quente e úmido, segundo a classificação de Köppen, também chamado por Gilberto Osório Andrade e Rachel Caldas Lins de "pseudotropical". Na classificação de Ab'Sáber é denominado como tropical litorâneo úmido, sob a atuação da massa tropical atlântica (mTa) e zona

⁹² FERLINI, op. **Açúcar e Colonização**, cit., 2010. p. 193.

de convergência intertropical, além de outros sistemas atmosféricos como: onda de leste e vórtices ciclônicos, apresentando médias térmicas em torno de 25° C e chuvas concentradas no outono e inverno. A esse respeito, os autores comentam que essa particularidade do clima local é decorrente do fato da posição anômala da estação chuvosa que nos climas verdadeiramente tropicais situa-se no verão. Razão pela qual o tipo específico de clima, quente e úmido, existente na área deram as condições atmosféricas ideais para que a cana-de-açúcar se adequasse tão bem ao seu recorte geográfico. Esse tipo de clima permitiu que houvessem chuvas bem distribuídas durante todo o ano na região, fator esse que beneficiava bastante as lavouras de cana. Havendo sempre precipitações pluviométricas em maior ou menor quantidade de acordo com o período do ano. Sobretudo, nos meses de outono a inverno, que concentravam 77% das precipitações anuais que ocorriam na região⁹³.

Em contrapartida, apesar das benesses que as chuvas traziam consigo para as plantações de cana-de-açúcar, a exposição excessiva dessas lavouras ao grande volume de água que caía na região no período de inverno, poderia representar sérios prejuízos aos senhores de engenhos, uma vez que, poderiam interferir negativamente no resultado final do processo de fabricação de açúcar, já que o acúmulo de água no referido vegetal deixava-o bastante aquoso. E isso, acabava comprometendo tanto a qualidade do produto final, quanto a rentabilidade da produção, pois, certamente um tipo de açúcar cujo teor de sacarose fosse muito abaixo do esperado. Para esse tipo de mercadoria, seria ofertado um valor bem abaixo do que usualmente se pagava por esse tipo de produto.

A esse respeito, Domingos Loreto Couto, comentava que para evitar esse tipo de problema, o engenho tinha que começar a sua moagem no período do verão. O cronista argumentava que, além dos prejuízos que as chuvas traziam a qualidade da cana cortada, elas também impossibilitavam a condução da produção até as fábricas dos engenhos em decorrência dos imensos lamaçais e das enchentes dos rios que inundavam as estradas, usualmente utilizadas nesse período⁹⁴.

Todavia, se as chuvas de inverno traziam tantos inconvenientes aos produtores de açúcar e as fazendas de cana-de-açúcar, quanto os relatados por Loreto Couto, a ausência delas, por outro lado, poderiam ser transformar numa calamidade muito maior a produção dos engenhos, devido aos grandes prejuízos que poderiam causar. De acordo

⁹³ ANDRADE; LINS. op. cit., 1984. p.30-33.

⁹⁴ COUTO, op. cit., 1904. p.181-184.

com Pereira da Costa, no ano de 1583 houvera uma estiagem de tal proporção nas diversas regiões da capitania de Pernambuco, que muitos engenhos reais tiveram que suspender a moagem de cana-de-açúcar, devido à inexistência de matéria prima ou; devido à secagem dos rios. Essa seca tomou uma proporção tal que, segundo o autor, fazendas de cana e mandioca perderam toda a sua lavoura. Sendo essa estiagem e a sua perduração encarada, segundo o autor, com grande assombro pela população da época, já que as chuvas sempre foram regulares em certas regiões da capitania⁹⁵.



Figura 1 - O carro de bois de 1638 em um engenho de Serinhaém⁹⁶

A imagem acima é a representação de uma das muitas pinturas feitas a óleo pelo pintor holandês Frans Post⁹⁷, que viveu no Brasil entre 1637 a 1644, período em que a capitania de Pernambuco e suas anexas haviam caído sob o jugo holandês. Em suas obras, o artista procurou retratar o cotidiano e as paisagens produzidas pela sociedade açucareira nas regiões por onde andou. Em seu trabalho, o autor dá particular atenção

⁹⁵ COSTA, op. cit., 1952. vol. 1: 548.

⁹⁶ **O carro de Bois**. Óleo sobre tela, 61 x 88 cm. Assinada e datado F. Post 15.8.1638 na caçamba com açucar. Proveniência: Luis XIV, Musée de La Marine, Paris; Museu do Louvre, Paris. In: HERKENHOFF, Paulo (org). **O Brasil e os Holandeses, 1630-1654**. – Texto de José Antônio Gonsalves de Mello. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999. p. 250.

⁹⁷ SOARES, M. C. cit., 2009. p. 61-65.

aos engenhos cuja produção era a maior fonte de riqueza da América portuguesa no período e, sobretudo, da capitania de Pernambuco. Tendo sido esse um forte motivo para a invasão e ocupação holandesa da região no século XVII. Sendo assim, o pintor, intimamente comprometido com o projeto expansionista holandês sobre as áreas produtoras de açúcar, lança o seu olhar quase hermenêutico sobre aquele mundo que tanto lhe fascinava pelo conjunto de cores, contrastes e exotismo. Desta forma, o artista buscou retratar a partir da sua visão eurocêntrica de mundo, aquele novo domínio batavo que tanta cobiça despertava nos homens e negociantes ávidos pelo precioso ouro branco que era produzido nos engenhos açucareiros.

Por fim, na representação acima, feita por Post, podemos ver escravos, conduzindo um carro de bois, usado para auxiliar nas fainas agrícolas próprias dos engenhos de açúcar na época. Indicando assim um importante meio de transporte usado no desenvolvimento de algumas tarefas diárias daquelas propriedades agrícolas como: o fornecimento de lenha, busca de gêneros alimentícios nas vilas ou mesmo ferramentas de trabalho aplicadas na indústria do açúcar. Enfim, ele procurou descrever através de suas pinceladas as atividades inerentes a todas as atividades que giravam na órbita desses engenhos açucareiros.

Por outro lado, a leitura da imagem nos indica o caráter rotineiro e metódico da produção do açúcar e das atividades a ela subordinadas, pois, no mundo dos engenhos o carro de boi detinha diversas utilidades, sendo o seu uso empregado em diversos fins como: levar o resultado da produção dos engenhos até os portos ou vilas próximas para que fossem remetidos ao Porto do Recife; trazer gêneros alimentícios ou utilitários das vilas até os engenhos; trazer madeira para as fornalhas das fábricas; transporta pessoas doentes; ou que não estivessem em condições de percorrer a pé ou a cavalo grandes distâncias. Sendo assim, a percepção do mundo açucareiro, a partir das marcas que lhe eram peculiares foi um exercício levado a cabo por Frans Post em suas pinturas o que, por sua vez, faz de suas obras uma importante fonte de análise histórica e documental.

Já o mapa abaixo é uma representação da América portuguesa, feito quando os holandeses ainda dominavam boa parte das zonas produtoras de açúcar, incluindo a extensa capitania de Pernambuco e as suas regiões produtoras. Nesse mapa percebe-se que Johannes Bleau, cartógrafo oficial da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, buscava fornecer informações detalhadas da costa brasileira, e certamente, por estar a serviço dos invasores holandeses buscava através do seu trabalho colher informações que pudessem servir aos interesses da Companhia. Esse trabalho, baseado em Georg

Marggraf⁹⁸, e com vinhetas de Frans Post, é conhecido pela riqueza de detalhes e informações. Por essas razões, no tempo em que foi concebido, foi tido como um dos mais precisos mapas feitos até então da costa do Brasil.



Mapa7 – Brasília de 1642, feito por Johannes Blaeu, onde o autor indica a localização das capitanias e seus principais núcleos urbanos⁹⁹.

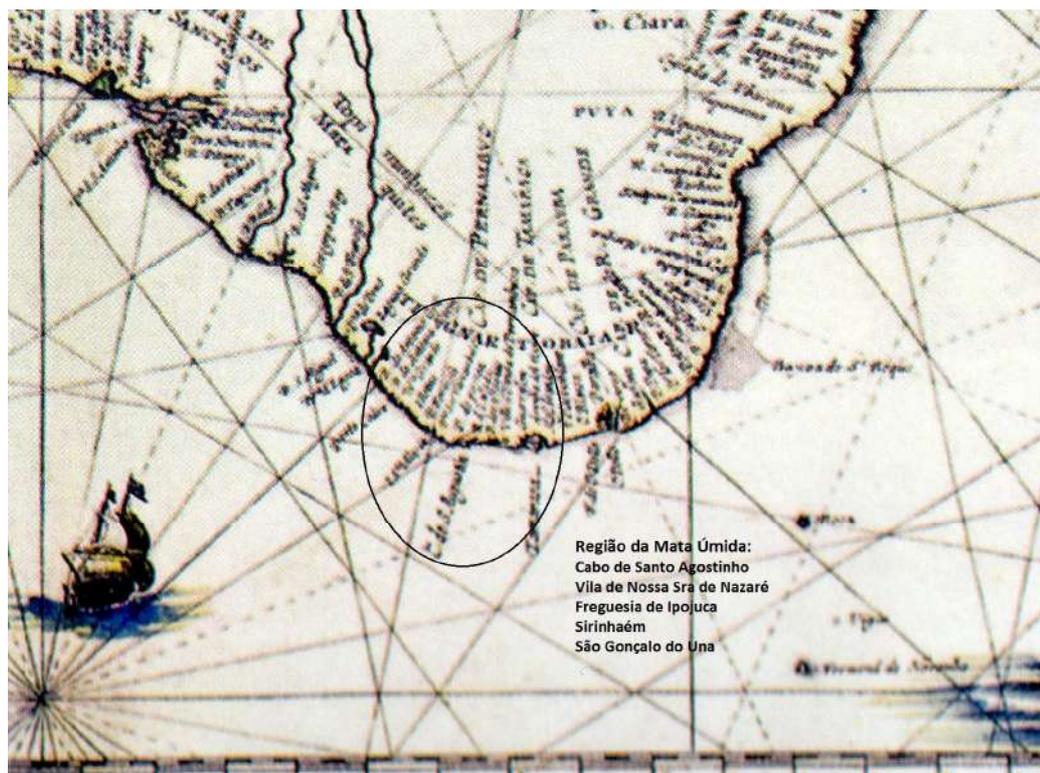
Em contrapartida, a partir de um recorte do mapa acima, que pode ser visto logo abaixo, é possível identificarmos algumas localidades da Mata Úmida. A identificação se dá através do nome dado a alguns de seus acidentes geográficos, cursos fluviais e núcleos urbanos ali já instalados.

Desta forma, a partir desse recorte no mapa, é possível identificarmos o Cabo de Santo Agostinho, o povoado de Nossa Senhora de Nazaré, situada no sopé do morro onde foi instalado o forte de Nossa Senhora de Nazaré, próximo ao Cabo; a região de

⁹⁸ Naturalista alemão com formação em matemática, história natural, astronomia e medicina. Em 1638 veio para o Brasil, onde ficou até 1643. Realizou três expedições nos territórios dos atuais estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Sendo a sua primeira entrada no sertão, em junho até agosto de 1639 no Ceará. Trabalhou ainda no primeiro observatório astronômico montado na América. In: ILHERING, Rodolpho von. 1914. **George Marcgrave**: o primeiro sabio que veio estudar a natureza do Brazil — 1638 a 44. Revista do Museu Paulista, vol. IX, p. 307-315.

⁹⁹ **Brasília – Generis Nobilitate Armorum et Literarum** de Johannes Blaeu, 1642. Butil e Aquarela sobre papel: 38 x 49,5 cm. Biblioteca Nacional da França – Paris, França. In: KNAUSS, op. cit., 2010. p. 46.

Ipojuca; o termo de Sirinhaém e o rio Una. Notando-se desta maneira que a região despertava a cobiça dos invasores batavos, e, por esta razão, buscaram produzir o maior número de informações possíveis a respeito daquelas paragens. Os chamados holandeses faziam bastante uso da cartografia, recurso este utilizado também pelos cosmógrafos a serviço da Coroa portuguesa e espanhola desde o século XVI nas terras do Brasil.



Mapa 8– **Brasilia de 1642** - Recorte da área da Mata Úmida, entre o Cabo de Stº Agostinho até a região do rio Una - Adaptação do autor¹⁰⁰.

Tendo em vista estas particularidades da Mata Úmida, buscamos por em relevo uma conjunção de diversos elementos naturais, como: a chuva, a temperatura, a floresta, os cursos fluviais e a proximidade do oceano Atlântico que, em íntima associação, fizeram daquela região uma área ideal para a implantação das fazendas de cana-de-açúcar e engenhos de açúcar. Sendo, todos eles em conjunto cruciais para que no alvorecer da segunda metade do século XVI, aquela localidade se tornasse a “menina dos olhos” dos colonos interessados no negócio do açúcar, fatores que determinaram drásticas transformações ambientais e sociais naquela região. Imprimindo mudanças

¹⁰⁰ Ver Mapa completo e referências na páginas nº 56.

naquela primitiva paisagem que, modificariam profundamente o seu meio ambiente nos séculos seguintes. Bem como, deram corpo a toda uma complexidade de relações socioculturais que ali ganhariam expressão e novas configurações no percurso do desenvolvimento histórico e econômico daquela região.

CAPÍTULO 2

A COLONIZAÇÃO DA MATA ÚMIDA PERNAMBUCANA

1 – A experiência portuguesa no plantio e produção do açúcar nas Ilhas do Atlântico – Século XV e XVI.

Os lusitanos se lançaram no comércio açucareiro ainda por volta do século XIII e no início do século XIV, quando passaram a cultivar a cana-de-açúcar nas ilhas do Atlântico Sul por meio da intermediação de mercadores estrangeiros e a afluência de capitais de judeus. A esse respeito Raimundo Faoro¹⁰¹, nos diz que o interesse dos mercadores nesse negócio é bastante compreensível, uma vez que esse produto já era tido como uma especiaria muito cortejada pela aristocracia europeia e, que a venda desse produto já vinha gerando generosos dividendos para os grupos ligados ao comércio ultramarino no reino e na fazenda real. Garantindo com isso, consideráveis lucros para os mercadores que fomentavam essa atividade econômica. Por outro lado, as receitas advindas desse comércio atraíram cada vez mais a cobiça da Coroa portuguesa, que via nessa atividade uma fonte ascendente de recursos que, se bem orientada, poderia servir para soerguer as finanças do reino.

Fato esse bastante compreensivo, pois, segundo afirmam Vera Toledo e Cândida Gancho, até o século XV o açúcar era considerado artigo de luxo na Europa. Sendo inclusive deixado como herança nos testamentos de nobres e reis, devido a sua raridade e alto valor de mercado. Haja vista que para se conseguir alguns gramas desse produto, só acessível aos mais abastados, era preciso ir as raras boticas que havia em algumas regiões mais desenvolvidas daquele continente¹⁰².

Entretanto, apesar da indústria açucareira vir se desenvolvendo desde a baixa Idade Média em Portugal, a etapa que coincide com a fase expansionista da Coroa lusitana é extremamente importante, pois, a experiência nas ilhas do Atlântico foi indispensável para que aquela indústria adquirisse um alto grau de desenvolvimento técnico, administrativo e econômico que fora determinante para o seu modo de implantação, já no século XVI, na América portuguesa. Uma vez que, legou para os portugueses o conhecimento necessário para viabilizar a instituição de um tipo de colonização que garantisse a implantação dessa atividade econômica de forma altamente rentável para a classe mercantil e o Estado português.

¹⁰¹ FAORO. op. cit., 1996. p. 21,69 e 90.

¹⁰² TOLEDO, Vera Vilhena; GAUCHO, Cândida Vilarés. **Verdes Canaviais**. São Paulo, Ed Moderna, 1996. 14-15.

Segundo Raimundo Faoro¹⁰³, os portugueses, após o processo de reconquista dos seus territórios, estavam em busca de novas fontes de receita para fomentar o desenvolvimento de suas instituições políticas. Por esta razão, a Coroa fortalecida e detendo as rédeas do poder em mãos, irá, por meio da expansão comercial, se lançar no circuito das conquistas ultramarinas, usando o lastro financeiro dos mercadores e banqueiros para financiar a sua empresa colonial. Nesta perspectiva, nos parece bastante plausível afirmar que os mercadores e os reis portugueses trabalharam em conjunto com vistas a atender os seus respectivos interesses. Haja vista que a prosperidade dos homens de negócios do reino, se revertia na elevação e glória da própria monarquia, fortalecendo, ao mesmo tempo, o Estado e as suas instituições. Aumentado ao mesmo tempo o capital simbólico da monarquia barroca lusitana.

Desta forma, a expansão marítima de Portugal até as ilhas do Atlântico: Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, que não se deu apenas sob a bandeira mercantilista, pois levou consigo a experiência do cultivo da cana-de-açúcar obtido na Península Ibérica e nas ilhas do Mediterrâneo. Aplicando naquela empreitada o conhecimento que haviam adquirido no cultivo e processamento daquela gramínea. E a distribuição do produto (açúcar) no mercado europeu. Fomentando assim a implantação daquela promissora indústria nos territórios conquistados. Assim, os mercadores se valendo do aparelho institucional e estatal fornecido pela Coroa Lusitana expandiram as suas áreas de influências pelo Atlântico afora, tornando-se, ao mesmo tempo, o braço financeiro da monarquia portuguesa.

Ao que parece, foram os mercadores e homens de negócio da Itália que mantinham entrepostos comerciais em Portugal, que em busca de novas áreas onde investir seus capitais, expandindo assim os negócios, se tornaram os responsáveis pela introdução da indústria açucareira nas ilhas do Atlântico. Esses empreendedores do açúcar passaram a se estabelecer, segundo Stuart Schwartz, no *“elo humano de uma corrente que transferiu as técnicas, a administração das propriedades e a organização comercial da produção açucareira do leste para o oeste do mediterrâneo e, a seguir, (...) para a bacia atlântica”*¹⁰⁴. Sendo responsáveis pelo fornecimento de boa parte dos capitais empregados nessa indústria.

¹⁰³ FAORO, op. cit., 1996. p.89.

¹⁰⁴ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 22.

Por outro lado, o tipo latifúndio desenvolvido naquelas áreas serviu de modelo, ao tipo de economia que foi desenvolvida na América portuguesa. Pois, a partir dela, se originou nesses territórios um tipo bastante peculiar de agricultor, os sesmeiros, que instituíram engenhos, e isso graças aos seus próprios capitais ou em razão dos empréstimos tomados para fazer frente às imensas despesas que a implantação desse tipo de indústria requeria. Já os indivíduos que, após receberem sesmarias ou datas de terra e que não tivessem ou não conseguissem tomar de empréstimos capitais para instituir as suas próprias fábricas, se lançavam ao plantio da cana-de-açúcar para atender os engenhos. Esses homens, chamados de lavradores ou fazendeiros de cana, estabeleciam relações contratuais com os senhores de engenhos, com vistas ao fornecimento da matéria prima para as suas fábricas, onde ficava estabelecido que após o processamento da cana-de-açúcar, parte da produção seria dada ao dono da fábrica como pagamento pelo serviço.

Sob a perspectiva da América portuguesa, nos séculos XVI e XVII, a experiência portuguesa nas ilhas atlânticas se fez importante para os rumos que mais tarde tomaria a história da colonização do Brasil em vários aspectos. Um exemplo disso foi que ao ser instituído, em 1534, o sistema de donatários por D. João III, o governo português visava fomentar o desenvolvimento da América portuguesa. Revalidando, portanto, uma experiência que já havia se mostrado muito promissora nas ilhas da Madeira e Açores e mais timidamente nas ilhas de Cabo Verde. Assim, o experimento prévio dessa prática, nas ilhas do Atlântico, contribuiu para que monarquia portuguesa a instituisse no Novo Mundo. Deixando, entretanto, para particulares o ônus do custo do empreendimento colonizador da terra. Sem, contudo, abrir mão da soberania que o monarca detinha sobre os seus domínios¹⁰⁵.

2 – O Tráfico Negreiro e o uso da mão de obra negra nos engenhos enquanto base da produção açucareira

A experiência que os portugueses adquiriram com o tráfico negreiro e o uso da mão de obra escrava, em larga escala, na indústria do açúcar se configurou também como consequência das atividades portuguesa nas ilhas do Atlântico. Uma vez que para se manterem os altos lucros advindos da produção foi necessária a intensificação do já

¹⁰⁵ BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. Lisboa: Ed. 70, 2011. p. 98.

existente comércio de escravos de origem africana. Isso se deu graças à necessidade de aumentar a produtividade nas fábricas e lavouras de cana-de-açúcar. Assim, sobretudo nas ilhas de São Tomé e Príncipe o emprego de cativos negros se fez em proporções dantes nunca imagináveis, haja vista, por outro lado, que já naquele período contava a Coroa portuguesa com a cumplicidade da Igreja Católica, que logo cuidou de fornecer as bases ideológicas que legitimassem o comércio daqueles seres humanos. Portanto, sob a justificativa frágil de evangelização a Cúria Romana através da *bula Romanus pontifex* (1455)¹⁰⁶ ofereceu as bases da legitimação religiosa para esse tipo de comércio, e para que as monarquias ibéricas, através dos seus agentes, agissem livremente na costa africana.

A respeito da alta lucratividade desse negócio Felipe Alencastro tece o seguinte comentário:

percebe-se que a pilhagem (...) das aldeias africanas por corsários e piratas europeus não daria conta, por si só, da demanda escravista se avolumando na península Ibérica, nas Canárias, na Madeira, em Cabo Verde e São Tomé antes mesmo do descobrimento do Brasil. De fato, os portugueses não permanecem muito tempo com os pés fora do chão na Alta Guiné¹⁰⁷.

Na África negra, os portugueses buscavam tirar o máximo proveito econômico desse tipo de comércio com o mínimo de ocupação possível desses territórios. Valendo-se para tanto, de acordos políticos e econômicos com as elites locais africanas. Usando, por outro lado, a bandeira da expansão da fé, alegando o caráter salvacionista do tráfico negreiro. Uma vez que a redução de milhares de seres humanos a escravidão era interpretada, convenientemente, como uma ação redentora. Segundo disse o padre Antônio Vieira, falando a respeito da escravidão negra no Brasil nos idos do século XVII: “*extraídos da África pagã, os negros podiam ser salvos para Cristo no Brasil Católico*”¹⁰⁸. O que, contudo, não apagava o caráter predatório do tráfico negreiro e da própria ação religiosa dos missionários católicos que trabalhavam em associação no Continente africano, agindo junto aos traficantes de escravos e a Coroa para viabilizar religiosamente a escravidão no Novo Mundo. Levando assim, através de suas mensagens de fé e comércio, inúmeras comunidades africanas a desagregação familiar, política e cultural.

¹⁰⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Tratado dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 54.

¹⁰⁷ Idem. p. 45-46.

¹⁰⁸ Idem. p. 53.

Sob a perspectiva do caráter comercial e, supostamente, religioso da escravidão negra nos parece razoável supor que ela foi, sob o ponto de vista dos agentes políticos e econômicos da sociedade portuguesa e colonial, um mal necessário ao qual a indústria açucareira nascente não se esquivou de impor a regiões inteiras da África. Pois, haviam muitos interesses em jogo, para se aterem a questões meramente morais sobre a sua legitimidade ou não. A esse respeito, Vera Lúcia Ferlini faz uma colocação que, parece sintetizar a mentalidade da época quando diz que: “*produzir com escravos era produzir mais*”¹⁰⁹. Portanto, o que importava era produzir e gerar mais riqueza, não importando os meios utilizados para atingir esse objetivo. E, haja vista a imensa oferta de mão de obra que a África negra detinha, nada mais justo, segundo a lógica mercantilista do período, do que fazer uso dessa reserva humana para desenvolver em larga escala a indústria do açúcar.

Posteriormente, já nos idos do século XVI, segundo nos informar Felipe Alencastro, apesar do declínio da produção açucareira nas ilhas do Atlântico, os portugueses, continuaram mantendo altos lucros com o negócio do tráfico negreiro na África. Desta forma, a monarquia portuguesa e os grandes mercadores de escravos buscaram tornar o tráfico de escravos nos dois lados do Atlântico Sul ainda mais rentável. Assim, investiram estrategicamente nessa atividade comercial, com vistas a abastecer a princípio a América espanhola e depois maciçamente as lavouras e engenhos de açúcar do Brasil. Ocorrendo, desta feita, uma viragem na estratégia mercantilista portuguesa no mundo atlântico, deixando assim o negócio do açúcar circunscrito a América portuguesa¹¹⁰.

Portanto, tendo isso em vista, os principais do reino deixarão de estimular a constituição e a permanência de engenhos açucareiros em outros pontos dos domínios ultramarinos como, por exemplo, em São Tomé, Príncipe, nos Açores e na ilha da Madeira. Havendo, a partir disso, toda uma movimentação político-econômica para alinhar a oferta de mão de obra escrava africana às lavouras e engenhos açucareiros do Brasil. Onde foi se estabelecendo, pouco a pouco, uma interdependência entre os seus domínios na América e as suas colônias na África¹¹¹.

A esse respeito, Felipe Alencastro faz as seguintes ponderações sobre o tema:

¹⁰⁹ FERLINI, op. **Terra, Trabalho e Poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: editora brasiliense, 1988. p. 21.

¹¹⁰ ALENCASTRO. op. cit., 2000. p. 30- 38.

¹¹¹ Idem. p. 29-36.

o trato negreiro será um instrumento privilegiado de desencravamento da produção (...) dado que os lucros potenciais das fazendas e engenhos servem de garantia para a compra de novos fatores de produção (escravos), o excedente é investido produtivamente: os escravos representavam um quinto do investimento num engenho de açúcar e metade dos investimentos dos lavradores de cana¹¹².

As transações que envolviam a indústria açucareira rendiam muitos lucros para os mercadores, para os banqueiros, para Coroa e eventualmente aos senhores de engenhos e grandes fazendeiros de cana. Por outro lado, para o conjunto da população pobre a qual o acesso a terra e outros meios de produção estavam interditados, a realidade não era bem essa. Uma vez que os milhares de escravos usados nessa indústria não colhiam as benesses da opulência gerada pelo açúcar. E mesmo que por um lance de sorte alguns desses indivíduos obtivessem a liberdade e certo cabedal, para a grande maioria das pessoas nessa condição, entretanto, essa possibilidade não passou de uma apazível ilusão. Havendo ainda o estigma da cor da pele densamente associada à escravidão, e que interditava o acesso a certos símbolos de prestígio social a pessoas nessas condições¹¹³.

Portanto, o tipo de sociedade que se desenvolveu nesse lado do Atlântico, no Brasil, serviu em muitos aspectos de parâmetro para avaliar o tipo de sociedade que fora formada nessas ilhas ainda durante o século XV. E, cujo processo de produção, apesar de ser fruto de uma experiência prévia no velho Continente europeu, assumiu naquelas paragens características sociais, econômicas e políticas bastante distintas das que ocorriam na Europa. Com a evolução das técnicas de produção, a implantação da mão de obra escrava predominantemente negra e a produção em escala nunca dantes vista. Além do montante de transações e capitais envolvidos, em muitos aspectos diferiu daquilo que se dava no velho mundo, dando a esse negócio um caráter extremamente mercantilista.

Uma característica bastante peculiar do mundo dos engenhos de açúcar era a questão do prestígio social, haja vista que o prestígio de um senhor de terras ou produtor de açúcar, muitas vezes, era medido pela quantidade de escravos que fazia uso nas lavouras de cana ou nas fábricas. Sendo assim, deter a posse de escravos era estratégico para aqueles que almejavam se destacar naquela sociedade, pois, a servidão agregava maior valor ao capital simbólico das famílias ligadas a essa atividade. Já que ser

¹¹² Idem. p. 38.

¹¹³ SILVA, K. V. op. cit., 2010. p. 17.

proprietário de escravos acabava caracterizando-se como indício de que os proprietários de determinada lavoura ou fábrica, detinham os meios necessários para prosperar e aumentar as suas fortunas pessoais. Razão pela qual o ANTONIL escreveu o célebre comentário a respeito da importância que a escravidão havia adquirido para a produção açucareira, quando disse que: “os ESCRAVOS são as mãos e os pés dos senhores de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”¹¹⁴. Ou seja, aqueles que de fato lavravam a terra e produziam o açúcar e, cujo fruto do trabalho garantia a produção de riqueza na colônia.

Assim por motivos políticos, econômicos e religiosos a escravidão negra passou a fornecer à força motriz necessária a expansão da econômica açucareira. Portanto, entre as décadas de 1570 e 1590 o volume desse tipo de negócio aumentou em proporções até então nunca vistas no Atlântico Sul, tornando a economia do mundo açucareiro cada vez mais dependente desse tipo de mão de obra. Influenciando drasticamente, por sua vez, as relações sociais que iriam se tecer no mundo colonial sob o domínio português.

A respeito da importância que os escravos detinham no mundo açucareiro, Manuel Correia de Andrade, nos diz que a “civilização do açúcar só se fez viável graças à redução de grupos humanos a condição servi”¹¹⁵. Assim, graças à exploração de legiões de seres humanos, vítimas da ganância dos mercadores que contavam com o apoio e a cumplicidade das duas instituições mais importantes em Portugal, naquela época, que eram a Coroa portuguesa e a Igreja Católica, homens, mulheres e crianças africanas foram reduzidas à condição de escravos em dezenas de engenhos de açúcar instalados na Capitania de Pernambuco e ao longo da costa da América portuguesa.

Todavia, o ônus do tráfico negreiro para o Brasil colonial, também recaía sobre as elites locais africanas, já que elas facilitavam ou mesmo eram responsáveis pela captura de pessoas, que posteriormente eram entregues aos traficantes de escravos portugueses e de outras nacionalidades instalados na costa africana. Esses escravos, dentro do sistema produtivo açucareiro formavam dois grupos distintos: os que trabalhavam no eito, sujeitos a árduos trabalhos, e os que eram destinados aos serviços domésticos, na casa da família senhorial. Onde gozavam, supostamente, de algumas regalias. Mas sujeitos à mesma crueldade de um sistema que os tratava como animais desprovidos de alma e de quaisquer direitos.

¹¹⁴ ANTONIL. op. cit., 1982. p. 89.

¹¹⁵ ANDRADE, op. **A Civilização do Açúcar**. In: QUINTAS, Fátima (Org). **A Civilização do Açúcar**. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007. p. 31-32.

A respeito do tipo de tratamento dispensado aos escravos nos engenhos açucareiros, Emilio Gennari esclarece que:

a relação dos senhores com a massa escrava baseava-se no princípio de use e abuse. A duração da jornada de trabalho não reconhece limites e, sobretudo, nas épocas de corte e moagem da cana, passa das 15 horas diárias. Em geral, a labuta vai de segunda a segunda com cinco dias de descanso por ano: Natal, Epifania, Páscoa, Ascensão e Pentecostes¹¹⁶.

Sobre esse assunto, Vera Lúcia Ferlini diz que nas indústrias açucareiras havia ainda diversas categorias de negros: os especializados, mestres de açúcar, barqueiros, ajuda-barqueiros, purgadores, caixeiros, calafates, caldeireiros, tacheiros, carpinteiros, pedreiros, barqueiros¹¹⁷. Isso, certamente contribuiu para fomentar estratificações sociais mesmo entre a escravaria dos engenhos e fazendas de cana. Dando, possivelmente, margem para que com o tempo passassem a existir categorias de negros libertos dentro do mundo açucareiro, que aparentemente tinham mais facilidade de experimentar uma certa ascensão social naquele meio, se comparados aos seus irmãos de infortúnio que continuavam sob o jugo da escravidão. Porém, se para alguns essa possibilidade significou a amenização de um trabalho sofrível, para outros essa realidade jamais chegou. Pois a dinâmica produtiva requeria mais e mais braços para lavrar e colher os frutos da terra, além de outros tantos para fazer funcionar as fábricas e os demais serviços relacionados à produção.

3 – Os interesses político-econômicos no estabelecimento da Indústria Açucareira e a formação dos grupos sociais dominantes na Capitania de Pernambuco

Diante da necessidade política de garantir a posse da América portuguesa, a Coroa assumirá uma nova postura em relação à Terra de Santa Cruz¹¹⁸, resolvendo então, por garantir a defesa e a efetiva colonização desse domínio. Restava, portanto,

¹¹⁶ GENNARI, Emilio. **Em busca da liberdade**: traços das lutas escravas no Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 22

¹¹⁷ FERLINI, op. **Pobres do Açúcar** Estrutura Produtiva e Relações de Poder no Nordeste Colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). História Econômica do Período Colonial. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Ed. da USP/Imprensa Oficial, 2002, p. 21-34.

¹¹⁸De acordo com Frei Vicente do Salvador, o primeiro nome dado a terra, que seria chamada depois de Brasil, provem do fato de que quando foi realizada a primeira missa na nova terra, era 03 de maio de 1500, dia em que se celebra a invenção da Santa Cruz em que Cristo morreu para salvar a humanidade e por isso a terra recebeu o nome de Terra de Santa Cruz. In: SALVADOR, op. cit., 2009. Livro I. Capítulo 2: 3.

escolher a fórmula mais adequada à realidade da nova terra. Foi em razão disso, que Martim Afonso de Souza recebeu ordens de *El-Rei* D. João III para formar uma expedição e percorrer toda a costa brasileira, possivelmente para indicar as áreas mais propícias a implantação de núcleos populacionais. E foi por essa mesma razão, também, que foram instituídas as capitanias hereditárias. Passando a América Portuguesa, legalmente, citando as palavras de Virgínia Assis, a “*ser regida pela inscrição oficial da lei e pelo transplante das instituições metropolitanas para o Novo Mundo*”¹¹⁹

Portanto, a institucionalização da conquista através da lei, pode ser percebida como um sinal claro de que mesmo quando a Coroa transferia para a esfera privada o ônus da colonização, ela fazia isso sob os princípios legais, onde indicava quais os direitos e, sobretudo os deveres dos particulares diante da própria Coroa. Não contrariando com isso, o chamado aspecto patrimonialista da monarquia portuguesa. Pois se deixava evidente que tudo se fazia sob os auspícios reais e em benefício do reino. Uma vez que, apesar dos privilégios concedidos aos donatários, a capitania não se configurava como uma propriedade particular desses homens, mas antes, como uma espécie de província pertencente a Coroa, administrada pelos donatários através de concessão real¹²⁰.

Segundo a perspectiva de análise de Fábio Barcelos¹²¹, a agricultura ocupou um papel impar no processo de ocupação da América portuguesa, já que iria de encontro as aspirações comerciais dos grupos mercantis lusitanos e do esforço da Coroa portuguesa de dar início a ocupação efetiva do território. Esse processo é assim, sacramentado com a instituição das capitanias, o que dava a colônia uma estrutura administrativa. Já que ao conceder terras e direitos aos donatários, o estado português viabilizava a administração civil do território e o seu povoamento. Sendo isso bastante útil numa terra onde não havia um estrato populacional de origem portuguesa que pudessem ser organizados em municípios.

Assim, sem ônus algum à Fazenda Real¹²², a monarquia portuguesa através de um ousado lance político-administrativo, se resolve pela efetivação da colonização da América portuguesa com a implantação dos primeiros núcleos urbanos, através dos

¹¹⁹ ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo. **O Estado colonial na sociedade açucareira pernambucana.** In: Clio Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-2, 2008. p. 80.

¹²⁰ FAORO, op., cit. p. 42- 43.

¹²¹ BARCELOS, Fábio. **A importância institucional da Coroa portuguesa na formação da agricultura brasileira durante o período colonial.** In: Cadernos Mapa n. 1: Memória da Administração Pública Brasileira Casa Civil – Presidência da República: Arquivo Nacional, 2010. p. 9.

¹²² SÍLVA, M. B. N. cit., 2005. p. 43 e 44.

esforços dos capitães donatários. Passando, por sua vez, aos colonos a responsabilidade pela defesa da terra. Ao mesmo tempo em que fortalecia os grupos mercantis da metrópole e impulsionava as transações comerciais, por meio da obrigatoriedade de se fundar engenhos nos vastos territórios e, cuja responsabilidade em fatiá-lo em sesmarias ou datas de terras, coube aos donatários. Tendo ainda os sesmeiros, sob pena de multa ou de perder o direito a terra recebida, um período de tempo pré-determinado de três anos para se lançarem ao trato de suas terras e fazê-las dar frutos, segundo normas previstas nas cartas de doação¹²³. E tudo, obviamente, com o dispêndio de suas próprias fazendas e haveres.

Desta forma, em primeiro lugar foram fundados os núcleos populacionais na nova terra garantindo assim a posse, a defesa e a colonização. Sob este aspecto, a jogada político-econômica da governança de Portugal fora bastante perspicaz, uma vez que, de um só golpe o rei resguardava, segundo Raimundo Faoro¹²⁴, o seu monopólio sobre o pau-brasil e outras drogas; transferiria uma parte da população marginal do reino: ociosos, pobres, degredados, órfãos e vagabundos para povoar a colônia. E por último transferia para particulares com muitos ou alguns recursos: mercadores, gente da aristocracia militar, pequenos comerciantes, alguns letrados e gente da pequena nobreza do reino, a obrigatoriedade de efetivar a conquista da terra. Cabendo também a essas pessoas organizar a defesa do território. E tudo isso se fazia, sem que o rei perdesse a sua soberania régia sobre os seus domínios.

No tocante aos donatários, o monarca, em retribuição ao envolvimento desses particulares na empresa colonial, concedia-lhes alguns privilégios fiscais, administrativos, jurídicos e econômicos. Concessões essas que, décadas depois serão pouco a pouco cerceadas pela própria Coroa. Vindo isso a ocorrer, quando então já não havia o perigo de perder o Brasil e a terra já gerava bons lucros a Fazenda real. Pois, logo tratou o poder régio de incentivar a implantação de grandes latifúndios destinados à produção de cana-de-açúcar e a instituição de engenhos de açúcar através da doação de terras e da concessão de certas isenções fiscais, por um período de tempo, aos indivíduos que se lançassem em tais empreendimentos¹²⁵. Sendo esse, um dos motivos

¹²³ TAPAJÓS, Vicente. **A política administrativa de d. João III**. Rio de Janeiro: DASP – Serviço de Documentação, 1966 (História Administrativa do Brasil, 2). p.51.

¹²⁴ FAORO, op. cit., 1996. p 128-130.

¹²⁵ GONÇALVES, Regina Cecília. **O Capitão-Mor e o Senhor de Engenho: os conflitos entre um burocrata do rei e um 'nobre da terra' na Capitania Real da Paraíba (Século XVII)**. - Este artigo sintetiza alguns argumentos e conclusões de nossa tese de doutorado intitulada *Guerras e Açúcares: Política e*

pelos quais a indústria açucareira atraiu um número cada vez maior de pessoas em razão das virtuais possibilidades de enriquecimento que essa atividade proporcionava.

Entretanto, o tipo de indivíduo que era atraído pelas possibilidades de enriquecimento na América portuguesa até o século XVIII, segundo Laima Mesgravis, eram, em geral, pessoas que vinham sozinhas, ou seja, eram grupos majoritariamente formados de homens solteiros, ou que haviam deixado as suas esposas e filhos no reino¹²⁶. Isso, talvez servisse de força motriz para que tenham se entregado com tanto ímpeto as incertezas da empresa colonial, já que não tinham a preocupação de garantir a segurança de seus entes. E, por outro lado, a condição de homens casados, que haviam deixado à família no reino, os incentivassem a buscar todos os meios possíveis de adquirir cabedal, afim de que pudessem mandar buscar a sua família para junto de si, ou mesmo mandar recursos para o sustento dos seus parentes em Portugal.

O mapa abaixo, trás uma representação da Costa da América portuguesa, cuja demarcação tem como base o Tratado de Tordesilhas. Além do mais, o mapa mostra no seu canto superior esquerdo um texto com informação sobre a terra do Brasil. Nessa ilustração, feita por Luiz Teixeira entre 1585-1590, pode-se ver o recorte das capitanias hereditárias com os seus respectivos limites geográficos. Interessante notar ainda, que o autor as nomeia segundo o nome dos seus donatários, onde facilmente nota-se o recorte geográfico atribuído à capitania, sendo ela a terceira capitania no sentido Norte-Sul do mapa, de Jorge de Albuquerque, então donatário da capitania de Pernambuco que a herdou em razão da morte de seu irmão, Duarte Coelho II, ocorrida na costa do Marrocos no Norte da África.

Economia na Capitania da Paraíba (1585-1630), defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, no ano de 2004. p. 2.

¹²⁶ MESGRAVIS, Laima. **A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial**. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 42 e 43.



Mapa 9 – As capitãncias do Brasil em uma ilustração feita por Luiz Teixeira, c. 1585-1590 - Adaptaçãõ do autor¹²⁷

¹²⁷ As capitãncias do Brasil e o litoral da Amãrica do Sul entre a foz do Amazonas e a Terra do Fogo, incluõdo no Roteiro de todos os sinais...que hã na costa do Brasil...Luiz de Teixeira, c. 1585-1590.

Por sua vez, a marcha política, econômica e social da empresa colonial, no mundo açucareiro, se firmou assentada na agricultura de exportação baseada no grande latifúndio; na produção açucareira; e no trabalho escravo. Contudo, a doação de terras só se fez aos colonos que, segundo Vera Lúcia Ferlini, voltassem à produção de suas terras para a produção em larga escala de produtos rentáveis e que pudessem ser inseridos dentro da lógica do mercantilismo, ou seja, produzissem gêneros que proporcionassem altos lucros, cuja procura no mercado externo se revertesse em grande soma de numerários aos agentes envolvidos em suas transações e, que fossem facilmente absorvidos pela demanda do mercado europeu. Revertendo-se isso em altos ganhos para os grandes comerciantes do reino e o próprio Estado¹²⁸.

Um exemplo disso é fornecido por Regina Cecilia Gonçalves, ao citar o caso da conquista da Paraíba, que fora motivado pela presença dos franceses naquele território e que se fortaleciam gradativamente na região graças às alianças que detinham com grupos nativos locais. Além do mais, eles rivalizavam com os portugueses no negócio do pau-brasil. Portando surgia, naquele momento, a necessidade da conquista e do povoamento, que sendo feito por colonos portugueses garantia o monopólio régio sobre o pau-brasil. Bem como os dividendos decorrentes da implantação da indústria do açúcar naquela área¹²⁹.

Assim, podemos dizer que houve desde o início a preocupação clara da monarquia portuguesa em fomentar o desenvolvimento econômico da terra, em benefício do reino, através da lavoura de cana-de-açúcar. De acordo com Vera Lúcia Ferlini “*Portugal, que já desenvolvera a lavoura canavieira desde o início do século XV nas ilhas do Atlântico, a partir da segunda metade do século XVI orientou a colonização do Brasil para a produção açucareira*”¹³⁰. Já que era uma atividade econômica na qual os portugueses há muito estavam familiarizados.

Por outro lado, dentro desse tipo de sociedade que ia sendo tecida na capitania de Pernambuco, ao longo dos séculos XVI e XVII, os seus capitães donatários acabavam tendo um alto poder de barganha social, e política frente aos grupos sociais que, pouco a pouco, iam se constituindo na capitania, pois acabava por terem ao seu dispor um imenso arsenal político, jurídico e administrativo que lhes permitia indicar os

Manuscrito Colorido; Escala: Ca. 1:12.800.000; 37,7 x 50,3 cm. Biblioteca da Ajuda – Lisboa, Portugal.
In: KNAUSS, op. cit., 2010. p. 68.

¹²⁸ FERLINI, op. **Terra, Trabalho e Poder**. cit., 1988. p. 18 e 19.

¹²⁹ GONÇALVES, op. cit., 2004. p. 2.

¹³⁰ FERLINI, op. cit., 1988. p. 60.

ocupantes dos ofícios da câmara e proceder à doação de terras as pessoas que bem entendessem, onde certamente sabiam tirar proveito dessas prerrogativas para atingir os seus objetivos. Sabendo assim, usar os interesses dos colonos em prol do desenvolvimento da capitania e da elevação do prestígio de seu clã junto a Coroa, pois se, por um lado, fazia largas doações de terras a pessoas pertencentes a certos grupos sociais, por outro lado, incentiva a formação de novos engenhos e lavouras açucareiras. Fomentando assim, o desenvolvimento de um tipo de elite ligada a ele por laços de solidariedade política, econômica e social, a qual poderia dispor para atingir os seus projetos pessoais.

Os colonos, por outro lado, viam na possibilidade de aquisição de terras e o mando na governança local, uma excelente oportunidade de ganhos pessoais em termos sociais e simbólicos, pois se a colonização e a defesa da terra estavam sob sua responsabilidade, cabia a eles colher os louros advindos de tão audaz empreendimento. Portanto, esperavam obter certos favores reais, que por sua vez, os elevasse a uma condição de prestígio e deferência social. A esse respeito Maria Beatriz Nizza da Silva faz a seguinte colocação.

a moeda de troca que dispunham os monarcas do Antigo Regime (...), à concessão do foro da Casa Real, à atribuição de hábitos e mais raramente de comendas das três ordens militares (Cristo, Santiago, Avis), (...) à instituição de morgado, e a ocupação de ofícios que nobilitavam¹³¹.

Afora esses atributos de nobreza, mencionados pela autora, havia ainda a questão do papel simbólico que a posse de terras representava durante o Antigo Regime português. Já que se configurava como um dos atributos mais mensuráveis para se galgar o “*status*” de uma pretensa nobreza. Sendo isso por si só, talvez, suficiente para explicar o porquê de tantas pessoas se aventurarem no vasto oceano tenebroso; passarem por tantas privações e perigos até chegar à colônia. Tendo ainda que encararem a árdua tarefa de fundar povoados, guerrear contra os gentios, defender a terra e dela tirar proveito econômico em favor de um monarca que estava a centenas de milhas náuticas de distância. Portanto, nada disso teria sentido se por traz de tanta devoção não houvesse o interesse dos colonos em ascender socialmente através da incorporação dos espólios das conquistas e das recompensas advindas pelos serviços prestados a empresa colonial.

¹³¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 8, 10 e 19.

Desta forma a terra se mostrou, na América portuguesa, uma importante aliada para se galgar mercês honoríficas junto à monarquia lusa. Sendo essas condições imprescindíveis para quem almejava obter os favores reais. Assim, quando os requerentes de mercês reais faziam suas petições às altas esferas da governança do reino, não deixavam de lembrar a *El Rey* os infortúnios enfrentados por eles durante o empreendimento colonizador. Onde, certamente, dedilhavam pormenorizando os elevados sacrifícios que fizeram de seus cabedais e o empenho pessoal que fizeram pondo-se em risco ou ao custo de muitas vidas¹³².

Ainda a respeito dos grupos beneficiados com a indústria açucareira, Raimundo Faoro faz uma importante colocação que lança luzes que ajudam a entender como apenas os grupos ligados à burocracia estatal; a classe dos comerciantes; ou os que tinham alguma relação de proximidade com a nobreza do reino, obtiveram ou detiveram os meios de produção e privilégios necessários para figurarem como proprietários de fábricas. Uma vez que, a doação de terras não era feita a qualquer indivíduo. Bem como era necessário ter algum tipo de prestígio naquela sociedade – social ou econômico – quando se era pobre para ter facilitado o acesso aos créditos necessários para se montar um engenho ou até mesmo uma fazenda de cana.

Além do mais, por ser um negócio altamente cobiçado, era necessário deter algum capital simbólico para requerer para si, quando se tratava de uma sesmaria, um quinhão de terra para plantar cana-de-açúcar ou criar indústria. Coisa que muitos homens brancos não detinham. Portanto, deter capitais ou ter o acesso facilitado a esses meios de produção era imprescindível para quem almejasse se inserir nas atividades produtivas ou ligadas ao mundo açucareiro.

A respeito da capitania de Pernambuco, Cleonir Xavier de Albuquerque diz que o “*O foro de fidalgo, quase sempre pedido por pessoas que afirmavam ser da nobreza da terra, das principais famílias da capitania ou terem ascendentes fidalgos*”¹³³. Uma leitura mais atenta desses dados nos indica como a posse de terra era importante a médio e longo prazo para aqueles indivíduos que, almejassem se projetar socialmente. Uma vez que fazer parte das conquistas, figurar como senhor de engenho ou fazendeiros de cana, ocupar ofícios das Câmaras recém-instituídas, deter patentes militares ou fazer parte da burocracia do Estado português na colônia eram os caminhos a serem

¹³² SILVA, M.B.N. op. cit., 2005. p. 203.

¹³³ ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier. **A remuneração de serviços da Guerra Holandesa**: A propósito de Sermão do Padre Viera. UFPE, Recife: Imprensa Universitária, 1968. p. 73.

percorridos por aqueles que almejam figurar entre os principais da terra. Denotando isso uma clara incorporação na sociedade colonial de valores simbólicos da cultura barroca portuguesa, cujas distinções sociais se assentavam na divisão do corpo social em estamentos, onde a nobreza tradicional figura no topo da pirâmide social, ficando abaixo apenas do rei e da família real.

Pierre Bourdieu destaca que a noção de honra estamental, tão característica do barroco e transplantada para a América portuguesa pelos colonos, indicada por Weber, representa, junto às distinções econômicas um papel fundamental nas relações de poder. Segundo Bourdieu, o poder material e o poder simbólico acumulados pelos agentes ou pelas instituições que agrupam os integrantes desse processo “*cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação*”¹³⁴ [...] *contribuindo assim, na expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’*”¹³⁵.

As distinções estamentais, atuavam então, na concepção de Bourdieu, para a eufemização das relações de mando presentes no exercício do poder, no que toca mais uma vez que nas ideias de Weber, que enxerga na sua sociologia da dominação a existência de um monopólio deste poder de mando pelas comunidades políticas constituídas (monopólio da violência legítima)¹³⁶. Monopólio que no tipo de sociedade que fora construída no mundo açucareiro, caberia aos senhores de terra e escravos. Indivíduos que, por fim, acabariam por canalizar em proveito próprio as posições de mando instituídas nas vilas coloniais como, por exemplo, os ofícios das câmaras reservada aos chamados homens bons¹³⁷. Assim os senhores de engenho demonstravam seu “*status*” de nobreza levando uma vida senhorial, com uma grande propriedade fundiária, muitos escravos e agregados e a responsabilidade de prover a defesa da região, figurando, portanto, entre os eleitores e elegíveis para os cargos da governança da terra.

Na sociedade açucareira os grupos dominantes – senhores de engenho, fazendeiros de cana, oficiais militares, oficiais da câmara, autoridades eclesiásticas e até funcionários da Coroa estabelecidos na colônia, mantinham relações de parentesco, negócios ou eram solidários entre si. O que certamente fomentava neles uma

¹³⁴ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 15ª. edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011, p. 11.

¹³⁵ WEBER, Max. *Economia e Sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol 2. Brasília, Editora UnB, 1999, pp. 157-162; 525-529.

¹³⁶ *Ibidem*, *Idem*.

¹³⁷ FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. “**NOBREZA DA TERRA**” – Representações do poder no Pernambuco colonial. In: SILVA, Kalina Vanderlei (Org.) *Ensaio Culturais sobre a América Açucareira* / Kalina Vanderlei Silva. – Recife: GEHSCAL, Vol. I, 2006.

consciência de grupo com objetivos e interesses em comum a serem perseguidos e defendidos.

Muitas vezes, esse processo de assimilação se dava, através dos enlaces matrimoniais, já que era comum estabelecerem laços de parentesco através de núpcias. Tecendo entre esses seguimentos da sociedade, relações que iam bem mais além do que meras transações comerciais. Havia, entre essas famílias, uma preocupação constante em evitar que os bens familiares se dispersassem por meio de uniões que não agregassem valor simbólico ou pecuniário ao espólio familiar, ou ainda pior, eles temiam que pudessem trazer para o seio familiar a tão temida mácula de sangue mouro ou negro o que certamente dificultava bastante às pretensões do grupo familiar.

Havia ainda as sociedades feitas à sombra dos altos lucros oferecidos pelo negócio do açúcar, que acabavam fortalecendo os laços sociais tecidos entre os grupos dominantes. Tendo sido comum que muitos lavradores de cana livre tivessem se configurado como fornecedores exclusivos de matéria prima para determinados engenhos. Isso, se dava tanto por motivos contratuais, como também pelo fato de que muitos daqueles sesmeiros estavam ligados, entre si, por laços de parentesco e almejavam fortalecer o seu clã familiar econômica, política e socialmente.

A respeito da chamada açucarocracia pernambucana, Evaldo Cabral de Mello, relata que a esse grupo originou-se a partir dos descendentes dos povoadores vindos com o primeiro donatário e de um estrato de reinóis vindos para a capitania após a consolidação da indústria açucareira e dos altos lucros auferidos por esse negócio, entre finais da primeira metade do século XVI até o início da segunda década do século XVII, ou seja, comportavam em suas fileiras pessoas das mais distintas origens e posições sociais. Havendo desde os descendentes dos primeiros grupos chegados a capitania juntamente com Duarte Coelho Pereira até pessoas originárias dos grupos que chegaram a Pernambuco antes da ocupação holandesa em 1630. E, cujos capitais financeiros e, sobretudo, sociais, acumulados no decorrer das gerações, os colocaram em condições de reivindicar para si a pretensa nobreza de que tanto se gabavam e o governo da terra¹³⁸.

Ainda a respeito dessa sociedade, Evaldo Cabral relata que, ela surgiu à sombra dos engenhos. Criando, o que foi chamado mais tarde de, “civilização do açúcar”. Sugerindo, portanto, que o açúcar permitiu o surgimento de uma sociedade aristocrática, dominada por grandes e médios proprietários de terra, os chamados sesmeiros, muitos

¹³⁸ MELLO, op. **A fronda dos mazombos**: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1751. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 157.

dos quais se tornaram senhores de engenho. A respeito disso, Manuel Correia de Andrade vai mais além na leitura que faz dessa sociedade, quando diz que a influência do açúcar irá se fazer sentir-se, nos mais variados campos como: na organização familiar, na arquitetura, na alimentação, na religião e na cultura. Influenciando, como o autor mesmo sugere em todos os aspectos culturais da vida na colônia.

Manuel Correia de Andrade a esse respeito, nos diz o seguinte:

A sociedade açucareira era, muito elitista e concentradora de renda nas mãos de uma oligarquia que se auto intitulava de nobreza da terra, formada por pessoas ligadas a algumas famílias entre si, em contraste com uma grande massa de escravos e de libertos, completamente expropriados de bens, e um pequeno grupo intermediário. Esta oligarquia formou-se a partir da família do primeiro donatário e de sua mulher -os Albuquerque -, dos descendentes dos primeiros migrantes que se associaram a esta família no século XVI e de novos migrantes, chegados nos idos dos séculos XVII e XVIII, que geralmente enriquecidos no comércio, e que conseguiram, através da compra de engenhos ou pelos laços do casamento, penetrar nesta sociedade fechada dos senhores de engenho¹³⁹.

Sob a perspectiva da riqueza pessoal dos grandes sesmeiros, poderíamos dizer que havia entre eles grandes disparidades, em termos de poder econômico e político, pois havia senhores donos de várias fábricas com grandes produções anuais. E senhores donos de pequenas engenhocas ou com engenhos sem fundo territorial, tendo que recorrer à produção de cana de outros proprietários de terras ficando, de certa, reféns desses últimos. Por outro lado, entre os lavradores havia aqueles que eram proprietários de grandes fazendas de cana, detendo por isso maior poder de barganha, e moíam as suas canas nos engenhos onde os senhores lhes proporcionassem um lucro mais elevado. E, na outra ponta havia os lavradores, que por razões contratuais ou por serem apenas rendeiros, se viam obrigados a levarem as suas canas para serem processadas em engenhos específicos, perdendo assim, parte substancial do seu lucro. Sendo assim, muitos desses lavradores de cana eram tratados, por alguns senhores de engenhos, como gente de menor qualidade¹⁴⁰.

Nessa sociedade, a figura de maior representatividade política, econômica e social era o senhor de engenho. Posição a qual muitos queriam ascender, mesmo que isso significasse por em risco promissoras fazendas de cana, criação de gado ou largos

¹³⁹ ANDRADE, op. **História das Usinas de Açúcar de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1989. p. 13.

¹⁴⁰ ANTONIL, op. cit., 1982. p. 79-80.

cabedais obtidos em outras atividades profissionais¹⁴¹. Portanto, não é de causar estranheza a colocação feita por ANTONIL a respeito da importância dada a posição de senhor de engenho no mundo açucareiro quando afirma que:

O SER SENHOR DE ENGENHO é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino¹⁴².

No centro de sua família, o senhor de engenho era figura tenaz e emblemática, pois, era símbolo de autoridade, respeito e ação. Sob as suas ordens, dobravam-se esposas, filhos legítimos, filhos bastardos, parentes pobres, irmãos bastardos, afilhados, agregados, escravos e, até autoridades civis e religiosas. Em suas plantações ou na fábrica, um grande número de trabalhadores aguardava as suas instruções para cumprilás de pronto. Além do mais, a sua autoridade também recaía sobre barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores que estavam ao seu serviço. Entre seus imediatos destacavam-se o mestre de açúcar, o purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores de partidos de cana e de roças, um feitor-mor do engenho¹⁴³.

Uma vez que o “*status*” não é o ser, e sim a decorrência das práticas e das representações associadas à definição da posição de um indivíduo no espaço social, torna-se possível reconstituir o trabalho histórico de que resulta tanto a definição de posição neste espaço social, quanto à visão social que se tem dela¹⁴⁴. É neste contexto que se pode perceber o conjunto de estratégias de acesso e defesa de posição de senhor de engenho na capitania de Pernambuco entre os séculos XVI e XVIII, pois o que estava em jogo, não era apenas a riqueza material, mas o arcabouço simbólico que garantia uma posição de destaque naquele mundo. Assim, a áurea mística que envolvia a figura do senhor de engenho e tudo ligado a ele, deveria ser perpetuado no seio familiar e para tanto, devia ser protegido e defendido a unhas e dentes.

4 – Conquistas territoriais, Vilas Açucareiras e Implantação da Indústria açucareira na Mata Úmida

¹⁴¹ Idem, p. 75.

¹⁴² Idem, p. 76 e 77.

¹⁴³ FRANÇA, op., cit. In: SILVA, K. V. cit., 2006.

¹⁴⁴ WEBER, op. cit., 1999. p. 157

Desta capitania fez el-rei d. João Terceiro mercê a Duarte Coelho, pelos muitos serviços que lhe havia feito na Índia na tomada de Malaca, e em outras ocasiões, o qual como tinha tão valorosos e altos espíritos, fez uma grossa armada em que se embarcou com sua mulher d. Beatriz de Albuquerque, e seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, e foi desembarcar no rio de Iguaraçu, onde chamam os marcos, porque ali se demarcam as terras de sua capitania com as de Itamaracá, e as mais que se deram a Pero Lopes de Souza, onde já estava uma feitoria de el-rei para o pau-brasil, e uma fortaleza de madeira que el-rei lhe largou, e nela se recolheu, e morou alguns anos, e ali lhe nasceram seus filhos Duarte Coelho de Albuquerque, e Jorge de Albuquerque, e uma filha chamada d. Ignez de Albuquerque, que casou com d. Jerônimo de Moura, e cá morreram ambos, e um filho, que houveram, todos três em uma semana¹⁴⁵.

Ao chegar ao Novo Mundo para tomar posse de sua capitania em 1537 juntamente com os seus familiares e companheiros, Duarte Coelho Pereira, não tinha mais do que a jurisdição virtual daquela terra, pois o que tinha em seu poder eram documentos que legitimavam política e juridicamente a sua presença naquele espaço. Entretanto, o efetivo domínio da capitania deveria ser conquistado ao preço de grandes sacrifícios de suas fazendas e da vida de muitos. E, em razão desses percalços, o donatário mandou, segundo Frei Vicente do Salvador, vir mais pessoas do reino, que apesar de serem aparentadas do donatário não possuíam lá grandes recursos¹⁴⁶.

Essa informação, dada acima, talvez demonstre que não eram as posses financeiras dos colonos que mandava vir do reino, nesse primeiro momento, o que interessava ao donatário. Indicando aparentemente que, ele, estava mais preocupado em manter ao seu lado indivíduos que mais docilmente se sujeitassem ao seu mando. Ao mesmo tempo em que buscava ter perto de si pessoas do seu próprio sangue, em quem pudesse confiar e lhes dar oportunidade de adquirirem cabedal.

Vale notar, todavia, que antes mesmo de se iniciarem o plantio das primeiras lavouras de cana, o donatário cuidou de fundar um arraial. Buscando assim, simbolizar a posse da terra através da implantação de um núcleo urbano. Já que teriam, a partir daquele núcleo, um ponto de apoio para as expedições de conquista e de reconhecimento da costa. Assim foi instituída a vila de Igarassu e posteriormente a vila de Olinda. Passando essas vilas a representarem o ponto focal da própria colonização, pois representavam o governo da terra. Afirmando, ao mesmo tempo, a soberania da Coroa portuguesa naquela terra.

¹⁴⁵ SALVADOR, op. cit., 2009. Livro I. Capítulo 8: 30.

¹⁴⁶ Idem. Livro I. Capítulo 8: 29-30.

O mapa abaixo, do século XVI, trás uma representação da vila de Olinda e o Porto do Recife, e da área conhecida como várzea do Capibaribe, onde os índios¹⁴⁷ que transitavam pelas matas além dos Guararapes, vez por outra, desciam e causavam todo tipo de infortúnios aos moradores daquelas paragens. A situação chega a tal ponto que, aliado a necessidade de se desbravar novos territórios para a florescente indústria açucareira, os principais da terra decidiram, pela formação de uma grande frente de combate, acabar de vez com a ameaça que esses nativos representavam para o avanço da empresa colonial na capitania de Pernambuco.



Mapa 10- Representação dos termos do Recife, Olinda e Terras de Engenhos e Fazendas¹⁴⁸

¹⁴⁷ A respeito da história do índio no Brasil ver. RIBEIRO, Berta, **O Índio na História do Brasil**. 10ª ed. – São Paulo: Global, 2011.

¹⁴⁸ TEIXEIRA, Luís. **Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o Cabo Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães**. Lisboa: Talgo, Biblioteca da Ajuda, 1988. Edição fac-similar do manuscrito da Biblioteca da Ajuda.

Contudo, a necessidade imposta pela obrigatoriedade de fomentar a indústria açucareira em Pernambuco, fez com que o segundo donatário Duarte Coelho de Albuquerque, empreendesse todo o esforço possível para angariar os recursos humanos e financeiros então disponíveis, a fim de levar a expansão da lavoura de cana mais para o Sul da vila de Olinda, ainda em meados do século XVI. Convocando assim, todos os homens da capitania e de outras regiões de Portugal com cabedais suficientes para levar a empreitada adiante. Entretanto, um grande empecilho se antepôs aos colonos, pois além das densas florestas, dos íngremes morros, e dos caudalosos rios que teriam que transpor, talvez a tarefa mais árdua que tivessem tido pela frente, seria o enfrentamento em campo de batalha com os primeiros habitantes daquela costa: os índios Caeté, que eram um povo nativo que há muito se abrigavam naquelas paragens.

Com o início do plantio da cana-de-açúcar e a implantação dos primeiros engenhos, pouco a pouco, foram surgindo os primeiros lucros advindos dos engenhos já instalados. Por outro lado, os recorrentes incidentes envolvendo colonos e nativos acarretaram, a seu turno, na resistência desses últimos, as pretensões portuguesas. Isso, fez surgir, supostamente, a necessidade do uso da força das armas ou da persuasão religiosa para obter os braços que eram empregados nas fazendas de cana e engenhos de açúcar. E quando em razão dos vários empecilhos e conflitos políticos, religiosos e administrativos contra esse tipo de prática se avolumaram, irá se recorrer, por fim, ao uso da mão de obra africana escravizada para ser empregada nessas unidades produtoras.

4. 1 - O Avanço da Empresa colonial sobre a Mata Úmida

“A que concorreram, afagados de antes, inumeráveis gentios, não se maravilhando menos de nos verem a nós, do que nós de os vermos a eles” (Francisco de Brito Freire, sobre a chegada da armada de Cabral)¹⁴⁹ A citação referendada, nem de longe talvez possa sugerir aquilo que aguardava esses nativos nas décadas seguintes a ocupação e colonização das suas terras. Uma vez que, seus antigos territórios foram incorporados sem prévio aviso ou autorização ao domínio da Coroa portuguesa, pois, já

¹⁴⁹ FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasília; Viagem da Armada da Companhia de Comércio e Frotas do Estado do Brasil/** Francisco de Brito Freire; [produção e organização Murilo de Andrade Lima Lisboa. Ed. Atual. Ver / por Paula Maciel Barbosa]. São Paulo? Beca Produções Culturais, 2001.

na segunda metade do século XVI, existia o interesse em consolidar a presença lusa em regiões como, a Mata Úmida pernambucana. Além do desejo de vingar os constantes ataques, não sem motivos, infringidos pelos nativos às propriedades rurais da várzea do Capibaribe¹⁵⁰. Assim como, a crescente demanda por novas terras para as lavouras de cana e instituição de novos engenhos foram determinantes para que já em meados de 1572, toda aquela região e seus poucos sobreviventes houvessem caído sob o jugo do domínio português.

Entretanto, todo esse conflito que se dá na região, tem início quando, em meados de 1560, D. Catarina, rainha de Portugal, ordena que o capitão donatário Duarte Coelho de Albuquerque e seu irmão Jorge de Albuquerque, que por morte de Duarte Coelho Pereira, o primeiro donatário, assumiu a capitania, viessem do reino até a capitania resolver os problemas com os nativos. E neste intuito, os herdeiros prontamente levantaram velas rumo a Pernambuco. Sendo, talvez isso, um indicador de que quando os interesses da Coroa e dos donatários eram postos em risco em seus domínios, os seus representantes legais lançavam mão de todos os recursos que tinham ao alcance com vistas à salvaguarda dos seus interesses. E no caso dos herdeiros da capitania, valia até deixar o conforto do reino, onde geralmente os donatários da capitania passariam a maior parte do seu tempo, para ir fazer guerra aos nativos do Novo Mundo. Desta maneira, os irmãos Albuquerque passaram a articular, a partir da própria capitania as campanhas de combates aos nativos da Mata Úmida.¹⁵¹

Por outro lado, apoiando-nos nestas informações podemos supor que é bastante plausível afirmar que Duarte Coelho II e Jorge de Albuquerque, ao chegarem à capitania por volta de 1560¹⁵², buscavam, por meio de suas ações expansionistas, estabelecer um ponto de apoio para as futuras expedições que enviariam aos Sertões do São Francisco. Pretendendo com isso, reestabelecer os povoados que já haviam sido fundados, por Duarte Coelho Pereira, e que vinham sendo afligidos com as incursões dos índios bravios, expulsos do litoral pela expansão das vilas e engenhos açucareiros¹⁵³ em outras regiões da capitania. Pretendendo ainda, fomentar a caça e apreensão dos nativos com vistas a atender a crescente demanda por mão de obra, que a indústria açucareira carecia. Bem como disponibilizar novas terras ao usufruto da empresa colonial. E por

¹⁵⁰ SALVADOR, op. cit., 2009. Livro. II. Cap. 10: 34.

¹⁵¹ Idem. Livro I. Capítulo 10: 33-34.

¹⁵² Idem., Livro I. Cap. 11: 51-54.

¹⁵³ ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**/ J. Capistrano de Abreu. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 39.

fim, confirmar os boatos, correntes na época, da suposta existência de metais e pedras preciosas na região do São Francisco. Confirmando o que Vera Lúcia Ferlini comenta quando discute essa questão, ao dizer que “*as preocupações com defesa, fixação de colonos e descoberta de metais preciosos mesclavam-se sempre a incentivos para o desenvolvimento da produção de açúcar*”¹⁵⁴.

Assim, com a chegada Duarte Coelho II e Jorge de Albuquerque a capitania, os colonos e a governança local passaram a contar com o auxílio de importantes aliados no combate aos nativos da Mata Úmida, pois, uma série de campanhas militares foram organizadas com o intuito de efetivar a conquista da região do Cabo de Santo Agostinho e das terras que margeavam o rio Ipojuca. Na oportunidade, a família dos Albuquerque, mandou convocar aventureiros, pessoas do reino, membros de famílias ilustres da terra, funcionários régios e particulares, oficiais mecânicos, pobres e ricos e, até membros da pequena nobreza do reino para integrarem essas campanhas. E, todos, tinham o propósito único de se apossar das terras férteis daquelas paragens e ter a sua parte nos espólios da conquista. Desta feita, homens e mulheres, das mais distintas qualidades e origens, perfilaram nas frentes que colonizaram ao custo de muitas vidas aquela região¹⁵⁵.

Os registros históricos a respeito dessas campanhas que foram legados a posteridade por Frei Vicente do Salvador, merecem o nosso crédito. Uma vez que, foram tecidos no início do século XVII, ou seja, num período relativamente próximo aos acontecimentos históricos por ele registrados. Outro ponto a ser levantado é que, apesar de Frei Vicente do Salvador ter sido um religioso entusiasta da empresa colonial portuguesa e, muitas vezes em seus escritos ter louvado as ações políticas e religiosas portuguesas no Brasil, em contra partida não deixou de tecer severas críticas a determinadas ações administrativas e atitudes dos colonos. Muitas delas, vistas pelo religioso como nocivas ao avanço e sucesso da colonização da América portuguesa, onde muitas vezes não deixou de censurar os modos violentos com que os colonos lidavam com os nativos do lugar.

Com relação a essas expedições militares na região do Cabo, Frei Vicente nos traz uma narrativa, onde informa a posição social de muitos dos seus integrantes:

¹⁵⁴ FERLINI, op. **Terra, Trabalho e Poder**. cit., 1988. p 16.

¹⁵⁵ SALVADOR, op. cit., 2009. Liv. II. Cap. 11: 51-53.

(...) de Fernão Lourenço, que partiu da vila de Igarauçu e era capitão da dita vila; de Itamaracá Pero Lopes Lôbo que veio com trinta e cinco soldados brancos e dois mil índios flecheiros; de Paratibe partiu Fernandes Mendes Leitão, genro de Jerônimo de Albuquerque, e irmão do Bispo Pedro Leitão então governador do bispado do Brasil; da Várzea do Capibaribe partiu Cristovão Lins, suposto fidalgo alemão; da vila de Olinda participaram diversos mercadores e moradores e por serem de diversas partes do reino, foi ordenado que fossem organizados em três companhias e se pusesse cada uma delas sob as ordens de um capitão. Assim foi posto como capitão dos vienenses, João Paes Barreto; por capitão dos homens do Porto, Bento Dias de Santiago; e por capitão dos homens de Lisboa, o mercador Gonçalo Mendes Delvas. E tendo a frente deles como comandante supremo o donatário Duarte Coelho de Albuquerque em companhia de Felipe de Moura e Felipe Cavalcanti membros de famílias ilustres da capitania¹⁵⁶.

Frei Vicente¹⁵⁷ dá a entender que participaram das lutas contra os índios bravios do Cabo e rio Ipojuca, pessoas da governança da terra e outros tantos com cabedal e recursos humanos e logísticos suficientes para empreender a conquista da região. Por outro lado, além de indicar a qualidade das pessoas citadas, o cronista, por meio destas referências também dá a entender a condição social desses indivíduos. Sugerindo isso que, antes de qualquer coisa, as pessoas convocadas pelo donatário deviam não só de pronto atender ao seu chamado, como também empenhar as suas fazendas e haveres no serviço do seu senhor. Empenhando não só suas vidas, mas, também as suas posses em prol de uma causa maior. Corroborando isso para justificar a afirmativa de Maria Fernanda Bicalho quando diz que: “*se transferia não raro aos colonos os custos de sua própria defesa*”¹⁵⁸.

Outra questão levantada é que ao citar os nomes e sobrenomes das pessoas que militaram, como lideranças nas fileiras daquela conquista, Frei Vicente, acaba indicando quais os indivíduos considerados aptos, segundo as hierarquias sociais em voga na época, para estarem à frente dessa empreitada, pois, de acordo com as hierarquias sociais da época, se creditava à elite local a honra de exercer os altos postos militares, por serem pessoas tidas por honradas e nobres. E a tais pessoas, cabia acudir, com maior empenho, presteza de seus cabedais e haveres a defesa da sua terra. A esses homens honrados cabia, após cumprirem com o seu dever, o direito legítimo ao recebimento das

¹⁵⁶ Idem. Livro II, Capítulo 15: 57-58.

¹⁵⁷ Idem. Livro II. Cap. 15: 57-59.

¹⁵⁸ BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 199.

régias mercês, ou seja, serem dignos dos favores reais¹⁵⁹. Além é claro, de desfrutarem de certos benefícios e privilégios quando se procedesse a repartição das novas conquistas.

Devemos nos ater ao fato de que, os integrantes dessa elite guerreira que integravam essas campanhas, eram compostos por pessoas que já haviam formado ou dariam origem a clãs familiares que já integravam a elite colonial. Dentre eles, se destacavam ou destacariam-se: prósperos comerciantes e mercadores, lavradores de cana livre, senhores de engenhos, burocratas da Coroa, oficiais militares da Coroa, cavaleiros de ordens religiosas, familiares do Santo Ofício, oficiais da Câmara de Olinda e os da governança da terra¹⁶⁰, pois se tratavam de indivíduos e membros de famílias que muitas vezes já estavam estabelecidos nos domínios da capitania. E que em razão de suas procedências, serviços prestados, cabedais e outros atributos distintivos, acabavam sendo assimilados mais facilmente pela elite local em razão de suas participações nessas campanhas de adentramento de zonas ainda não incorporadas à lógica produtiva da colônia.

Essas elites agrárias que se moldavam nas regiões açucareiras apesar das rivalidades e discordância que, por ventura houvesse entre si, formavam grupos que tinham consciência que a sobrevivência e poderio deles dependiam dos laços firmados entre eles. Sobretudo, através das alianças e sociedades formadas a sombra dos altos lucros que poderiam angariar. A exceção aqui, talvez caiba, ao grupo dos Cristãos-novos¹⁶¹ que, apesar de se configurarem como um dos maiores patrocinadores da empresa colonial, uma vez que, no mundo açucareiro atuaram tanto como banqueiros, mercadores, comerciantes e muitas vezes até como senhores de engenho. Sendo eles, pessoas que se inseriram nesse seguimento da economia colonial quase que exclusivamente, graças às transações comerciais ligadas ao açúcar. E que apesar de, supostamente, convertidos à fé católica, muitas vezes eram acusados de práticas judaizantes no reino e na América portuguesa pelos motivos dos mais diversos e escusos imagináveis.

¹⁵⁹ **Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares**. Lisboa, 7/1/1645". In: Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa compilada por José Justino de Andrade e Silva, vol. de 1640 a 1647, p. 271 e 272.

¹⁶⁰ SALVADOR op. cit., 2009. Livro II, Capítulo 15: 57.

¹⁶¹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654**/ José Antonio Gonsalves de Mello; apresentação de José E. Mindlin. – 2. Ed.- Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p. 9.

Em relação a presença e importância dos judeus no mundo açucareiro, Manuel Correia de Andrade comenta o seguinte:

O açúcar produzido no Brasil ensejou a formação de empresas artesanais de transformação da matéria-prima e a implantação de grandes áreas de plantios de cana, com o investimento de capitais, em geral acumulados por judeus na Europa Central (...)¹⁶².

Por outro lado, à imensa concorrência de grupos e pessoas das variadas camadas da sociedade açucareira e do reino de Portugal, demonstram as possibilidades virtuais de enriquecimento e prestígio oferecidos pelo negócio do açúcar nos primeiros tempos de expansão da empresa colonial. Assim, pessoas vindas das mais diversas áreas, já colonizadas da Capitania como Igarassu, Várzea do Capibaribe, Paratibe, Olinda e de outras áreas sob a influência direta de Pernambuco como: das capitanias de Itamaracá e da Paraíba. Bem como de reinóis de diversas partes de Portugal nessas expedições de assenhoreamento daquela área, figuravam como claro indício do quanto era vantajoso para a empresa colonial tomar para si aquela região.

Supondo que as informações fornecidas por Frei Vicente estejam corretas, é possível que tenham perfilado, como integrantes dessas companhias, um número próximo a vinte e dois mil índios contrários aos nativos bravios da região¹⁶³. Por outro lado, toda essa arregimentação de grupos nativos estava em consonância com a estratégia militar usada pelos portugueses, em suas conquistas na América. A esse respeito Regina Cecília Gonçalves diz que isso, “*era a velha prática usada pelos colonos dos primeiros tempos da colonização de dividir para conquistar, através da exploração do ódio tradicional existente entre os diferentes grupos indígenas*”¹⁶⁴. Já algumas lideranças indígenas, por outro lado, que se aliavam aos portugueses nessas expedições de conquista, sabiam da importância para a Coroa portuguesa desse apoio. E por meio dessas alianças, negociavam a obtenção de certos privilégios para si e seus comandados naquela nova sociedade que, pouco a pouco, iria se desenhando no Novo Mundo. Diferenciando-se assim, dos demais grupos nativos que insistiam em tentar barrar o avanço da empresa colonial sobre as suas terras¹⁶⁵. Além do mais, somando-se, o número de nativos descrito acima ao contingente de brancos, homens livres e talvez

¹⁶² ANDRADE, op. **A Civilização do Açúcar**. In: QUINTAS op. cit., 2007. p. 31.

¹⁶³ SALVADOR, op. cit., 2009. Livro II, Capítulo 15:24-58.

¹⁶⁴ GONÇALVES, op. cit., 2004. p. 4.

¹⁶⁵ POSSAMAI, Paulo César (Org). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. – São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 22-24. Estudos de história militar na Idade Moderna

de escravos negros trazidos pelos seus senhores, é plausível que o número de combatentes tenha chegado ao patamar de vinte e cinco mil almas.

Após os colonos terem logrado êxito na conquista da região do Cabo e arrebalde do rio Ipojuca e dar início a divisão das terras entre os colonos, e, em seguida, o plantio das primeiras mudas de cana-de-açúcar, a instituição dos seus primeiros engenhos e a conseqüente desmobilização das tropas arregimentadas, ocorre que, novos embates se sucedem na região. Isso se dá em razão da resistência de alguns grupos nativos contrários à presença de colonos portugueses na área. Esses índios que haviam se refugiado pelas bordas do rio Sirinhaém, haviam passado a tomar de assalto certas propriedades instalados na área já colonizada. Surgindo assim, a necessidade de se organizar, a partir da vila de Olinda, novas expedições de combate na região, afim de, submeter definitivamente toda a região da Mata Úmida ao controle das autoridades da capitania¹⁶⁶.

Assim uma nova guerra foi travada, supostamente entre os anos de 1565 e 1572¹⁶⁷, contra esses nativos de Sirinhaém. Sendo na ocasião, o exército dividido em duas frentes: uma flotilha de barcos e caravelões por mar sob o comando de Felipe Cavalcanti, suposto fidalgo florentino; e uma companhia por terra, sob o comando de Duarte Coelho II e Jerônimo de Albuquerque, sendo estas frentes compostas por muitos homens de Olinda e regiões circunvizinhas. Segundo atesta Frei Vicente do Salvador, os últimos embates entre os colonos e os gentios pela posse daquelas terras, se deram de maneira tão feroz e, com o massacre e apresamento de tantos nativos: homens, mulheres e crianças que o *El Rey* de Portugal, na época, D. Sebastião ordenou que o donatário, deixasse a capitania e fosse prestar contas a ele pessoalmente a respeito desses acontecimentos. Deixando o donatário a capitania aos cuidados de seu tio Jerônimo de Albuquerque, já que Jorge de Albuquerque partiu juntamente com ele para Portugal¹⁶⁸.

A ida do donatário ao reino, a fim de prestar contas dos supostos excessos cometidos durante essas campanhas contra os gentios, é um claro indício do quanto os colonos ambicionavam tomar para si aquelas terras. Uma vez que, o interesse em angariar terras para a indústria açucareira tinha também por objetivo, travestido de guerra justa, estabelecer um fluxo permanente de mão de obra compulsória para o trato da lavoura canavieira na costa. E isso, se dava numa ocasião em que, o tráfico negreiro

¹⁶⁶ SALVADOR op. cit., 2009. Livro II, Capítulo 15: 58.

¹⁶⁷ COSTA, op. cit., 1952. vol. 1: 399.

¹⁶⁸ SALVADOR op. cit., 2009. Livro. II, Capítulo 15: 59.

para a colônia ainda não era tão intenso como viria a ser nas décadas seguintes. Ainda com respeito aos massacres infringidos aos povos nativos, Pedro Puntoni faz a seguinte reflexão a respeito do tema:

(...) a destruição dos índios da costa, por doenças, abusos ou guerras, também impulsionava os colonos a se internar nos sertões, agora em busca de mais mão de obra necessária para os engenhos de açúcar, cuja economia crescera nas décadas de 1570-1580. Segundo Stuart Schwartz, esta política de deslocamento forçado de indígenas se fazia no exato momento da transição do trabalho forçado para o importado, isto é para a escravidão africana. Por outro lado, os grupos indígenas aliados ou pacificados permitiam uma margem de segurança à empresa colonial perante as ameaças externas¹⁶⁹.

Não seria exagero frisar quão desagregadoras e nocivas foram essas expedições para os nativos, haja vista que, no desenrolar desse processo de lutas sangrentas, tribos inteiras foram dizimadas e os sobreviventes que não caíram nos grilhões da escravidão adentraram para os Sertões da capitania fugindo do extermínio e da escravização que lhes estava sendo imposto por não aceitarem docilmente a ocupação de suas terras. Os nativos, por outro lado, ao adentrarem para a área da Caatinga em busca de uma ilusória segurança, talvez ainda não tivessem se dado conta de que, um dos propósitos da expansão até o Sul da capitania, tinha, além do intuito de agregar mais terras à ainda insipiente indústria açucareira, o propósito de abrir caminho para os sertões. Uma vez que, como já havíamos citado, havia uma crença largamente difundida na época, a respeito de fabulosas riquezas escondidas naquelas paragens¹⁷⁰.

A respeito dessas informações, referendadas acima, sabemos que dentre os interesses que atiçavam o ânimo do donatário, o de abrir um caminho seguro até os Sertões do São Francisco, era o que mais lhe animava. Isso, possivelmente, tem haver com os direitos garantidos a ele através da Carta Foral, documento, entregue pelo rei D. João III a seu pai Duarte Coelho em 1534¹⁷¹. Esse documento, lhe outorgava o direito a receber uma dízima do quinto que caberia a Coroa sobre qualquer pedra ou metal precioso encontrado na sua capitania¹⁷². Fiando-nos nessas informações parece ficar claro que o interesse por trás da sua saga contra as tribos contrárias a expansão da

¹⁶⁹ PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 29, 30 e 49.

¹⁷⁰ SALVADOR op. cit., 2009. Livro I, Cap. 5: 7-8; e Livro. I, Cap. 14:39.

¹⁷¹ **FORAL de Duarte Coelho, de 24 de setembro de 1534**. In: TAPAJÓS, Vicente. A política administrativa de d. João III. Rio de Janeiro: DASP – Serviço de Documentação, 1966, p. 203-208 (História Administrativa do Brasil, 2).

¹⁷² COSTA, op. cit., 1952. vol. 1:165.

empresa colonial, a busca de novas terras, a efetivação da posse das vastas regiões de sua capitania e, instituir novas vilas, estava também presente nessas manobras o intento de cair nas graças da Coroa através da descoberta de eventuais fontes de riquezas minerais. Angariando, caso os seus cálculos estivessem corretos, grosso cabedal que fariam frente às elevadas despesas tidas com essas guerras. Demonstrando isso que o donatário agiu estrategicamente no intuito de buscar o seu proveito próprio e do seu clã.

Desta forma, os interesses envolvidos nesse processo eram dos mais diversos. Para uns, os sesmeiros, uma oportunidade rara de enriquecimento e elevação social. Já para os mercadores, a incorporação dessa região a indústria açucareira, significava mais uma oportunidade de expandir os seus capitais por meio dos vultosos empréstimos que fariam aos potenciais senhores de engenho e lavradores que se estabeleceriam na região. Para os da governança da terra e para as famílias já enriquecidas com o negócio do açúcar era mais uma oportunidade de aumentarem os seus cabedais, influência política, de aumentar o prestígio dos seus clãs familiares e estabelecerem redes clientelares naquelas paragens. E aos pobres livres, talvez significasse uma nova oportunidade de se inserirem na sociedade açucareira por meio da recompensa por terem participado de tão “nobre” empreendimento.

No que tange as instituições de poder da época, esse processo tinha vários significados. Para a Igreja, representava a abertura de novas frentes evangelizadoras junto aos índios aprisionados ou aldeados nas missões. Por sua vez, a atuação desses clérigos, por vezes recheada de conflitos com os colonos e a Coroa, os colocava em uma condição bastante vantajosa na colônia. Assim, eles trabalhavam em conjunto com as autoridades coloniais nos “*descimentos*” de tribos indígenas inteiras para a costa. Nesse trabalho de evangelização dos nativos, destacaram-se os padres da Companhia de Jesus, os jesuítas, pois nos primeiros tempos da colonização eles foram peças fundamentais no processo de organização defensiva e econômica das vilas açucareiras da América portuguesa. Sendo eles peças fundamentais, por meio das quais se obtinham os braços necessários à economia açucareira. Sobretudo, antes da Coroa fomentar a importação massiva de negros africanos escravizados, com vistas a atender aos interesses econômicos dos colonos. Por outro lado, a inserção dos clérigos católicos nos engenhos açucareiros, dada a obrigatoriedade de se instituir um capelão para cuidar das almas dos integrantes daqueles empreendimentos agrícolas, representou uma importante fonte de receita para eles. Fazendo daqueles religiosos, importantes instrumentos de doutrinação ideológica a serviço das classes dominantes da época.

Ainda a respeito dos nativos descidos, pode se dizer que, uma vez desterritorializados, os nativos podiam mais facilmente atender a quatro requisitos de extrema importância para a empresa colonial, pois, as aldeias descidas e instaladas nas bordas do mundo açucareiro funcionavam como barreiras entre os colonos e os índios bravios do Sertão¹⁷³. Essas aldeias, também se caracterizavam como uma barreira de contenção, impedindo a passagem dos escravos negros fugidos dos engenhos e vilas para as densas florestas. No mais, esses aldeamentos funcionavam como um reservatório de mão de obra compulsória ou de baixo custo para os engenhos, vilas e portos coloniais. E por fim, o fato de estarem desterritorializados facilitava a catequese desses nativos, tornado-os em última, instância preciosos aliados dos colonos contra as tribos hostis aos projetos colonizadores empreendidos pela Coroa e autoridades coloniais. Uma vez que, a maior parte dos contingentes que compunham as expedições de conquistas, era composto por nativos¹⁷⁴.

Já para o capitão donatário, a instituição de novos engenhos, representava novas fontes de receita com o pagamento da pensão devida pelos sesmeiros ao dito capitão. Havia ainda as receitas advindas dos tributos pagos pelos senhores de engenhos e lavradores pelo usufruto da madeira, uso dos cursos fluviais e pescados então pertencentes, segundo a legislação da época, ao seu senhorio¹⁷⁵. Por outro lado, a incorporação desses territórios a empresa colonial, representava também a expansão do poder político e econômico do capitão donatário. Uma vez que, a ele cabia fazer a distribuição das terras. E certamente usava desse atributo, que lhe pertencia, para tecer laços clientelares com as pessoas ou grupos beneficiados por essas doações de terra.

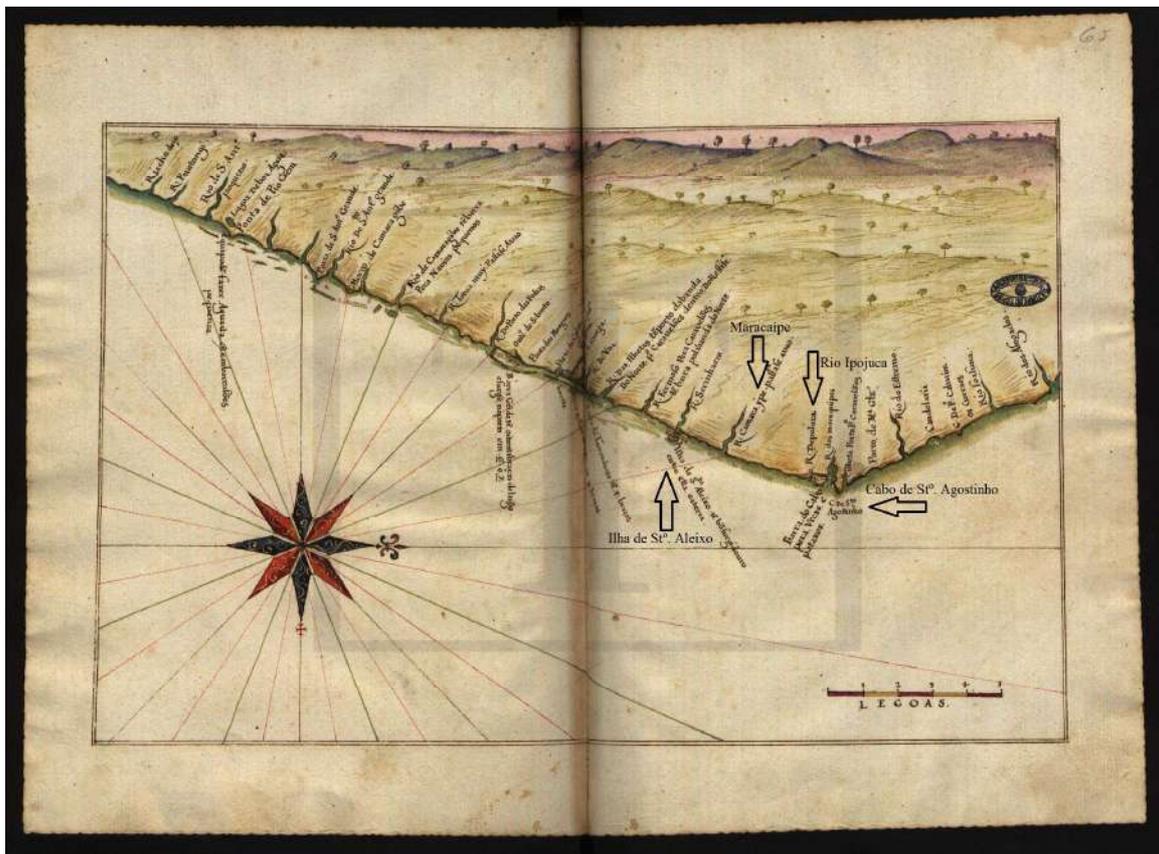
Para os mercadores de escravos e para a Coroa, significava a oportunidade de ganhos exorbitantes, pois as terras conquistadas careceriam de braços para cultivar as lavouras de cana e para fazer funcionar as engrenagens dos engenhos de açúcar. E, sendo os portugueses os maiores exploradores do tráfico negreiros na época e com as taxações inferidas nesse negócio pela Coroa, essa atividade rendia muitos lucros para o reino. Além do mais, havia ainda as receitas dos dízimos, devidos a Deus, que os

¹⁷³ A respeito dos aldeamentos indígenas, dos conflitos com os colonos e o papel da Igreja nesse processo de descimentos desses nativos Ver **(Re) Inventando Mundos: rupturas e permanências na política indigenista colonial**. In: CUNHA, Elba Monique Chaga da. **Sertão, sertões: colonização, conflitos e História Indígena em Pernambuco no período pombalino (1759 –1798)**, 2013. 135 páginas. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2013. p. 26-42.

¹⁷⁴ ALENCASTRO, op. cit., 2000. p. 181.

¹⁷⁵ SILVA, M. B. N. cit., 2005. p. 58.

sesmeiros pagavam de todos os frutos que lhes dessem a terra. Todavia, ao rei de Portugal, na qualidade de Grão Mestre da Ordem de Cristo que havia recebido do Sumo Pontífice¹⁷⁶, cabia o direito recolher e administrar tais recursos com a obrigação de prover a Igreja e seus ministros nas terras conquistadas. Repassando ainda, a redízima, que é o dízimo de tudo o que rendem os dízimos ao rei, ao capitão donatário¹⁷⁷.



Mapa 11 - Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil, de João Teixeira, 1640 - Adaptação do autor¹⁷⁸

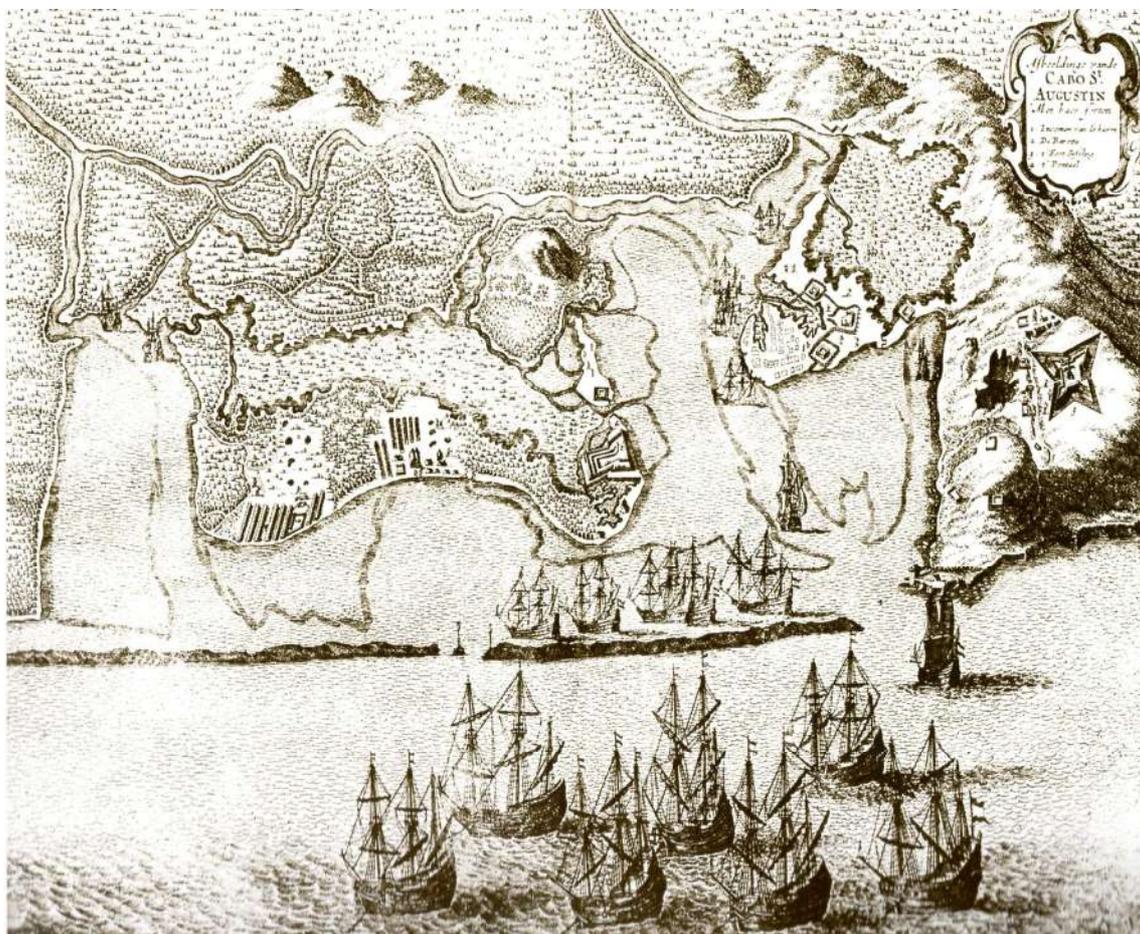
Assim, quase todos saíam ganhando, pois mesmo aqueles indivíduos que não tinham obtido o seu quinhão de terra ou não estavam ligados ao negócio do açúcar, conseguiam, desde que atendessem a alguns pré-requisitos, se inserir na dinâmica de formulação dessas zonas recém-colonizadas. Porém, segundo as regras do jogo, os grandes premiados nesse processo foram os grandes da terra. Ou seja, aqueles grupos

¹⁷⁶ SALVADOR, op. cit., 2009. Livro. III Capitulo I: 41.

¹⁷⁷ Idem. Livro I Capitulo I: 23.

¹⁷⁸ **Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil**, Atlas de 1640 de João Teixeira Albarnez. PORTUGALIAE MONUMENTA CARTOGRAFICA, vol. IV; ALBARNEZ, João Teixeira. Discrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz chamado vulgarmente o Brasil - [s.l.: s.n.], D.L. 2000. - Ed. fac-simil.: Grafispaço - Centro Editorial Gráfico. In: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – 1640 – PT /TT /CRT /162 – m- 0116 - litoral sul de PE.

que mantinham estreitos laços de proximidade com o capitão donatário de Pernambuco e seus familiares. Adquirindo com isso diversas posições que os distinguiam naquela sociedade. Havia ainda os grandes mercadores e comerciantes com os quais os poderosos da terra já tinham certas afinidades. E por isso, se dava preferência a eles em certos negócios. Participavam também, dessas transações, os indivíduos procedentes da pequena nobreza do reino que, em razão dos laços de parentesco que detinham na colônia, tinham a via de acesso à terra facilitada. Poderíamos inserir também nesse meio as pessoas de outras áreas do domínio português, já que dada à necessidade de fazer produzir a terra, dava-se oportunidade a pessoas detentoras de certos cabedais. Desde que detivessem certas qualidades básicas requeridas por aquela sociedade.



Mapa 12 – Afbeeldinge van de Cabo st. Augustin met haer forten - Cabo de Santo Agostinho
1656¹⁷⁹

¹⁷⁹ Gravura “**Afbeeldinge van de Cabo st. Augustin met haer forten**”, publicado no livro *histoire de La Vie & Actes Memorables de Frédéric – Henri de Nassau, Prince d’ Orange*, de Iudocus, Amsterdam, 1656, coleção particular. In: GALLAS, Alfredo O. G. **O Brasil holandês: a família Nassau: moedas e medalhas** / Alfredo O. G. Gallas, Fernanda Disperati Gallas. – São Paulo: Ed. do Autor, 2009. p. 169.

Na ilustração acima, podemos identificar o famoso acidente geográfico batizado de Cabo de Santo Agostinho. Segundo a descrição da imagem, o cabo aparece com sua colina visível à distância. Sendo essa constatação de vital importância, pois cabo era uma referência para os navegadores daquele período que, navegavam pela costa da capitania, uma vez que, estava situado a cerca de 30 quilômetros ao sul do Recife. A imagem mostra que o local era bem equipado, com um bom porto, protegido por uma barreira de recifes, tendo ao fundo rios, que davam acesso ao interior, da região por meio de pequenas embarcações. Na extremidade da ilha, voltada para a entrada do porto, vemos o Forte do Pontal, tendo a oeste um pequeno reduto fortificado. Do lado oposto, a povoação cercada e protegida por três redutos, além de outro mais ao norte, já fora da cerca ou paliçada. A ilustração mostra assim que, a área do cabo era bem fortificada, pois, junto à entrada do porto, havia um ponto fortificado e um muro de proteção. A meia altura, três redutos e no ponto mais alto o Forte de Nazaré, depois denominado Gijsselingh, pelos holandeses. Em seu flanco sul, ao longo da via de acesso, vinte ou trinta casas, formando o povoado de Nossa Senhora de Nazaré.

As informações dedilhadas acima são relevantes para o entendimento da importância que essa zona açucareira detinha na época, já que a região do Cabo era a porta de entrada por onde se podia chegar, através da navegação dos seus rios, aos núcleos urbanos de Santo Antônio do Cabo, São Miguel do Ipojuca, Nossa Senhora do Ó e a vila de Sirinhaém. Logo após as terras da enseada do Cabo, se tinha acesso também às terras da freguesia de São Miguel do Ipojuca, outro importante centro produtor de açúcar da capitania. Além do que, transpostas estas à barreiras, se tinha acesso ainda, as terras das vilas de Sirinhaém e freguesia do Una. Portanto, o sistema defensivo e estrutura portuária situado na enseada do Cabo, denotavam o grande afluxo de capitais investidos na área, onde se buscava garantir a proteção e o retorno de tais investimentos.

4.2 - Implantações dos Núcleos Urbanos e Engenhos na Mata Úmida

Antes mesmo da instituição dos primeiros engenhos na região da mata úmida, se deu a implantação dos seus núcleos urbanos, uma vez que, era preciso dar governo a terra. Promovendo, portanto, a institucionalização do domínio português naquelas zonas

integradas sob o cetro real, pois era a partir dos núcleos urbanos¹⁸⁰ que se organizava a produção açucareira, o comércio local, a organização administrativa das vilas, o controle fiscal, a defesa e as expedições para os Sertões. Sendo assim, usando-se a fórmula usual, tal como se deu em outras áreas da capitania de Pernambuco e na América portuguesa no rastro da ocupação foram constituídos os primeiros povoados daquela área recém-incorporada a empresa colonial.

Segundo Fernando Novais, o sistema de colonização do tipo “*plantation*” que prevaleceu nas terras da Coroa portuguesa, sobretudo no Nordeste açucareiro, dada a abrangência de sua dimensão econômica, resultou na montagem de uma econômica voltada para atender aos interesses da Metrópole. Encontrando isso, o devido acalento na excepcional fertilidade do solo de algumas áreas da região como nos vales dos rios Capibaribe, Jaboatão, Ipojuca e Una. O que garantiu, por sua vez, a consolidação e a permanência multissecular das vilas açucareiras e lavouras de cana-de-açúcar em todo o Nordeste, como também nas terras da Mata Úmida de Pernambuco. Desta forma, a sedentarização da sociedade açucareira se deveu, sobretudo, as possibilidades que a indústria açucareira ofereceu aos grupos que detinha o mando local e puderam contabilizar dividendos políticos, econômicos e sociais através do contínuo avanço das freguesias açucareiras na região graças a crescente demanda, no mercado europeu, pelo seu mais cobiçado produto de exportação, o açúcar¹⁸¹.

Ainda a esse respeito, Vera Lúcia Ferlini nos conta que para o efetivo sucesso do empreendimento colonial português no Brasil, houve a necessidade de implantação de um substrato urbano e populacional constituído de pessoas brancas, pois havia a exigência de uma retaguarda populacional a indústria açucareira nascente, que pudesse garantir a ocupação do território, a sua defesa, os capitais necessários para implantação das lavouras de cana e dos engenhos açucareiros. Bem como para garantir os lucros e a defesa das instituições representativas do poder. Por essa razão, a implantação da estrutura urbana era um ponto chave para garantir a soberania real na colônia, uma vez que, tinha a função de garantir as imprescindíveis atividades administrativas, militares, religiosas e comerciais no mundo açucareiro, fazendo com que os colonos percebessem o Novo Mundo como uma extensão da metrópole e não como algo estranho a eles¹⁸².

¹⁸⁰ FAORO, op. cit., 1996, p.144.

¹⁸¹ NOVAIS, Fernando. **Condições da privacidade na colônia**. In: MELLO E SOUZA, Laura de (Org) **História da vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras. 1997. p. 17-26. (História da vida privada no Brasil; 1)

¹⁸² FERLINI, op. **Terra, Trabalho e Poder**. cit., 1988. p. 15-16.

Sendo assim, a preocupação da Coroa com a questão da implantação dos centros urbanos e do substrato branco, português e católico na América portuguesa, assume vários aspectos políticos, religiosos, econômicos, administrativos e ideológicos, pois se dá no sentido de que, em um empreendimento dessa magnitude, onde se produzia uma mercadoria tão lucrativa para a economia metropolitana, a Coroa não se poderia dar ao luxo de ver perdidas as lucrativas áreas produtoras de açúcar ante a invasão de nação estrangeira. Assim como, a mercê das incursões dos nativos hostis, ou até mesmo, suscetível às revoltas dos escravos negros, tão corriqueiras durante todo período colonial.

Por outro lado, a apreensão das autoridades metropolitanas também é bastante plausível, sob o ponto de vista das elites coloniais, pois com o crescimento em proporções geométricas da população negra e mestiça na colônia, essas autoridades metropolitanas e as lideranças coloniais precisavam garantir a perfeita comunicação entre as suas instituições e as elites locais e metropolitanas. Além de garantir a reposição e a reprodução do substrato populacional branco da colônia, a fim de manter a pureza de sangue e a ortodoxia da fé naquelas paragens, pois, caso isso não pudesse ser efetivado, se corria o risco de ver a colônia afundada na anarquia completa e perdê-la para algum grupo dissidente; em razão de uma revolta generalizada de escravos; ou para alguma nação estrangeira.

Pois, tratando aqui do caso específico dos negros escravizados, se a princípio a população colonial, no Novo Mundo, deveria dividir-se entre colonizadores brancos e índios, nas áreas onde a compulsão pelo trabalho foi levada aos limites odiosos da escravidão humana, a inicial dualidade da população colonial foi acrescida um terceiro elemento por meio do tráfico negreiro, que remeteu para as zonas canavieiras um contingente incalculável de africanos¹⁸³. Assim, apesar dos benefícios econômicos que a inserção do negro escravizado trazia para a indústria do açúcar, a sua presença a contra gosto naquele espaço era motivo de muitas apreensões por parte da sociedade colonial.

No que diz respeito à Mata Úmida pernambucana, após a aniquilação dos grupos nativos que resistiam ao avanço da empresa colonial, se fez necessário à implantação desses núcleos urbanos para que pudessem dar suporte as atividades administrativas, defensivas e, sobretudo econômicas que ali se desenvolveram, pois, com o repartimento

¹⁸³ NOVAIS, op. cit., In: MELLO E SOUZA, op. cit., 1997.

daquelas terras entre os colonos aptos a nelas criarem engenhos e fazendas de cana se fez mister dar o suporte institucional que só seria possível com a implantação de serviços urbanos básicos. Uma vez que, o sentido da doação de terras era justamente gerar riquezas aos grupos envolvidos nessa empreitada.

Portanto, a implantação desses povoados na Mata Úmida, como em outras zonas açucareiras, foi anterior até mesmo, ao plantio das primeiras lavouras de cana ou da construção dos primeiros engenhos. Uma vez que, era a partir desses povoados que se fazia todo o planejamento de ocupação das terras recebidas em recompensa aos serviços prestados à Coroa ou aos mandatários locais. Bem como, eram nelas onde se ajuntavam os mantimentos, víveres, ferramentas e todo o mais necessário para se dar início ao árduo trabalho de se constituir uma lavoura de cana ou a montagem de um engenho. Bem como, certamente era a partir delas que fazia possível traçar o aparato arquitetônico que serviria de núcleo sede para esses latifúndios produtores de açúcar no passado como: a senzala, a casa do senhor, as casa dos moradores livres e assalariados, a capela e demais equipamentos construtivos que eram geralmente implantados nessas propriedades.

Ainda com relação a essas vilas açucareiras, Stuart Schwartz, comenta que a política econômica da Coroa para a América portuguesa visava incentivar a formação de novos engenhos e fazendas de cana-de-açúcar, pois tais atividades econômicas, que não eram concorrentes entre si, mas antes se complementavam, além de serem indispensáveis à geração de riqueza para a Coroa e o Estado do Brasil. Portanto, a indústria açucareira, além de gerar receitas para a Fazenda real, incentivava a economia através da importação de escravos e artigos manufaturados, ajudando, por outro lado, a dinamizar o comércio nos portos, vilas e povoados da colônia. Além do mais, essa atividade econômica acabava gerando certa quantidade de trabalho livre na sociedade açucareira. Se materializando para alguns desocupados, artesãos e trabalhadores especializados, a possibilidade de ganhar o próprio sustento inserindo-se nos engenhos e vilas açucareiras para desempenhar alguma atividade remunerada¹⁸⁴. Por último, a disponibilização de novas terras como ocorreu na Mata Úmida, acabava por possibilitar o povoamento das zonas rurais¹⁸⁵. O que, por sua vez, legitimava jurídica e politicamente a formação de nossas vilas e freguesias religiosas nessas áreas.

¹⁸⁴ SILVA, K. V. op. cit., 2010. p. 41-64.

¹⁸⁵ SCHWARTZ, op. cit., 1988. p. 258.

A imagem abaixo é uma representação de Frans Post de uma vila açucareira da primeira metade do século XVII, período em que esteve no Brasil, apesar do trabalho ser datado de 1670. Na tela, é possível ver as construções inseridas naquele espaço e o trânsito das pessoas por uma de suas vias. Por outro lado, a partir da leitura de imagem, podemos inferir pelo aspecto de suas construções que a vila contava com moradores abastados vivendo em seu termo, possivelmente gente da governança local e que, certamente ocupavam posições de prestígio nessa região. Pois, segundo ainda nos sugere a imagem, as construções dessa vila eram bem asseadas e detinham um bom acabamento em suas fachadas externas com emboço e pintura nas paredes; e cobertas feitas com telhas de cerâmica. Ainda através da leitura de imagem, é possível notar, ao fundo, a paisagem tipicamente rural que circundava esses povoados no passado. Uma vez que, comumente não havia uma delimitação muito clara entre os limites urbanos e rurais nessas vilas açucareiras no passado. Havendo, por outro lado, a sobreposição de territórios, onde urbano e rural se imbricaram e conferiam a paisagem local um mosaico repleto de contrastes.



Figura 2 - Aldeia, 1670¹⁸⁶

¹⁸⁶ **Aldeia 1670** – Vilage, Óleo sobre madeira Oil ou panel 54,9 x 62,9 cm. Assinado Signed F. Post. In: LAGO, Bia Corrêa. **Frans Post e o Brasil Holandês na Coleção do Instituto Ricardo Brennand**. Recife, 2003. p. 50-51.

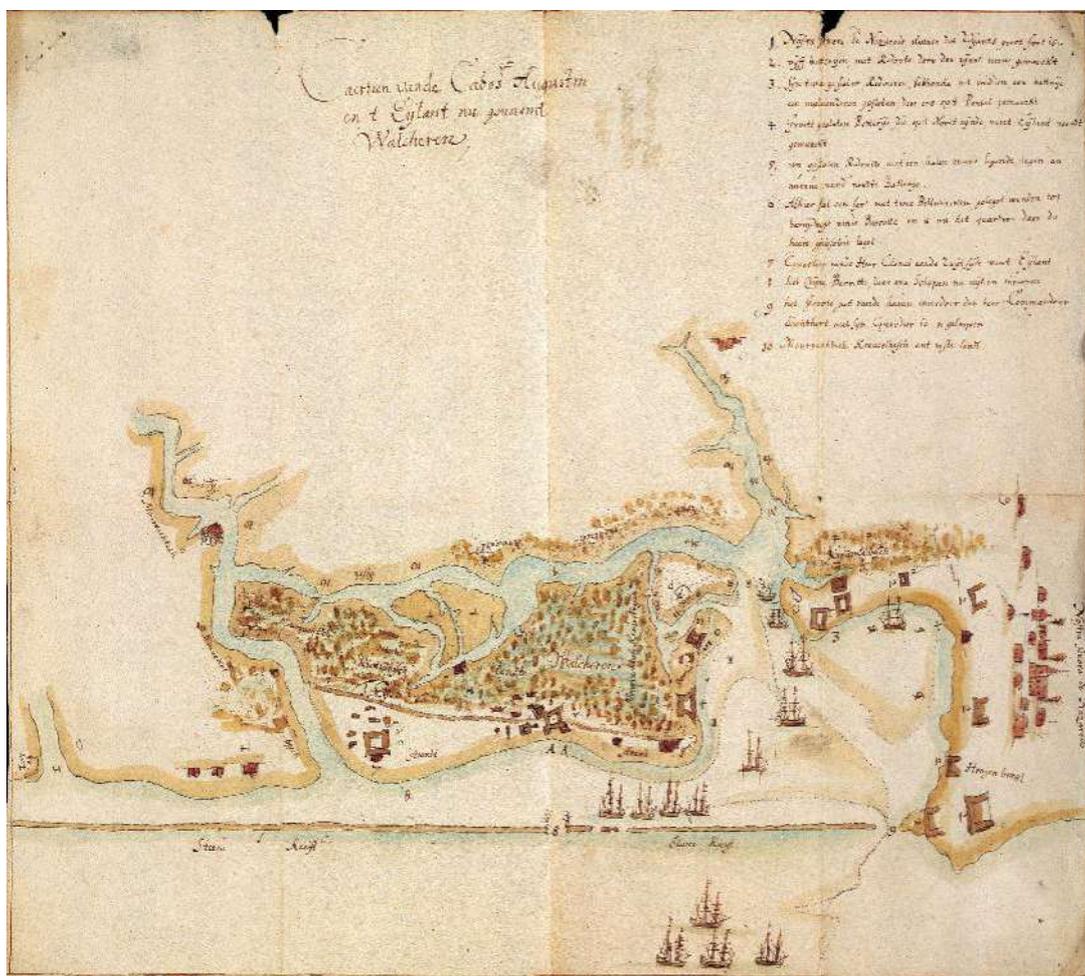
Abaixo temos uma representação de uma dessas vilas açucareiras fundadas ainda na segunda metade do século XVI na Mata Úmida. A imagem, em questão, é da vila de Sirinhaém, concebida já no período de ocupação holandesa daquela área. O artista responsável pela confecção deste trabalho, Frans Post, desenhou entre 1637 e 1644, muitas das principais povoações de Pernambuco e uma parte desse trabalho ilustra o livro de Barlaeus, publicado em 1647. De Sirinhaém há uma gravura assinada e datada de 1645. A data refere-se ao trabalho de gravação, realizado na Europa, após o regresso do artista. Supostamente, a estampa foi baseada em desenho elaborado no local, durante a permanência do artista no Brasil.



Figura 3 – Sirinhaem - 1637-1645 (1647)¹⁸⁷

¹⁸⁷ **Serinhaim 1647** In: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS - 1647), estampa n° 12. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Na imagem acima, vemos ao fundo a vila de Sirinhaém com umas poucas casas, situada sobre uma colina. A Igreja matriz aparece indicada com a letra (A) e, na outra extremidade, o convento (B). Mais para frente, também com a letra A, há uma outra construção, que poderia ser a ermida, mencionada na planta. A casa do governador (holandês) é indicada com a letra C. No primeiro plano, vemos um carro de boi, um cavaleiro com vestes que denotam importância social e dois carregadores de cor negra, com as cargas à cabeça, atravessando um rio. Além do mais, a partir da imagem é possível notar que o entorno da paisagem é composto por diversos morros. Sendo essa uma característica da região.



Mapa 13 - Cabo Santo Agostinho - 1634¹⁸⁸

¹⁸⁸ Cabo Santo Agostinho – 1634. In: "Caertien vande Cabo st. Augustin en t'Eylant nu genaemt Walcheren" Original manuscrito, pertencente ao Stadsarchief Gemeente Deventer, anexo a uma carta de 10 de junho de 1634.

Acima, temos uma representação do Cabo de Santo Agostinho e de outro importante núcleo urbano da época. O local é representado aqui em um mapa da primeira metade do século XVII. Tratando-se da configuração urbana da então povoação Nossa Senhora de Nazaré, representada em uma obra cartográfica datada de 1634. O autor da obra em questão, visava situar as lutas para a tomada, pelos holandeses, da ilha que está situada enfrente ao Cabo de Santo Agostinho. E através do desenho feito da área, é possível notar nas proximidades do cabo o local de implantação da povoação de Nossa Senhora de Nazaré. Nessa ilustração, o povoado de Nazaré é representado esquematicamente, de forma que não é possível ter uma dimensão do tamanho desse núcleo urbano. Uma vez que, a intenção do autor era representar em detalhes as posições das tropas, das fortificações, dos navios, das tropas invasoras e da resistência luso-brasileira que lutaram pelo domínio daquela região.

Essas informações dadas acima, são importantes porque denotam o quanto essas vilas açucareiras conseguiram agregar em torno de si, interesses ao longo dos três primeiros séculos de colonização portuguesa, dos mais diversos: econômicos, políticos, sociais, militares e religiosos. Desta maneira, só tendo essa compreensão é que se faz possível ter uma dimensão do quanto o controle da área no entorno do cabo e dessa povoação era imprescindível, já em meados do século XVII durante o período de ocupação holandesa, tanto para as lideranças pernambucanas, quanto para as tropas invasoras, pois, a região comportava em si freguesias como as de Santo Antônio do Cabo, Sirinhaém, São Miguel do Ipojuca e São Gonçalo do Una; e outras povoações menores, mas, de grande importância política e econômica. Esses eram locais de antigos assentamentos coloniais e; cujos mandatários locais, se arrogavam de pertencerem às antigas linhagens que colonizaram a capitania e inclusive tomaram parte, como já foi dito, nas lutas que se travaram contra os holandeses por toda a capitania.

Assim, com a incorporação das terras da Mata Úmida a empresa colonial e posterior instalação das vilas, foram instaladas no decorrer do século XVI e início do XVII, diversos engenhos. Dentre eles, destacamos alguns referendados pelo pesquisador Evaldo Cabral, cujo trabalho de levantamento indica, parcialmente, o nome dos proprietários ou pessoas ligadas àqueles estabelecimentos agrícolas. E por sua vez, nos ajuda a compreender melhor a ligação entre aqueles indivíduos que se tornaram respeitáveis senhores de terra na região, e os integrantes das expedições colonizadoras que se apossaram da região. Contribuindo assim, para inserir definitivamente,

Pernambuco num elaborado circuito de trocas comerciais que, o transformariam num dos mais lucrativos territórios coloniais do Novo Mundo¹⁸⁹.



Mapa 14 – Descrição toda a costa e interior da Capitania de Pernambuco¹⁹⁰

O mapa acima, trás uma descrição minuciosa de toda a costa da capitania de Pernambuco, onde inclui em sua descrição da região, as características de sua geografia e o nome de seus principais núcleos urbanos. O autor do mapa, busca chamar à atenção para a principal atividade econômica da terra ao por, na parte superior da cartografia, a representação de um engenho açucareiro. Ainda na descrição feita, é possível perceber qual o tipo de mão de obra que predominava nessas propriedades, já que o autor faz a representação de pessoas de cor negra, provavelmente escravos, desenvolvendo atividades relativas à produção de açúcar. A respeito da fabrica do engenho, pela

¹⁸⁹ A esse respeito Ver: ALENCASTRO, op. cit., 2000.

¹⁹⁰ **PRAEFECTURA E PARANAMBUCA E PARS BOREALIS, una cum PRAEFECTURA de ITAMACÂ.** Gravura em cobre extraído do livro de Gaspar Barlaeus, *Rerum per Octennium in Brasilia ET álibi nuper gestarum*. Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro In: HERKENHOFF, op. cit., 1999. p. 84.

imagem nota-se o tipo de moenda utilizada, pois, percebe-se a presença de um riacho que passa por baixo da referida moita. Desta forma, infere-se que trata-se de um engenho real. E, já ao fundo da imagem na área mais central, nota-se, por trás da moita, a presença de uma segunda construção composta de dois pavimentos. Esse detalhe talvez indique que o autor buscou retratar na cena, além da moradia do senhor de engenho, o dia a dia de uma grande propriedade açucareira. Buscando, talvez, reforçar a sua intenção ao retratar a propriedade repleta de trabalhadores negros exercendo atividades manuais.

Assim, os quadros abaixo, traçados a partir das referências fornecidas por Evaldo Cabral de Mello, nos oferecem uma perspectiva do número de engenhos que foram sendo instituídos na maior parte da Mata Úmida no decorrer dos séculos XVI e XVII. Englobando, por sua vez, um recorte territorial que se estende desde a freguesia da Muribeca, até a freguesia de São Gonçalo do Una.

Assim, na freguesia da Muribeca, são listados os seguintes engenhos:

Quadro 1 – Engenhos da Freguesia da Muribeca

Engenho	Tipo de Moenda	Data de Fundação	Propriedade
Muribeca	Engenho Real	1585	Fernão Soares
Santo André	Engenho Real	1580	Arnal de Holanda
São Bartolomeu	Engenho Real	1580	Francisco de Amaral
Supupema	Engenho de Bois	Anterior a 1593	André Gonçalves
Guararapes	Engenho de Bois	Séc. XVI sem data específica	João Pires, o Camboeiro
Freguesia da Muribeca – Séc. XVII			
Penamduba	Engenho Real	Anterior a 1609	André Soares
São José	Engenho de Bois	Anterior a 1609	Brites Mendes de Vasconcelos viúva de Arnal de Holanda
Algibeira	Engenho de Bois	Anterior a 1623	Luiz Dias Barroso
Megaípe	Engenho de Bois	Anterior a 1623	Luís Marreiros
Mangaré	Engenho de Bois	Anterior a 1609	Rodrigues Vassalo

Engenhos instalados na Freguesia da Muribeca, entre os séculos XVI e XVII¹⁹¹

¹⁹¹ MELLO, op. cit., 2012. p. 86-94.

Na freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, são listados os seguintes engenhos:

Quadro 2 – Engenhos da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão

Engenho	Tipo de Moenda	Data de Fundação	Propriedade
Ns ^a . da Apresentação	Engenho Real	Anterior a 1593	Duarte Dias Henriques
Ns ^a . da Conceição	Engenho Real	Na década 1580	Belquior Luiz
Antônio Bulhões	Engenho Real	Anterior a 1575	Gaspar Alves Puga
Suassuna	Engenho Real	Anterior a 1587	Fernão Soares e Diogo Soares
Santana	Engenho Real	Anterior a 1581	Simão Falcão Souza
Ns ^a . da Guia	Sem menção	Na década de 1580	Cosmo Roiz
Camaçari	Engenho Real	Anterior 1593	Era tido em sociedade com sócio não designado e Manoel da Costa Calheiros
Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão – Séc. XVII			
Gurjaú	Engenho Real	Anterior a 1636	André Soares
Santo Agostinho	Engenho Real	Anterior a 1609	João Nunes de Matos

Engenhos instalados na Freguesia de Jaboatão, entre os séculos XVI e XVII¹⁹²

Na freguesia de Santo Antonio do Cabo, destacam-se os seguintes engenhos:

Quadro 3 – Engenhos da freguesia de Santo Antonio do Cabo

Engenho	Tipo de Moenda	Data de Fundação	Propriedade
Utinga	Engenho Real	Meados do século XVI	Felipe de Cavalcanti
Pirapama	Engenho Real	1580	Cristovão Lins
Algadoais	Engenho Real	Meados do século XVI	João Paes Barreto, o velho
Jurissaca	Engenho Real	Antes de 1593	João Paes Barreto, o

¹⁹² Idem. p. 94-100.

			velho
Ns ^a . da Conceição	Engenho Real	Anterior a 1593	João Gomes de Melo
Engenho Velho	Engenho Real	Meados do século XVI	João Paes Barreto, o velho
Guerra	Engenho Real	Meados do século XVI	João Paes Barreto, o velho
Bom Jesus	Engenho Real	Anterior a 1593	Cristovão Vaz
São João	Engenho Real	Anterior a 1593	Estevão Alvo
Freguesia de Santo Antonio do Cabo – Século XVII			
Santa Luzia	Engenho de Bois	Antes de 1623	Julio Pais d' Altro
Maratapagipe	Engenho Real	Antes de 1623	Gaspar Mere
Antonio Vieira ou Três Paus	Engenho de Bois	Antes de 1623	João Rodrigues Caminha
Engenho Novo ou São Miguel	Engenho Real	Antes de 1623	João Paes Barreto, o velho
Garapu	Engenho Real	Antes de 1609	João Paes Barreto, o velho
São Brás	Engenho Real	Antes de 1636	Antonio da Silva
Ns ^a das Candeias	Engenho Real	Antes de 1636	Fernando Gomes

Engenhos instalados na Freguesia do Cabo, entre os séculos XVI e XVII¹⁹³

Nas freguesias de Sirinhaém-Una, são arrolados os seguintes engenhos:

Quadro 4 – Engenhos instalados nas freguesias de Sirinhaém e São Gonçalo do Una

Engenho	Tipo de Moenda	Data de Fundação	Propriedade
Camargibe	Engenho Real	Antes de 1593	Francisco Fernandes Porto
Ilhetas	Engenho de Bois	Segunda metade do século	João Paes Barreto, o

¹⁹³ Idem. p. 100-114.

		XVI	velho
Ns ^a da Guia	Engenho Real	Segunda metade do século XVI	João Paes Barreto, o velho
Engenhos instalados nas freguesias de Sirinhaém e São Gonçalo do Una – Século XVII			
Itapirussu	Engenho Real	Antes de 1609	Álvaro Fragoso
Ubaca	Sem menção	Antes de 1623	Gaspar Fragoso Toscano
Cacaú	Engenho Real	Início do século XVI	Alexandre Moura
Trapiche	Engenho de Bois	Antes de 1609	Jaques Peres
Ns ^a da Palma	Engenho Real	Antes de 1609	Felipe de Albuquerque
Ns ^a do Rosário	Engenho Real	Antes de 1609	Diogo Martins Pessoa
Jaciru	Engenho Real	Anterior a 1623	Jeronimo de Albuquerque

Engenhos instalados na Freguesia de Sirinhaém-Una, entre os séculos XVI e XVII¹⁹⁴

Na freguesia de São Miguel do Ipojuca, foram instituídas ao longo do século XVI diversas fábricas e fazendas de cana, dentre esses engenhos destacamos os seguintes:

Quadro 5 – Engenhos da freguesia de São Miguel do Ipojuca

Engenho	Tipo de Moenda	Data de Fundação	Propriedade
Sibiró de Baixo	Engenho Real	Antes de 1593	Sebastião Coelho
Sibiró de Cima	Engenho Real	Segunda metade do século XVI e que em 1623 pertencia a	Manuel de Nobalhas y Urréa
Maranhão	Engenho Real	Segunda metade do século XVI e que em 1609 pertencia a	Antonio Ribeiro de Lacerda
Bertioga	Engenho Real	Segunda metade do século XVI e que em 1609 pertencia a	Antonio Ribeiro de Lacerda

¹⁹⁴ Idem. p. 124-134.

Trapiche	Possivelmente engenho de Bois	Segunda metade do século XVI	Cosme Dias da Fonseca
Pindoba	Dupla moenda sendo Engenho de bois e Engenho Real	Instituído na década de 1590	Gaspar da Fonseca Carneiro
Santa Luzia ou Tabatinga	Engenho Real	Segunda metade do século XVI	Cosme Dias da Fonseca
Aratangil	Engenho Real	Antes de 1593	Miguel Fernandes Távora
Pantorra	Engenho Real	Possivelmente na segunda metade do século XVI	Belquior Garcia Rebelo
Freguesia de São Miguel do Ipojuca – Século XVII			
Cocaú	Engenho Real	Antes de 1623	Manuel Mesquita Silva
Coroaçu	Engenho Real	Sem menção,	Manuel Vaz

Engenhos instalados na Freguesia de São Miguel do Ipojuca, entre os séculos XVI e XVII¹⁹⁵

A partir da análise das tabelas acima, percebe-se que boa parte dos engenhos instalados na região da Mata Úmida possuía moenda hidráulica, essa constatação indicava não só a presença de vários cursos fluviais na área; bem como deixa transparecer a preferência dos senhores de engenho, com mais recursos, daquela localidade por esse meio de produção. Pois, além de aumentar relativamente à produtividade nessas fábricas, esse tipo de moenda liberava parte dos trabalhadores do engenho para exercerem outras atividades correlatas a produção. E por fim, evitava prejuízos com as criações de bois e bestas, já que o uso desses animais deixava de ser necessário no interior dessas fábricas, assim como, ocorria nos engenhos do tipo trapiche. Desta forma, esses proprietários acabavam evitando gastos com a reposição desses animais, devido à exaustão física a que eram submetidos e a consequente morte no interior daquelas fábricas.

A esse respeito, Fátima Quintas comenta que no mundo açucareiro havia uma espécie de diferenciação de renda entre os proprietários de engenhos, onde, por exemplo, existiam distinções entre as rendas geradas entre um engenho real (ou

¹⁹⁵ Idem. p. 114-124.

engenhos hidráulicos) ou de um trapiche (engenho de bois), movido à tração animal. Ainda a esse respeito, a autora comenta o seguinte:

os reais, movidos à água, os preferidos dos senhores de engenho por acelerar a produção e oferecer uma maior produtividade; os trapiches, aqueles movidos por tração animal e os a vapor, surgidos no século XIX, em decorrência da modernização da técnica¹⁹⁶.

Portanto, o interesse por esse tipo de indústria tinha um forte viés pecuniário já que, os lucros advindos de um engenho que produzia com moendas hidráulicas, superavam os dividendos gerados pelos engenhos de Bois. Todavia, devido aos custos iniciais que esse tipo de moenda queria para a sua implementação, apenas os proprietários com mais recursos podiam fazer frente a esses investimentos. Fator esse que, nos sugere que numa região onde houvesse a prevalência desse tipo de moenda, havia uma maior concentração de senhores de engenhos com um maior capital disponível ou maior poder de endividamento para fazer frente a essas despesas.

Quadro 6 - Análise do Quantitativo de engenhos Reais Instalados na Mata Úmida entre os séculos XVI e XVII

Freguesias	Século XVI	Século XVII
Muribeca	03 engenhos Reais 02 engenhos de Bois	05 engenhos Reais 04 engenhos de Bois
Santo Amaro do Jaboaão	07 engenhos Reais 01 sem menção do tipo de moita usada	02 engenhos
Santo Antônio do Cabo	09 engenhos Reais	07 engenhos Reais 02 engenhos de Bois
Sirinhaém-Una	03 engenhos Reais 01 engenho de Bois	05 engenhos Reais 01 engenho de Bois 01 sem menção do tipo de moenda usada
São Miguel do Ipojuca	07 engenhos Reais 01 engenho com dupla moenda	02 engenhos Reais

¹⁹⁶ QUINTAS, op. **Cana, Engenho e Açúcar**. In: QUINTAS, op. cit., 2007. p. 57.

	02 engenhos de Bois	
Total de Engenhos Reais Instalados		
Freguesias	Século XVI – XVII	Total de engenhos Reais por Freguesia
Muribeca	10 engenhos	04 engenhos Reais
Santo Amaro do Jaboaão	09 engenhos	08 engenhos Reais
Santo Antônio do Cabo	14 engenhos	14 engenhos Reais
Sirinhaém-Una	10 engenhos	07 engenhos Reais
São Miguel do Ipojuca	12 engenhos	09 engenhos Reais e 01 com Dupla Moenda
Total	57 engenhos arrolados	43 engenhos Reais

A análise dos quadros apresentados acima, toma como base a listagem de engenhos arrolados na região, por Evaldo Cabral. E é, portanto, a partir das informações colhidas pelo autor que buscamos traçar um perfil dos tipos de engenhos que foram instituídos na Mata Úmida. Desta forma, a partir da leitura feita acima, podemos notar que houve uma prevalência de engenhos reais, sobre os chamados engenhos de Bois ou Trapiche na região, onde parte desses engenhos Reais se concentrou justamente nos vales do rios Ipojuca e Una. Por outro lado, a leitura da tabela acima nos indica uma aparente prevalência de engenhos Reais na freguesia de Santo Antônio do Cabo, seguida de perto pelas freguesias de Santo Amaro do Jaboaão, São Miguel do Ipojuca e das Freguesias de Sirinhaém-Una. Por outro lado, notamos ainda que a única freguesia da região, a da Muribeca, justamente a aquela que esta geograficamente situada mais ao Norte da Mata Úmida, é a única onde o número de engenhos movidos a força animal instalados no seu termo superava em mais de 50% o número de engenhos Reais ali fundados.

Por outro lado, o processo de doação de sesmarias na região da Mata Úmida irá ter seguimento ainda durante os séculos XVII e XVIII, onde muitas pessoas de prestígio na capitania irão requerer seu quinhão de terra na área tendo em vista à instituição de novas propriedades agrícolas. Sendo isso, verificável a partir da análise da “*Documentação Histórica Pernambucana – Sesmarias*”¹⁹⁷. nesta fonte existe, por exemplo, a referência a doação de terras situadas entre os rios Serinhaém e Ipojuca

¹⁹⁷**Documentação Histórica Pernambucana: SESMARIAS.** cit., 1954.

feitas ao Capitão João Cavalcanti de Albuquerque em atenção a um pedido seu que alegava serem essas terras abandonas e necessitando assim que nelas fossem implantadas lavouras e criação de animais no ano de 1691¹⁹⁸. Podemos citar ainda, a Carta de Sesmaria que foi passada a João Baptista Jorge e D. Francisca Peres de Figueirôa de terras situadas nas ribeiras de Ipojuca em 1702¹⁹⁹. A respeito dessas doações de Sesmarias é bom frisar que geralmente as pessoas responsáveis por elas detinham, geralmente, algum laço de parentesco ou proximidade com a pessoa que seria beneficiada. Um exemplo, disso é a Carta de Doação de Sesmaria que se passou a Fernão Barbalho Feijó lhe foi dado em terras situadas próximas ao engenho Araribas em Ipojuca no ano de 1724. O Curioso é que a autoridade colonial responsável por esta doação foi D. Manoel Rolim de Moura que, por sua vez, era pertencente a uma das mais antigas e poderosas famílias da capitania e cujo berço de origem era justamente a freguesia de São Miguel do Ipojuca²⁰⁰.

Esse mesmo processo irá seguir, no século XVIII, também nas freguesias de Santo Antônio do Cabo e de Sirinhaém, onde membros enobrecidos daquela sociedade irão requer a posse de novas glebas de terras naquelas paragens. Sendo assim, temos a doação de Sesmaria que se passou a Francisco de Andrade Lima e Manoel de Barros Amorim, em terras próximas ao engenho pertencente aos herdeiros de João de Souza Pantôrro por volta de 1709²⁰¹. O outro exemplo, nessa freguesia, é a Carta de Sesmarias que se passou ao Licenciado Ignácio da Cunha de terras próximas aos engenhos Gurjaú e Cajubussu em 1714²⁰². E no caso de Sirinhaém temos o caso da Doação de Sesmarias feita ao Capitão-Mor Pedro de Mello Falcão em 1713²⁰³.

Verificamos, assim, a partir das informações arroladas acima que muitos descendentes dos grupos familiares que se beneficiaram com o processo de adentramento das terras da Mata Úmida, como as famílias - Rolin, Moura, Cavalcante, Mello e Albuquerque - continuarão a requerer a posse de novas terras. Buscando com isso, aumentar o espólio familiar e por tabela avolumar, ainda mais, o capital simbólico que detinha. Atestamos, assim, que a terra continuou, por muito tempo, a representar um símbolo de prestígio e diferenciação social altamente cortejado pelas oligarquias

¹⁹⁸Idem, p. 16-17.

¹⁹⁹Idem, p. 90-92.

²⁰⁰Idem, p. 285-286.

²⁰¹Idem, p. 177-179.

²⁰²Idem, p. 193-195.

²⁰³Idem, p. 189-190.

açucareiras. Oligarquias, essas, forjadas no mundo açucareiro ao custo de muitas injustiças, matanças, crimes e da redução de seres humanos à escravidão.

Quadro 7 – Relação dos Engenhos de Ipojuca em 1770

Engenho	Proprietário	Rendeiros	Procurador	Administrador	Orago de sua Capela
Tabatinga	Padre Antonio da Costa Nogueira				Santa Luzia
Utinga	Alferez José Álvares de Castro				Nossa Senhora da Ajuda
Penderama	Capitão Antônio José Coelho				Nossa Senhora da Conceição
Guerra	Capitão Francisco Negramontes	Em parte - Capitão Francisco Negramontes			Nossa Senhora da Pilar
Salgado	Dona Archangela Maria Ritta		Capitão Mor João Lopes Salgado		Nossa Senhora de Nazareth e São João Baptista
Boacica	Capitão João Maurício Vanderley				Nossa Senhora da Guia
Trapiche	Santa Casa de Misericórdia do Recife	Dona Feliciano da Cunha e Silva			São João Baptista
Conceição	Mestre de Campo João de Oliveira Gouvim			Manuel Álvares Pereira	Nossa Senhora da Conceição
Bertioga	Padre João Evangelista				Santo Antônio
Maranhão	Francisco Xavier dos Reys				Nossa Senhora da Escada
Pará	Tenente Coronel José Vaz Salgado			Domingos Pereira Chaves	Santos Cosme e Damião
Pindoba de Baixo	Pedro Cavalcante de Albuquerque	Capitão Antonio de Mello Barros			Nossa Senhora do Desterro
Tapera	Capitão Francisco de Mello Albuquerque e seus irmãos				Santos Cosme e Damião
Cayté	Padre Manuel Alvarez Barbosa				Santo Antonio

Sibiró de Cima	Capitão Paulo de Amorim Salgado				Santa Cruz
-------------------	------------------------------------	--	--	--	------------

Proprietários, Rendeiros, Administradores e Oragos de suas Capelas²⁰⁴

No quadro apresentado acima, podemos verificar uma rica descrição das propriedades agrícolas que estavam implantadas na freguesia de Ipojuca pelos idos de 1770. Sendo esta documentação uma das mais ricas até agora arroladas neste trabalho, pois, nos dá informações sobre seus proprietários, rendeiros, eventuais administradores e procuradores. Indica-nos ainda, que muitas dessas propriedades se configuravam como verdadeiros patrimônios familiares como é como caso do engenho Tapera que desde meados do século XVII estava na posse da mesma família, a dos Albuquerque. Por outro lado, as menções feitas as “patentes” militar (Mestre de Campo, Tenente, Coronel e mais comumente o de Capitão) atribuída à alguns desses donos de engenhos nos confirmam o quanto os símbolos distintivos de autoridade e mando eram apreciados pelo grupo social formado pelos senhores de engenho. Desta forma, a associação entre o capital financeiro, as patentes militares e o já combalido prestígio social, nesse período, desses mandatários locais era uma forma utilizada pelos líderes dos clãs familiares formados no esteio da sociedade açucareira para manter uma aparente estabilidade social e econômica naquele mundo, onde às aparências e aos símbolos distintivos eram dadas bastante importância.

Notamos ainda que, instituições e pessoas ligadas à Igreja Católica também são arroladas como proprietários de alguns desses engenhos como é o caso, por exemplo, do engenho Tabatinga pertence, na época, ao padre Antonio da Costa Nogueira e do engenho Trapiche, então de posse da Santa Casa de Misericórdia do Recife. Esses dados são muito importantes por que também põem em relevo as estreitas relações de cumplicidade que havia, desde o início da colonização, entre a Igreja e a indústria do açúcar. Sabemos que essa associação ia desde a escolha do padre capelão que iria assistir aos serviços religiosos nas capelas desses engenhos; passava pela legitimação ideológica do modo de produção escravista implantado na América portuguesa; e desembocava nas muitas doações de terras e propriedades agrícolas a membros e instituições da Igreja durante todo período colonial. Denotando isso o quanto a

²⁰⁴Regizto de huma carta e **Rellação dos Engenhos...**op, cit., 7-5-1770. In: Livro, op. cit., (1733-1808), folhas 360 e 360v. IAHP.

religiosidade daquela sociedade podia se converter em bons lucros a própria Santa Sé no mundo açucareiro.

A partir das informações disponibilizadas acima podemos vislumbrar as configurações inseridas na paisagem da Mata Úmida, por meio da implantação das vilas e engenhos açucareiros. Sendo isso, resultante da aglutinação de uma série de interesses que ao se coadunarem viabilizaram tão audacioso empreendimento em terras infestadas de índios bravios e todo tipo de dificuldade que um ambiente natural pode impor a ação humana. Entretanto, devemos ter em mente que, as diversas vertentes de análise desse processo de adentramento da Mata Úmida, envolvem uma multiplicidade de fatores como: as questões políticas-econômicas ali envolvidas, interesses dos grupos sociais que ali se estabeleceram, a formação das vilas e povoados açucareiros; a instituição dos engenhos e fazendas de cana; a relação do tráfico negreiro com o tipo de mão de obra que seria empregada nos engenhos ali implantados. Portanto, todos esses elementos históricos e sociais, em conjunto, deram a tônica do tipo de sociedade que naquelas paragens se formaria no transcorrer dos séculos XVI ao XVIII.

Assim, foi em meio a todo esse processo histórico-social que a Freguesia de São Miguel do Ipojuca, uma das prósperas e ricas zonas açucareiras da capitania de Pernambuco, teria surgido e moldado-se através da atmosfera social, política, econômica, religiosa e beligerante que permeou a inserção e consolidação da empresa colonial na Mata Úmida. Sendo assim, Ipojuca e o seu desenvolvimento histórico são de relevante importância para o entendimento de um importante recorte histórico do nosso passado colonial. Pois, a “*Bela Ipojuca*” como os holandeses a chamavam, foi a seu tempo, um dos grandes baluartes e exemplo do tipo de sociedade ensejada nessas terras pela colonização portuguesa. E, por esse motivo, deve ter o seu passado histórico revisado através do olhar criterioso dos historiadores colonialistas contemporâneos.

CAPÍTULO 3

OS PARTIDOS ARQUITETONICOS DAS EDIFICAÇÕES DE SÃO MIGUEL DO IPOJUCA

1 – A Freguesia de São Miguel do Ipojuca

É freguesia colada desde os seus princípios, e das mais antigas da capitania. Foram e são ainda hoje os seus colonos da principal gente da terra, dos quais se conservam vários ramos dos seus ilustres povoadores, vindos da parte do reino, como Achiolis, Rolins, Cavalcantis, Albuquerque, Lacerdas, Mouras, e outros mais com estes enlaçados. O povo é número porque o terreno é fértil, de muitos e grandes engenhos de açúcar, e todas as mais lavouras da terra. A povoação, quando nela entraram os holandeses, pelos anos de 1639 era de bastantes vizinhos, com algumas ruas, assim no alto como na baixa, ficando-lhe a matriz no principio da rua principal para a parte do norte em um plano, onde começa a fazer alguma descida pela mesma rua ao sul até a estrada real, na sobredita baixa. (**Frei Jaboatão**, falando a respeito da freguesia de São Miguel do Ipojuca no século XVIII)²⁰⁵.

A freguesia de São Miguel do Ipojuca é referida, como tendo sido uma das mais antigas e prósperas existentes na capitania de Pernambuco. Entretanto, dada a escassez de trabalhos historiográficos a respeito de sua formação política, as informações sobre a cronologia de sua evolução histórica ainda são incertas e pouco conhecidas pela comunidade acadêmica. Sabe-se, entretanto, que a região onde a freguesia foi instituída já era conhecida pelos navegadores europeus que navegaram pela costa da América portuguesa no início do século XVI.

Entretanto, no que diz respeito à data de constituição do seu núcleo urbano, ainda não há consenso entre os historiadores a esse respeito. Por essa razão e buscando lançar algumas luzes a esse respeito, usaremos uma informação que nos foi legado pelo historiador Pereira da Costa, que fala a esse respeito. Sobre isso, Pereira Costa, cita um alvará de Felipe I de Portugal expedido a requerimento de frei Melchior de Santa Catarina que dizia respeito ao pedido de pensões ordinárias requeridas para o convento franciscano de Olinda. De acordo com o autor o referido alvará foi alterado em 10 de Janeiro de 1590 com vistas a estender os direitos ofertados ao Convento franciscano da vila de Olinda aos conventos dessa ordem que seriam fundados em Recife, Ipojuca e Rio de Janeiro²⁰⁶.

A partir da informação passada por Pereira da Costa podemos inferir que Ipojuca, enquanto território e termo político já havia sido constituído antes de 1590, haja vista que, a referência ao futuro convento franciscano que seria construído em Ipojuca se figura como um indicio de que havia um acelerado desenvolvimento da

²⁰⁵ Frei Jaboatão fazendo uma descrição da freguesia de Ipojuca pelos idos do século XVIII. In: COSTA, op.cit., 1952. vol. 2: 113.

²⁰⁶ Idem. vol. 1:556 e vol. 2:65.

economia açucareira naquele termo. Já que, um empreendimento dessa envergadura, como a construção de um convento, requeria elevados investimentos e largos gastos devido à dificuldade de se conseguir mão de obra qualificada para a execução desse tipo de obra; as distâncias a serem vencidas naquele período; e a necessidade de importação de materiais construtivos e decorativos geralmente usados nesse tipo de construção, do reino. Fatores esses que oneravam e muito o custo final de uma obra dessas²⁰⁷.

Ainda a esse respeito Pereira da Costa, faz referência a visitação do bispo diocesano Dr. Fr. Antonio Barreiros que pelos idos de 1582, estava em visita pastoral a Pernambuco. O autor, a partir das informações colhidas a esse respeito especula que nesse período o povoado de São Miguel do Ipojuca, obteve o “*status*” de freguesia religiosa. Pois, segundo o autor, esses prelados, por concessão régia e pontifícia gozavam do direito de criar freguesias religiosas e de fazer os seus competentes provimentos canônicos.

Segundo frei Venâncio Willeke afirmou, a partir de fontes consultadas por ele, Ipojuca, referida por ele como vila de Ipojuca, já havia se configurado como freguesia entre 1589 e 1590. E nesse período a sua paróquia já estava devidamente constituída. E além do mais, o autor afirma que a jurisdição dessa paróquia se estendia de “*Tabatinha e da aldeia de N.S^a. da Escada até a aldeia de Una*” (limites atuais entre Pernambuco e o Estado de Alagoas). Ainda segundo frei Venâncio “*A aldeia de N. S^a. de da Escada foi fundada logo depois de 1589 pelos padres jesuítas, enquanto a aldeia de Una, já em fins de 1593, era curada pelos franciscanos*”²⁰⁸. Essas informações, aliadas a outras já mencionadas no texto, indicam a importância, também religiosa, que Ipojuca detinha para a Igreja, já que colocava sob a jurisdição da paróquia de Ipojuca, outras paróquias religiosas da Mata Úmida, ainda em finais do século XVI. Sugerindo isso que o desenvolvimento da freguesia havia chamado a atenção também das autoridades religiosas da época. O que nos indica que Ipojuca, naquele período já despontava como um importante centro político, econômico e religioso da própria capitania de Pernambuco.

A esse respeito, devemos lembrar que o termo freguesia aqui empregado refere-se a uma divisão eclesiástica, englobando toda a população em uma espacialidade que deveria ser atendida por um pároco. De acordo com Raphael Bluteau, em seu dicionário

²⁰⁷ Idem. vol. 2: 111.

²⁰⁸ WILLEKE, Frei Venâncio. **Convento de ST^o. Antonio de Ipojuca**. In: Separata da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vol. 13. Rio de Janeiro, 1956. p. 13.

de início do século XVIII, freguesia seria a Igreja paroquial ou o lugar da cidade ou do campo onde vivem os fregueses²⁰⁹ e, além da função religiosa, as freguesias serviam como referências para a contagem da população na América portuguesa, pois todos os habitantes de cada freguesia tinham por obrigação receber os sacramentos ao menos uma vez ao ano, em suas respectivas Igrejas paroquiais. Lembramos ainda que eram nessas paróquias religiosas onde ficavam registrados os batismos, óbitos e os casamentos dos habitantes locais.

Sendo assim, a instituição de uma freguesia religiosa em Ipojuca, significava que o seu povoado tinha um substrato populacional branco suficientemente razoável para lhe outorgar essa condição eclesiástica e administrativa. Desta forma, deduzimos que a área estava na órbita de interesse das autoridades coloniais e metropolitanas, devido ao seu crescimento populacional. E, por que não dizer, econômico. Pois, a instituição dos seus dois principais povoados: São Miguel do Ipojuca e Nossa Senhora do Ó, após as guerras de conquistas na região, se deram em razão da necessidade de se instituir engenhos açucareiros e fazendas de cana-de-açúcar no seu termo.

Mais adiante, já em meados do século XVII, Gaspar Van Barlaeus em seus escritos sobre o governo holandês do Brasil, nos apresenta uma Ipojuca populosa. E que, apesar dos problemas acarretados com a ocupação batava, ainda dinâmica economicamente “(...) *S. Miguel de Ipojuca, muito populosa, a 10 léguas do Recife. Tem 13 engenhos, que produzem anualmente grande quantidade de açúcar*”²¹⁰. E mais adiante o autor faz referência a ela, não como um mero povoado da região, mas dá a entender que Ipojuca figurava como importante centro urbano e econômico ao tecer uma lista das principais cidades, segundo ele, da então província de Pernambuco, ao dizer que:

São cinco as cidades da província: Iguaraçú, Olinda, Maurícia, que abrange Recife e uma cidade recente na ilha de Antônio Vaz, Bela Ipojuca e Vila Formosa do Serinhaém. As povoações são: Muribeca, S. Lourenço, Santo Antônio, Santo Amaro e outras do tamanho de vilas²¹¹.

Portanto, a partir do interesse de Gaspar Barlaeus por aquela freguesia, podemos constatar como, mesmo no período de domínio holandês em Pernambuco, Ipojuca e seus arredores constituíam uma peça importante no tabuleiro político-econômico da

²⁰⁹ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e Latino: 1712-1727** Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. p. 206 .

²¹⁰ BARLAEUS, op. cit., 1960. p. 60.

²¹¹ Idem. p. 145.

região. Se configurando, como zona de interesse estratégico para os holandeses com vistas a assegurar o domínio da região da Mata Úmida. Uma vez que, a posição estratégica de portos como: porto de Galinhas, Suape e Pontal do Serrambi; a presença de um modesto estaleiro na Ilha de Santo Aleixo; a presença de pequenos ancoradouros nos meandros do rio Sirinhaém; proximidade com o Cabo de Santo Agostinho; e a sua sempre referendada produção açucareira faziam com que os holandeses voltassem seus olhos para aquela freguesia. Além do mais, Ipojuca era reduto de muitas das principais famílias ilustres de Pernambuco naquela época. E, desta forma, para os holandeses, controlar seus engenhos e núcleos urbanos significava também enfraquecer e minimizar a capacidade de reação dos seus mandatários locais ao seu domínio²¹².

Por outro lado, o controle dos portos e rios daquela área requereu tanto dos invasores batavos; quanto dos luso-brasileiros que resistiam aos invasores, ousadas manobras militares para se garantir o controle da área. Dando-se isso, através de uma guerra lenta, de emboscadas. Sendo assim, o domínio da área onde a freguesia de Ipojuca estava inserida, dada a sua importância econômica se tornou crucial para ambos os lados do fronte de batalha. No período holandês, dado o interesse em garantir a posse da freguesia para o governo holandês instalado em Recife houve a constituição de um elaborado sistema de comunicação entre as tropas invasoras com vistas a garantir o escoamento de sua produção açucareira até o porto do Recife. Interesses esses que, congregavam em razão das circunstâncias do período, numa mesma fileira não só os batavos como também os produtores locais. Haja a vista a necessidade de se garantir o retorno dos capitais investidos na produção local. Por esse motivo, esses interesses pecuniários em comum, entre invasores e parte da elite local, se configuraram num ponto de convergência de interesses e ações que foram perseguidos as partes envolvidas nesse negócio.

Segundo escreveu o belga Adriaen Verdonck, em sua *“Memória oferecida ao Conselho Político de Pernambuco de 1630”*, as zonas de maior produtividade açucareira na capitania de Pernambuco tinha início nas *“Alagoas e tomava corpo em Porto Calvo e em Serinhaém; o centro localizava-se nos vales dos rios Ipojuca, Jaboatão e Capibaribe, onde estavam os principais engenhos”*²¹³. Portanto, mais uma vez a partir da constatação que o vale do rio Ipojuca, era um dos polos da indústria do açúcar nessas

²¹² POSSAMAI, op.cit., 2012. p. 158.

²¹³ VERDONCK, Adriaen. *Memória oferecida ao Conselho Político de Pernambuco por Adriaen Verdonck em 1630*. p. 34. In: DANTAS, op. cit., 2004. p. 64.

terras, podemos deduzir daí, qual elevados foram os investimentos feitos naquela freguesia pelos grupos envolvidos nesse negócio. Pois, sabesse que a montagem de um engenho era algo bastante oneroso e o seu proprietário, por mais remediado que fosse, muitas das vezes produzia apenas para pagar os inumeráveis empréstimos que havia contraído para montar e manter o engenho funcionando. Uma vez que, havia despesas consideráveis com maquinário, ferramentas, mão de obra livre e escrava. Além, é claro, dos gastos ordinários destinados a atender as outras necessidades e obrigações daquelas unidades produtoras no passado.

Logo mais adiante, em outra documentação escrita em 20 de Maio de 1630, Adriaen Verdonck descreve Ipojuca como uma povoação composta por muita gente rica, onde calcula como sendo em torno de seiscentas almas o número de seus habitantes. No decorrer de sua descrição sobre a freguesia, o autor deixa transparecer o seu entusiasmo diante da pungente riqueza retirada daquelas terras pelos seus engenhos. Além do mais, o autor não poupa detalhes sobre o modo como a produção local de açúcar é escoada; bem como sobre o sistema de defesa instalado na foz do rio Ipojuca composto, segundo ele, de duas ou três baterias de canhões²¹⁴. No que diz respeito ao número de habitantes, da freguesia, parece-nos bastante claro que não estão inclusos, no número de habitantes computados pelo autor, o contingente de escravos e eventualmente nativos indígenas que labutavam nos engenhos, fazendas de cana e outras povoações menores da freguesia. Entretanto, assim como no relatório anteriormente, o autor não deixa esconder o seu espanto quanto a eventual opulência dos moradores dessa zona açucareira já que coloca em evidência a posição privilegiada desfrutada pela freguesia de grande produtora e associa isso a riqueza aparente de sua elite local.

Já mais adiante, na segunda metade do século XVIII, Domingos Loreto Couto escrevendo a respeito das freguesias, que na época faziam parte dos termos da vila do Recife, faz uma descrição bastante detalhada sobre as freguesias da Mata Úmida, então sob a jurisdição da vila do Recife. Nesse levantamento feito, o autor tece uma descrição minuciosa a respeito dos principais núcleos urbanos da região. Na ocasião, Ipojuca descrita pelo autor como “*notável Freguesia*” aparece como um importante centro

²¹⁴ VERDONCK, op. **Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco**, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630. p. 67. In: DANTAS, op. cit., 2004. p. 37-38.

econômico, onde o seu termo é descrito como composto por duas povoações principais. Assim, a primeira povoação chamada por ele de, São Miguel do Ipojuca é descrita como estando implantada em um lugar elevado; e composta por mais de duzentos vizinhos. O autor a descreve ainda, como um local que comporta um magnífico convento e três Igrejas, certamente o autor se referisse a Igreja de Santo Cristo, a Capela de São Miguel e a Capela de Nossa senhora do Livramento dos pardos, sendo este último templo citado, mais abaixo, por frei Venâncio Willeke.

Já ao citar a segunda povoação o autor a denomina de O – provável alusão a Igreja matriz do povoado dedicada a Nossa Senhora do Ó -, esse último povoado é descrito como composto por mais de mil vizinhos. A freguesia como um todo, de acordo com o autor, detinham vinte engenhos moendo, vinte e seis templos católicos e mais de sete mil pessoas tidas como católicas e que faziam suas confissões regularmente. Ainda sobre os principais templos religiosos da freguesia, Loreto Couto descreve as celebrações neles realizadas como permeados de pompa e riqueza²¹⁵. O que além de indicar o zelo dos seus moradores para os seus templos de celebração religiosa, indica também, que na freguesia havia pessoas com capitais financeiros ociosos o suficientes, para disponibilizá-los e empregá-los na ornamentação desses templos.

Segundo Pereira da Costa, a freguesia de Ipojuca contava por volta de 1746 com 591 fogos (habitações) e exatamente 5.514 habitantes. Ainda segundo o autor a freguesia contava com 22 capelas e 21 engenhos, sendo 5 engenhos de fogo morto, ou seja, que não mais produziam açúcar²¹⁶. Esses dados são interessantes porque o número de habitantes fornecidos por Pereira da Costa se aproxima das informações dadas por Domingos Loreto Couto sobre o mesmo período.

A informação levantada acima faz com que levantemos a seguinte questão: como é possível inferir que a freguesia de Ipojuca, era bem povoada, apenas a partir das observações tecidas por esses cronistas e informações trazidas de, segunda mão, por Pereira da Costa. Bem, se fizermos uma comparação com os dados fornecidos por essas pessoas a respeito de Ipojuca e os compararmos com as informações que eles também nos fornecem sobre as outras povoações da Mata Úmida, talvez possamos chegar ter uma noção aproximada a esse respeito.

Desta forma, o quadro abaixo visa facilitar essa compreensão para que possamos chegar a algum entendimento sobre essa questão. Assim temos:

²¹⁵ COUTO, op. cit., 1904. p 167.

²¹⁶ COSTA, op., cit. 1952. vol. 2:114.

Quadro 8 – Análise População da Freguesia de São Miguel do Ipojuca - comparada as outras freguesias da Mata Úmida

Freguesias	Adriaen Verdonck ²¹⁷ - Séc. XVII	Loreto Couto ²¹⁸ - Séc. XVIII
Santo Amaro do Jaboatão	Sem menção	+ 300 habitantes
Santo Antônio do Cabo	Sem menção	300 habitantes
São Miguel do Ipojuca	600 habitantes	+ 6000 habitantes
Nossa Senhora do Ó	Sem menção	+ 1000 habitantes
Sirinhaém	500 habitantes	+ 500 habitantes

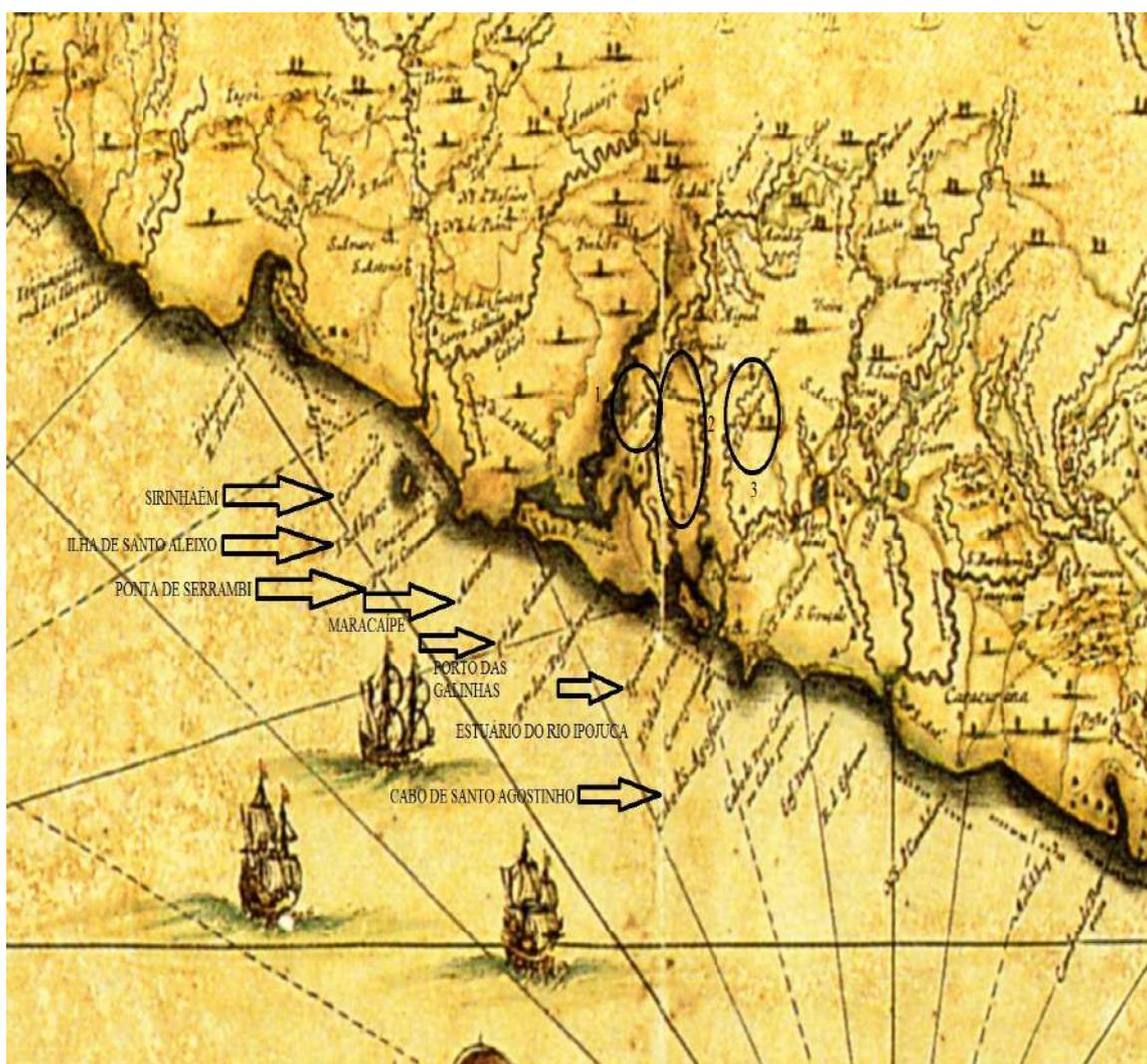
Portanto, se os dados listados acima estiverem corretos, apesar de haver carências de informações para o século XVII a respeito das freguesias de Santo Amaro de Jaboatão, Santo Antônio do Cabo e o povoado de Nossa senhora do Ó em Ipojuca, essas informações sugerem que Ipojuca além de contar com número considerável de engenhos a pleno vapor tinha ainda, uma economia subsidiária à produção açucareira que absorvia uma parte desse contingente populacional que residia em seu termo. Assim, essas informações acima arroladas nos indicam que, a Freguesia de São Miguel do Ipojuca, em comparação com outras freguesias da Mata Úmida, recebeu um aporte populacional bastante elevado. Tendo isso ocorrido possivelmente na segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII.

Pois, a sua população salta de algo entorno de 600 habitantes de confissão, de acordo com Adriaen Verdonck, no período em que os holandeses dominaram a freguesia, para algo entorno de 7.000 mil almas no século XVIII. Entretanto, não devemos esquecer que os conflitos no século XVII ocasionados pela invasão holandesa e as batalhas para reconquistar a região ocasionaram a fuga de muitos moradores da freguesia para áreas mais distantes como Porto Calvo e Salvador. Contribuindo, assim, para que houvesse a redução do seu número habitual de moradores.

²¹⁷ VERDONCK, op. **Memória oferecida ao Conselho Político de Pernambuco** por Adriaen Verdonck em 1630. p. 37-38. In: DANTAS, op., cit. p. 67-68.

²¹⁸ COUTO, op. cit., 1904. p 166-168.

Todavia, ao compararmos os dados populacionais fornecidos acima, constataremos que vila de Sirinhaém, por exemplo, mantém o seu número de habitantes estável entre os séculos XVII e XVIII. Enquanto que, na freguesia de Santo Amaro de Jaboaão e vila de Santo Antônio do Cabo são arrolados algo em torno de mais ou menos 300 habitantes. Desta forma, podemos supor que a Freguesia de Ipojuca, ao longo da segunda metade do século XVII e primeira metade do XVIII, se mostrou mais atrativa para as novas levas de colonos que chegaram à capitania nesse período.



Mapa 15 – Freguesia de São Miguel do Ipojuca – Adaptação do Autor²¹⁹

O recorte do mapa, acima, de autoria de Ioannis Blaeu presente na gravura de um livro de Gaspar Barlaeus, é interessante porque nos oferece uma perspectiva de como as mais importantes povoações e freguesias açucareiras da Mata Úmida eram

²¹⁹ Ver Mapa completo e referências na página nº. 101.

representadas na cartografia do século XVII. Por outro lado, a partir da leitura da imagem acima podemos notar que a área correspondente à freguesia de São Miguel do Ipojuca já era bastante conhecida na época. Na cartografia em questão, vemos a referencia a alguns topônimos da freguesia de Ipojuca como: a Ilha de Santo Aleixo, Ponta de Serrambi, Maracaípe, o porto de Galinhas e estuários do rio Ipojuca. Indicando desta forma que os cartógrafos náuticos que transitavam pela América portuguesa já tinham um conhecimento bastante apurado da região.

Por outro lado, a observação atenta das áreas numeradas e sublinhadas da imagem, é possível notar que a área marcada com o algarismo 1 corresponde ao famosos engenho Salgado, cujas terras margeavam a povoação de São Miguel; já a área marcada com o algarismo 2 corresponde aos povoados de São Miguel do Ipojuca, Nossa Senhora do Ó; e por fim, a área marcada com o algarismo 3 diz respeito ao engenho Tabatinha que fazia fronteira entre as terras da freguesia do Ipojuca e da freguesia de Santo Antônio do Cabo. Sendo este último engenho um dos mais antigos da freguesia, além ser objeto de discussão neste trabalho o que se dará mais adiante.

A partir da leitura do mapa abaixo, em contrapartida, podemos identificar a localização geográfica das principais povoações da capitania de Pernambuco no ano de 1780. E dentre esses núcleos populacionais podemos destacar os povoados de São Miguel do Ipojuca e de Nossa Senhora do Ó, ambos pertencentes à freguesia de Ipojuca. Figurando essa informação de grande valor para este trabalho pois, nos indica que além da povoação de São Miguel do Ipojuca, também o povoado de Nossa senhora do Ó passou a condição de importante núcleo urbano da capitania. Indicando assim que, a freguesia de São Miguel do Ipojuca continuava detendo um lugar de relevância no cenário regional. E apesar de, nesse período de 1780 abordado pelo mapa, a antiga açucarcracia pernambucana já haver perdido boa parte do antigo prestígio que desfrutava na América portuguesa, sobretudo em Pernambuco, essa elite de Ipojuca ainda possuía prestígio e influência político-econômica suficiente para fazer valer seus interesses enquanto grupo social.



Mapa 16 – Principais Núcleos Urbanos da capitania de Pernambuco em 1780²²⁰

Por fim, a inserção desse trecho da cartografia original, bem como de outros mapas e imagens já referidas no corpo do texto, visam situar este trabalho cronológica e geograficamente. Haja vista que, as informações a respeito da freguesia de São Miguel do Ipojuca, objetivo de nossa pesquisa, são poucas, imprecisas e até mesmo diluídas em uma variedade de fontes primárias e secundárias bastante diversas. Por esta razão, nos valem dos meios que dispomos para agregar uma parte dessas informações, onde buscamos montar um panorama do que foi e o que significou a Freguesia de São Miguel para o mundo açucareiro neste trabalho.

Nos valem para tanto das palavras Michel de Certeau, ao dizer que, “*De resíduos, de pápeis, de legumes, até mesmo das geleiras e neves eternas, o historiador faz outra coisa: faz deles a história. Artificializa a natureza*”²²¹. Sendo isso, uma dádiva

²²⁰ CERTEAU, op. cit., 2008. p. 79

²²¹ RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*. São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 65.

concedida pela história nova que nos permiti transitar além do documento escrito. Pondo assim no mesmo patamar de fonte documental histórica uma vasta gama de elementos como mapas, iconografias, gráficos, cultura material e etc, que antes não podiam ser levados em consideração pelo historiador no desenvolvimento de sua pesquisa.

2 – Os Partidos Arquitetônicos Implantados no Mundo Açucareiro: aspectos simbólicos e sociais

A cultura material – casa-grande, capela, senzala e moita - da qual tratamos aqui é constantemente referendada na história sociocultural. Já que podemos percebê-la como símbolo e referência de uma dada sociedade. Essa cultura material é caracterizada enquanto reflexo de um sistema de pensamentos, na medida em que é gerada a partir de um processo posto em curso pelo homem em um determinado período histórico e em um lugar específico. Reforçando esta afirmação Peter Burke comenta a esse respeito que “*não seria possível uma história da vida cotidiana sem as evidências da cultura material, assim como a história da cultura material seria ininteligível se esta não fosse colocada no contexto da vida cotidiana*”²²².

Ainda no campo da atmosfera do cultural Gilberto Freyre faz uma observação, bastante pertinente que pode muito bem se aplicar a esta problemática da cultura material, quando o autor faz a seguinte colocação:

Há casas cujas fachadas indicam todo o gênero de vida dos seus moradores. Os mais íntimos pormenores, os gostos, os hábitos, as tendências. Mas não são apenas as casas que falam e revelam a vida, o espírito e o gosto dos donos. Falam também por sinais esses outros surdos-mudos que são os móveis²²³.

Pode se inferir a partir destas colocações que a cultura material de um determinado período histórico pode e muito contribuir para a elucidação de possíveis questionamentos a respeito da cultura, política, religião, poder, negociações, resistências e modos de vida de uma sociedade. Sendo assim, um meio capaz de nos oferecer dados a respeito de um determinado contexto histórico e a sua evolução sociocultural.

²²² BURKE, Peter. “A cultura material na obra de Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. [Orgs.]. *O imperador das ideias*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho/Topbooks, 2001. p. 68). In: QUINTAS op. cit., 2007. p. 53.

²²³ FREYRE, op. *Artigos de jornal*. Recife: Edições Mozart, [s.d.]. p. 82). In: QUINTAS op. cit., 2007. p. 54.

E este entendimento é de suma importância, pois o patrimônio resultante da ocupação a partir do século XVI territorial de Ipojuca e a consolidação das atividades manufatureiras, ligadas a indústria do açúcar no século XVII e XVIII influenciou a sociedade e as organizações espaciais posteriores. Desta feita, suas características ocupacionais assumiram ao longo dos séculos, uma concentração no núcleo da sede, de trabalhadores livres e na área rural, a aristocracia canavieira e os escravos. O que resultou, por sua vez, no campo uma maior concentração do acervo histórico²²⁴.

De acordo com Milton Santos, toda a paisagem durante a predominância de um determinado tipo de produção é reorganizada para atender as necessidades e demandas dessa produção. Seguindo essa perspectiva de pensamento, o autor, faz a seguinte colocação: “*os instrumentos de trabalho imóveis tendem a predominar sobre os móveis e a ser a condição do uso destes. Estradas, edifícios, pontes, portos, depósitos etc. são acréscimos à natureza, sem os quais a produção é impossível*”²²⁵. Ou seja, podemos inferir, a partir, dessa colocação e trazendo para a problemática deste trabalho que, a moita, a casa-grande, a capela e a senzala dentro do contexto dos engenhos e povoados açucareiros figuravam como instrumentos de trabalhos imóveis. E, portanto, foram concebidos e incorporados à paisagem do mundo açucareiro com vistas a anteder as necessidades de produção. E que, por outro lado, passaram a figurar como modificadores dessa mesma paisagem na qual estavam incorporados fisicamente.

Dito isso destacamos alguns autores como German Bazin²²⁶, Geraldo Gomes²²⁷, José Menezes²²⁸, Gilberto Freyre²²⁹, Kalina Vanderlei²³⁰, Charles Boxer²³¹ e Sérgio Buarque de Holanda²³², que através de seus escritos nos oferecem diferentes perspectivas de análise desses bens materiais e da sociedade onde foram inseridos, onde cada autor, à sua maneira, nos dá pistas dos modos de implantação, materiais

²²⁴ SANTOS, Shirlei Martins. **Reconhecendo os Engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo:** uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII. 1995. 167 páginas. Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995. p. 33.

²²⁵ SANTOS, M. op. cit., 2012. p. 72.

²²⁶ BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil** / German Bazin; tradução Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956.

²²⁷ GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

²²⁸ MENEZES, José Luiz da Mota. **Casa-Grande, Capela e Senzala**. In: QUINTAS, op. cit., 2004.

²²⁹ FREYRE, op. **Casa-Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

²³⁰ SILVA, K. V, op., cit., 2010.

²³¹ BOXER, op. cit., 2011.

²³² HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol 2, Tomo I e II A ÉPOCA COLONIAL: administração, economia, sociedade / por Aziz N. Ab'Saber...[et al] introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda 10ª ed. Rio de Janeiro, 2003.

construtivos empregados e de suas localizações. Sugerem-nos ainda, a relação estabelecida entre aquelas construções e as instituições coloniais. Ou ainda, através dos seus textos, nos deixam perceber as funções sociais desempenhadas por cada um daqueles partidos arquitetônicos dentro do mundo açucareiro. Sendo, portanto, o ponto focal deste trabalho o estudo da freguesia de São Miguel do Ipojuca, em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Assim, o entendimento da representatividade simbólica de alguns dos bens culturais, remanescentes do período estudo, se torna de grande importância a este trabalho, pois a sua compreensão nos fornece uma dimensão da atmosfera sociocultural em que esses tipos construtivos estavam inseridos.

Portanto, apoiando-nos nesses autores buscamos adentrar na questão das construções erguidas na Mata Úmida pernambucana, no decorrer dos três primeiros séculos de colonização portuguesa. Focando, sobretudo, os partidos arquitetônicos básicos dos engenhos açucareiros. E basicamente, as construções dos engenhos Tapera, Tabatinha, Trapiche e a capela de Nossa Senhora da Conceição dos Oiteiros de Maracaípe. Valemos-nos dessas fontes documentais como forma de discutir os aspectos socioculturais do mundo açucareiro a partir da freguesia de São Miguel do Ipojuca.

Em paralelo com o avanço da empresa colonial e a consolidação da indústria açucareira na capitania de Pernambuco, surgiu também uma diversidade de tipos construtivos para atender às necessidades religiosas, industriais, administrativas e de habitação das vilas e dos estabelecimentos agrícolas. Sobre aquelas edificações o arquiteto German Bazin²³³, comenta que as primeiras construções na colônia foram feitas de forma precária usando-se matérias primas de pouca resistência como madeira, barro ou argila, sendo empregadas em técnicas construtivas já conhecidas pelos portugueses como a taipa de pilão ou adobe; ou na forma de cabanas, à indígena, usando-se folhas de palmeiras sustentadas por traves de madeira.

Todavia na medida em que as trocas comerciais na colônia se avolumavam, graças ao desenvolvimento da indústria açucareira, as construções evoluíram para construções mais sólidas através do emprego de materiais construtivos mais sólidos como os rachões de riólitos²³⁴, corroborando para isso o emprego de técnicas construtivas mais elaboradas. Entretanto, dada às variações de riqueza; de recursos naturais disponíveis; e as condições da época, obviamente no transcorrer de mais de três

²³³ BAZIN, op. cit., 1956. p. 33.

²³⁴ Os rachões de riólitos são originados de afloramentos rochosos bastantes comuns na zona da mata de Pernambuco. In: ANDRADE; LINS, op. cit., 1984. p. 27.

séculos de colonização houve a coexistência de vários materiais e técnicas construtivas que variavam desde as mais simples às mais elaboradas.

Na figura abaixo podemos ver, a partir de uma tela de Frans Post, uma representação de um engenho açucareiro e o conjunto dos seus partidos arquitetônicos. Na ilustração pode-se perceber o papel de destaque que a capela e a casa-grande tinham na paisagem. Ao mesmo tempo em que também se nota o reconhecimento do artista da simbologia da casa-grande em meio àquela paisagem, ao representar essa construção, ocupando uma posição central de sua gravura. Mais abaixo, no sopé da meia encosta onde estão implantadas a casa-grande e a capela, podemos notar a indústria do engenho com toda a movimentação de pessoas que se dava no seu entorno.



Figura 4 - Engenho, sem data²³⁵

A respeito das casas de moradia dos senhores de engenho, Geraldo Gomes²³⁶, menciona que a documentação mais antiga referente às antigas casas-grandes do

²³⁵ **Engenho**, sem data - Sugar Mil, Óleo sobre madeira Oil on panel 50 x 69 cm. Assinado Signed F. Post. In: LAGO, op. cit., 2003. p. 40-42.

Nordeste colonial, é aquela que nos foi legada pelos holandeses. Contudo, ele afirma que no que diz respeito aos tipos construtivos ser bem provável que tenha havido a persistência de um padrão para este tipo de habitação através de séculos. Ocorrendo, todavia, segundo o autor ligeiras modificações ao longo do tempo. Devemos compreender que, para o entendimento a respeito das características básicas dessas habitações senhoriais que, nos primeiros séculos de colonização, funcionavam como verdadeiras casas-fortes. Sobre isso, precisamos estar atentos as exigências funcionais que foram surgindo com o tempo e que estavam em consonância com o tipo de sociedade que estava sendo construída no mundo açucareiro. Pois, essas moradias senhoriais eram construídas em meio a um ambiente, muitas vezes hostil ao interesse dos grupos dominantes, onde os ataques de nativos e a revolta de escravos negros eram motivo para deixar esses grupos privilegiados em estado de permanente tensão.

Por sua vez, Charles Boxer²³⁷ esclarece que “*havendo os colonos de início construído casas modestas com paredes de barro e telhados de colmo passaram posteriormente a erigir habitações de pedra, telha e cal passando estas construções a ser mais elaboradas*”. Isto certamente se deu graças ao maior desenvolvimento econômico dos núcleos urbanos das zonas canavieiras. Percebe-se isso notadamente em Pernambuco e na Bahia que em finais do século XVI e meados do século XVII, as suas sedes administrativas e arrebaldes figuravam como os maiores centros urbanos e de maior afluência de capitais da América portuguesa.

A respeito dessas moradias Robert C. Smith atesta que elas não detinham muita originalidade artística ou arquitetônica. Essas habitações, segundo ele, eram mal construídas e facilmente confundíveis com as casas rurais construídas em outras regiões da América portuguesa²³⁸. Entretanto, ao fazer essas colocações o autor não esclarece a quais tipos de moradias presentes em outras regiões do Brasil ele assemelha as construções senhoriais do mundo açucareiro. Por outro lado, o autor não faz referência a que recorte cronológico as casas-grandes, citadas por eles, estariam inseridas. Deixando assim, dúvidas quanto aos parâmetros que lançou mal para fazer tais colocações.

Para Gilberto Freyre, todavia, o tipo de casa-grande – com grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou telha vã, alpendres na frente e dos lados,

²³⁶ GOMES, op. cit., 1997. p. 187.

²³⁷ BOXER, op. cit., 2011. p. 106-107.

²³⁸ SMITH, Robert C. C. **O Caráter da Arquitetura Colonial do Nordeste**. In: Estudos Brasileiros, ano II, vol. IV. n.º. 10 (Rio de Janeiro, 1940). In: **IGREJAS, CASAS E MÓVEIS: aspectos de colonial brasileira**. MEC / UFPE / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1979. p. 37.

telhados caídos para se proteger do sol ou das chuvas tropicais - que o senhor de engenho fez levantar em suas terras, não se configurou como uma mera reprodução das casas portuguesas, mas sim, um tipo construtivo novo e em harmonia com o ambiente físico da colônia²³⁹.

Ainda a esse respeito, Sérgio Buarque de Holanda²⁴⁰ nos diz que as moradias dos senhores de engenho se configuravam como sendo “*vasta e sólida mansão térrea ou em sobrado; distinguir-se pelo seu estilo arquitetônico sóbrio, mas imponente*” uma espécie de fortaleza. E como já fora dito anteriormente, isso se devia a princípio pela necessidade de defesa. Bem como pela necessidade de se supervisionar os trabalhadores que estavam na lida da fábrica do engenho, como nas plantações de cana-de-açúcar. Isso se dava porque, o monitoramento das atividades desenvolvidas no eito exigirem que o senhor e os seus auxiliares diretos desfrutassem de uma visão privilegiada de tudo o que ocorria em torno destas casas-fortalezas. Sendo, segundo essas informações nos faz crer, uma forma de lembrar aos escravos e até mesmo aos trabalhadores livres que estavam constantemente sendo vigiados e qualquer deslize poderia resultar em consequências graves.

De acordo com José Menezes, que já empreendeu uma pesquisa sobre a relação entre as casas senhoriais do mundo açucareiro e as residências do Minho ou das Beiras em Portugal construídas entre os séculos XVI e XVII²⁴¹. Em seu trabalho, o autor, buscou lançar luzes sobre o entendimento desse tipo construtivo no Brasil colonial. Segundo MENEZES tanto em Portugal, como no Brasil, aquelas edificações em qualquer período de tempo foram edificações em taipa, alvenaria de pedra ou em alvenaria de tijolos. Nos exemplos em que a construção era feita em pedra, ela vai requerer o uso de canteis e a obra lavrada terá ares de erudição. Quando feita em taipa, no Nordeste, com frequência a simplicidade da construção pode conduzir a uma composição de linhas sóbrias, mas em certos casos, isso não impedia a presença de certa erudição na arquitetura dessas casas.

Segundo José Menezes, no século XVIII, ao dominar em Portugal o Barroco também nas construções rurais, as casas-grandes de engenho do Nordeste colonial seguirão aquele gosto quando de teor mais rebuscado. Temos ainda hoje alguns

²³⁹ FREYRE, op. cit., 2006. p. 23-27.

²⁴⁰ HOLANDA, op. cit., 2003. p. 121-138.

²⁴¹ MENEZES, op., cit. In: QUINTAS, op. cit., 2007. p. 30 e 31;130 e 131.

exemplares em Pernambuco²⁴² que demonstram, muito bem, essas particularidades do Reino em termos de gosto. Essas mudanças ocorrerão, também em relação às capelas. Contudo, é salutar esclarecer que essas construções sempre manterão, de acordo com o autor, um tratamento que está mais vinculado às características do “estilo” Chão (*Plain Style*) do que as do Barroco, inclusive no que refere ao uso da superfície curva e de um espaço interior. Ainda de acordo com MENEZES, em algumas dessas casas-grandes do passado, raras, pinturas nos forros lembravam esse gosto artístico.

Dito isto, nos parece que as construções outrora implantadas nos engenhos açucareiros do passado tiveram importante papel para a organização e hierarquização do tipo de sociedade que iria desenvolver-se à sua sombra. Seguindo essa linha de pensamento, a antropóloga Fátima Quintas²⁴³, afirma que a casa-grande desempenhou várias funções para as elites do mundo açucareiro. Onde até mesmo o casamento entre famílias foi por ela estimulado, de modo a aumentar o caráter endogâmico das relações conjugais, ou seja, relações dentro da mesma linha de consanguinidade. Pois, sob esta ótica o casamento visava impedir a dispersão dos bens e conservar a limpeza do sangue de origem, supostamente, nobre ou ilustre dos seus habitantes. Evitando assim a contaminação das linhagens senhoriais com sangue infecto de origem negra, moura ou judia. Tendo havido como se sabe inúmeros judeus que montaram engenhos de açúcar ou instituíram fazendas de cana²⁴⁴.

Por essa razão, visando protegerem-se desses “perigos” os membros dessa sociedade praticavam usualmente a endogamia e confiavam seus negócios a sobrinhos ou parentes especialmente vindos do reino como forma de garantir a continuidade e solidez de seus bens²⁴⁵. Contudo, como mostrou George Felix Cabral de Souza em seu estudo sobre as elites coloniais locais e a câmara do Recife, também havia matrimônios entre famílias de senhores rurais e negociantes urbanos, ainda que os de origem portuguesa preferissem casar com filhas de portugueses. Também não se pode exagerar a chamada oposição reinol X mazombo, visto que entre os membros câmara do Recife, já no século XVIII, registrou-se uma parcela importante de nascidos no Brasil

²⁴² Engenho Macacos século XVIII, em Ipojuca e engenho Mattas século XVIII, no Cabo.

²⁴³ QUINTAS op., cit.. In: Quintas, op. cit., 2007. p. 96-101 e 103.

²⁴⁴ A esse respeito Ver: ARRUDA, Fábio. **Relação dos engenhos coloniais da capitania de Pernambuco**. Levantamento genealógico e histórico. Alagoas, 2005; KAUFMAM, Tânia. **A Memória Judaica no mundo do Açúcar**. p. 160-174. In: Quintas, op. cit., 2007; RIBEMBOIM, José Alexandre. **Senhores de engenho judeus em Pernambuco colonial. 1542-1654**. 20 Comunicação e Editora, 1998; WIZNITZER, Arnold. **Os judeus no Brasil colonial**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

²⁴⁵ MELLO, op. **A Fronda dos mazombos: nobres contra mascates**, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 148-149.

exercendo atividades ligadas ao comércio²⁴⁶. Porém, isso não significa que esses nascidos no Brasil, que exerciam atividades ligadas ao comércio fossem necessariamente originários dos grupos sociais que compunham a velha elite açucareira pernambucana, ao menos não aos filhos dos grandes senhores de engenho que ainda se valiam do prestígio político, econômico e social que ainda desfrutavam naquela sociedade.

No interior dessas habitações senhoriais as festas que ali também ocorriam também eram um sinal de prestígio social bastante apreciado pela elite açucareira. Pois o império da casa-grande, não raramente, era aferido através da extravagância dessas solenidades, por meio do afluxo de importantes personagens locais que prestigiavam esses eventos no passado. Segundo Gilberto Freyre estas extravagâncias se destinavam a impressionar visitantes, religiosos ou autoridades de passagem pelos engenhos²⁴⁷. Podemos supor ainda que, essas ocasiões também serviam como termômetro indicador do prestígio social do senhor da casa, ou seja, o dono do engenho. Onde possivelmente o fausto daquelas festas visava reafirmar o poder político-econômico dele diante dos seus pares e dos grupos subalternos da sociedade que o viam como símbolo de autoridade.

A respeito das capelas de engenho Fátima Quintas nos diz que na mesma área de implantação das construções senhoriais inseriam-se, geralmente, as capelas cuja simbologia tinha um papel de extrema relevância para a configuração dos poderes políticos e religiosos que se associavam no espaço físico dessas unidades produtoras. Uma vez que, eram no seu interior onde se realizavam os rituais que abarcavam desde o nascimento, até a morte dos membros daquelas comunidades rurais no passado. Além de ser o lugar de “descanso” ou sepultamento dos membros da família do senhor.

Portanto, capela e a casa senhorial associavam-se no ordenamento daquela sociedade, uma vez que, ambos eram percebidos como representantes materiais de um poder maior a que todos estavam sujeitos. Moldando, por assim dizer, o tipo de sociedade que os grupos dominantes almejavam fomentar. Uma vez que delimitava o espaço em que cada indivíduo deveria transitar naquela sociedade. Estando associados

²⁴⁶SOUZA, George Felix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710 – 1822)**. 2007. 698 páginas. Tese – *Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica*. Salamanca, 2007. p. 617-618.

²⁴⁷ FREYRE, op. Casa-Grande & Senzala. op. cit., 2006. p. 99-101.

assim, casa-grande e capela, aos interesses das elites e instituições do mundo do açúcar já que, garantiam a manutenção da ordem e da harmonia social.

Também não devemos nos esquecer de que estamos lidando com uma sociedade que bebeu muito da cultura ibérica. Sendo, portanto, uma sociedade barroca que buscava, sempre que possível, incorporar as hierarquias sociais então em voga na sua metrópole. Segundo Kalina Vanderlei Silva, “*o imaginário barroco tentava ordenar o mundo, classificando e organizando tudo – inclusive os tipos humanos – hierarquias*”²⁴⁸. Pois bem, este “*tudo*” nos dá a entender que essas hierarquias também poderiam ser transplantadas para aquilo a que chamamos no presente, de cultura material. Assim, por exemplo, o modo de implantação de determinada construção de um engenho açucareiro poderia muito bem ser, uma das maneiras pensadas para representar as hierarquias socioculturais presentes no imaginário do mundo barroco ibérico. E que, por sua vez, acabaram sendo incorporados na colônia, pela elite branca de origem portuguesa que ali havia se estabelecido, com vistas a atender aos interesses dos grupos e instituições que de fato ditavam as regras na América portuguesa.

Um bom exemplo a ser citado é o da capela de engenho, geralmente implantada num local de destaque e cuja relevância simbólico-religiosa se mostrou tão latente naquele meio que ANTONIL indicava que dentre as pessoas contratadas para o serviço do engenho o capelão era, talvez, o mais importante ao escreveu que:

a que se há encomendar o ensino de tudo o que pertence a vida cristã, para desta sorte satisfazer à maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar ou mandar doutrinar a família e escravos (...) entenda que este será o melhor dinheiro que se dará em boa mão²⁴⁹.

Sobre essas capelas colônias, Geraldo Gomes relata que, elas foram os edifícios que menos sofreram modificações no decorrer do tempo. Pois, uma vez feitas, raramente sofriam modificações radicais. Isso se devia, sobretudo, pelo caráter místico que esse tipo construtivo detinha no mundo dos engenhos. Já que era a representação da Santa Madre Igreja e por que não dizer, do próprio Deus católico naquele espaço. Ainda segundo o autor, alguns modelos cuja existência fora documentada pelos holandeses nas primeiras décadas do século XVI foram-se reproduzindo, com algumas alterações até o século XIX. Por outro lado, as capelas pelo que se sabe, desde o início foram

²⁴⁸ SILVA, K. V. op. cit., 2010. p.71

²⁴⁹ ANTONIL, op. cit., 1982. p. 81.

construídas com materiais mais duráveis que aqueles utilizados nos outros partidos arquitetônicos do engenho. As técnicas construtivas preferidas foram à alvenaria, de pedra ou de tijolo²⁵⁰.



Figura 5 – Paisagem Brasileira com Nativos Dançando e Capela, por Frans Post, sem data²⁵¹

Na imagem acima, temos uma representação de uma capela de engenho, onde em suas proximidades pode-se perceber um grupo de pessoas negras realizando um folguedo, fato muito comum no passado, já que apesar de sua sacralidade a capela também era um importante espaço de convivência e sociabilidade nas comunidades rurais formadas pelos engenhos. Ainda por meio da leitura da tela é possível constatar a presença de uma, outra, construção do lado oposto à capela. E que, passivelmente se tratasse da moradia do senhor do engenho dada a situação estratégica em que a construção estaria implantada.

²⁵⁰ GOMES op. cit., 1997. p. 215 e 216.

²⁵¹ **Paisagem Brasileira com Nativos Dançando e Capela**, por Frans Post. Óleo sobre madeira, 44 x 59 cm, sem data. Coleção Privada, Nova Iork – E.U.A. In: HERKENHOFF, op. cit., 1999. p. 231.

A respeito dessas capelas José Menezes nos diz que, as capelas de engenho durante os dois primeiros séculos da colônia seguiam as diretrizes do gosto de seus construtores pelo Protobarroco, com predomínio da simplicidade nas suas linhas, mesmo quando seguem os Tratados de Arquitetura. Onde em algumas delas o tratamento sóbrio do exterior se contrapõe, quando as condições o permitem, a uma maior riqueza do seu interior, representada através do retábulo principal ou nos demais equipamentos decorativos quando tal ocorre.

A respeito dessas mesmas capelas Gilberto Freyre, oferece uma leitura cultural que por ora nos parece bastante pertinente aos interesses deste trabalho. Segundo o autor, a importância simbólica das capelas de engenho era tão contumaz que, na ocasião da botada – primeiro dia da moagem da cana - lá se postava o padre para que tudo corresse conforme o esperado no eito. Ou seja, buscava-se garantir que nenhuma força oculta, contrária aos interesses do senhor de engenho, viesse a trazer algum tipo de problema que trouxesse prejuízos à produção daquele ano. Recorria-se dessa forma, aos poderes atribuídos ao Deus cristão para que dessa forma os trabalhos ocorressem sem qualquer anormalidade e a produção gerasse um bom lucro ao senhor. É importante frisar que naquele mundo nada se fazia sem antes se sacralizar o profano. O mundo sabia-se, estava cheio de maus-olhados e com Deus como patrono, o trabalho, acreditava-se que haveria garantias preliminares de sucesso e prosperidade. Fazendo com que tudo corresse bem para o engenho e o seu proprietário. E também, por tabela, para o conjunto da sociedade açucareira ²⁵².

Já segundo Robert C. Smith, no Nordeste colonial havia duas tradições arquitetônicas que influenciavam na concepção desses templos, sendo uma mais alinhada com o estilo barroco das Igrejas rurais das províncias portuguesas; e outra que buscava influência nas construções e decorações oficiais da corte de Lisboa. Além de, também de absorverem a influência de templos católicos metropolitanos implantados nas cidades da Bahia e Pernambuco²⁵³. Mais adiante, discutindo o mesmo tema, o autor comenta que a Igreja de campo durante quase dois séculos de colonização (se referindo à capela de engenho) era um templo humilde sem a pretensão de ordens clássicas, nem molduras elegantes, a cuja torre baixa, um exemplo a ser dado seria as capelas do

²⁵² FREYRE, op. cit., 2006. p. 471.

²⁵³ SMITH, op. cit., In: op. cit., 1979. p. 24.

engenho Maranhão²⁵⁴ e dos Oiteiros de Maracaípe²⁵⁵, falta todo traço de ornamentação²⁵⁶.

A respeito do enterramento dos mortos que se fazia no interior dessas capelas ou em áreas a ela extensivas, Fátima Quintas, faz uma leitura simbólica desse costume sugerindo que esses sepultamentos tinham uma função social muito forte para as famílias senhoriais. Pois davam vazão para que os mortos se perpetuassem na memória familiar, incorrendo numa presença menos etérea que materializada. Ainda de acordo com a autora, na segunda metade do século XVIII o “culto” à memória dos mortos, irá se intensificar entre a antiga elite açucareira justamente nesse período em que estava ocorrendo o declínio do prestígio socioeconômico da elite açucareira pernambucana. Já que estavam perdendo o prestígio que possuíam no passado. E desta forma, cultuar a memória de seus antepassados ilustres significa fazer reviver, na memória, brasões denotativos e posições sociais de prestígio que começavam a ruir. Nas famílias patriarcais, a interação com os seus mortos, deu-se tão forte que os mortos ganharam a forma de fantasmas, assombrações que se presentificavam para alimentar a lembrança dos tempos de outrora quando pertencer à chamada nobreza da terra significa deter um arsenal simbólico que os colocava no topo de pirâmide social na América portuguesa dos primeiros séculos de colonização²⁵⁷.

A inserção do escravo negro nos engenhos e lavouras de cana, por outro lado, condicionou o aparecimento de um tipo construtivo até certo modo igual em todos os estabelecimentos agrícolas. Referimos-nos as senzalas, pois, era um tipo de construção que se caracterizava por um grande terraço, cuja cobertura era sustentada por colunas de alvenaria, feitas em tijolos maciços. E de um modo geral, corria à frente de dois ou mais cômodos interligados em sequência. Em geral as construções possuíam - não todas - uma galeria suportada por colunas de secção circular, ao longo da sua fachada. Já em outras situações, essas habitações possuíam divisões internas formando retângulos.

De acordo com Geraldo Gomes²⁵⁸, a técnica predominantemente empregada nessas construções variou da taipa de pau-a-pique à alvenaria de tijolos. Sendo os vãos entre as paredes de aproximadamente três metros de largura. No que se refere à estrutura da cobertura, sabe-se que era feita em madeira. O recobrimento, por sua vez, era

²⁵⁴ A esse respeito, Ver Página nº. 169-171.

²⁵⁵ A esse respeito, Ver Página nº.174-175.

²⁵⁶ SMITH, op. cit., In: op., cit. 1979. p. 30.

²⁵⁷ QUINTAS op. **A família patriarcal**: personagens e costumes. p. 89-122. In: Quintas, op.,cit 2007.

²⁵⁸ GOMES op. cit., 1997. p. 186.

sempre feito de telhas do tipo canal de barro. Ou seja, era um tipo construtivo sem o menor rebuscamento, limitando-se apenas a sua utilidade funcional. Em suma, servir de abrigo à escravaria dos engenhos e fazendas de cana.

No campo social as senzalas também tinham um papel que ia além do seu espaço físico e dos materiais construtivos nelas utilizados. Já que demarcavam o lugar que cabia aos trabalhadores braçais na organização social e econômica daqueles do mundo açucareiro. Pois eram nelas que os escravos descansavam após horas estonteantes de trabalho no eito. Assim como era no seu entorno que cultivavam as suas lavouras de subsistência e teciam as suas práticas de sociabilidade através de seus cânticos religiosos e no repasse de suas tradições. Compartilhando, ao mesmo tempo, as suas agruras e pesares vivenciadas coletivamente dentro daquele sistema, ou até mesmo se organizavam para resistir à violência imposta pela ordem social reinante²⁵⁹.

Segundo Russel-Wood, “*todo indivíduo de ascendência africana no Brasil estava submisso as normas e regras estabelecidas por uma minoria branca*”²⁶⁰. Portanto, no contexto mundo colonial da América portuguesa, essa “submissão” era ensinada aos indivíduos de origem africana desde cedo, logo após a sua chegada nessas terras, seja através de horas estonteantes de trabalho quer no eito dos engenhos açucareiros ou nas áreas urbanas das vilas coloniais; ou dos inúmeros atos de violência e selvageria que eram praticados contra eles. E mesmo quando se tratava de indivíduos libertos ou nascidos livres, essas regras eram transmitidas por meio das dificuldades, preconceitos e interdições dirigidas a esse grupo social. Pois, a ordem social deveria ser transmitida de maneira eficiente e bastante didática garantindo-se desta forma a perfeita compreensão dos lugares que estavam reservados na teia social a cada grupo que integrava a sociedade colonial. Garantindo-se assim, a paz social e o estado “quo” da minoria branca em cujas mãos estavam a direção econômica, religiosa, administrativa e cultural da colônia. E não havia, nesse universo cultural, meio didático mais eficiente para um negro ou mestiço compreender as regras do jogo social do que os ensinamentos que de “bom grado” eram “transmitidos” pelas condições de existência no interior do espaço físico da SENZALA. Já que eram nelas em que a realidade de sua condição se mostrava na forma mais perversa e desesperadora.

²⁵⁹ A esse respeito ver. FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão as comunidade remanescentes [1532-2004]**. 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2005; RAMOS, Artur. **As culturas negras no Novo Mundo**. 5ª ed. - São Paulo: Editora Nacional, Brasília, 1979.

²⁶⁰ RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 85-86.

Já a fábrica dos engenhos açucareiros eram, por assim dizer, a sua razão de ser, pois era o lugar onde se desenvolvia todo o processo de fabricação do açúcar. Elas se caracterizaram como um tipo construtivo que não sofreu de acordo com José Menezes²⁶¹, grandes variações quanto à sua tipologia e materiais construtivos nelas empregados. As mais antigas de que se tem notícia, abrigavam em um mesmo edifício a moenda e as caldeiras. Sendo essas construções feitas em pilares ou em seu lugar arcos plenos, podendo ser feitos de madeira ou alvenaria de tijolos, com poucas paredes intermediárias e algumas paredes a meia altura ligando-as.

Na imagem abaixo vemos uma exemplificação desse tipo de partido arquitetônico, através de uma representação de um engenho real feita por Frans Post. Na imagem se pode perceber o detalhe de toda a fachada do edifício composto por várias colunas e grandes aberturas em suas paredes em forma de arcos. Nota-se também, o tipo de moenda usada pelo engenho, pois, é possível ver a presença de um riacho que passa por baixo de sua moenda. É possível notar ainda, no canto superior direito da imagem, a presença da moradia do senhor do engenho e por trás da construção, ao cimo, a presença de uma capela. Ainda analisando a imagem, nota-se na área central da tela a presença de um rio em cuja margem posterior percebe-se a presença de outras construções com um e dois pavimentos. Sendo possivelmente, uma delas, a casa-grande de outro engenho.

A importância social e econômica, da moita, se deve a função que possui dentro da unidade produtora. Uma vez que era nela que se fabricava o açúcar e onde se organizava as atividades que cada trabalhador desempenharia. Fazendo com que todos os ofícios desempenhados girassem em sua órbita e dependessem do seu pleno funcionamento. Por outro lado, esse partido detinha grande importância para a disciplinarização do trabalho naqueles estabelecimentos. Uma vez que, todas as atenções do senhor e seus oficiais estavam direcionadas para o processo de produção. Já que do seu perfeito desempenho dependia parte do prestígio social do senhor de engenho e dos lavradores que levavam os seus partidos de cana para serem processadas naquelas fábricas.

²⁶¹ MENEZES, J. L M, op., cit. In: QUINTAS, op. cit., 2007. p. 137.



Figura 6 – Paisagem com Plantação (O Engenho), por Frans Post (1668)²⁶²

No que diz respeito das construções nas áreas urbanas da freguesia de São Miguel do Ipojuca destacaram-se diversas construções religiosas, cuja presença naquela área atesta a importância que a região adquiriu com a produção açucareira. Assim podemos eleger os templos religiosos como um dos principais tipos arquitetônicos que melhor podem demonstrar o rápido desenvolvimento daquela freguesia. Dentre esses templos levantados naquela região destacaram-se: a Igreja do Santo Cristo e do Convento de Santo Antônio fundadas, pelos franciscanos em 1608²⁶³, no povoado de São Miguel do Ipojuca; a Igreja de Nossa Senhora do Ó fundada, no povoado de mesmo nome, então datada da segunda metade do século XVIII; a capela dedicada a Nossa

²⁶² **Paisagem com Plantação** (O Engenho) Frans Post, 1668. Óleo sobre tela, 71 x 91,5 cm. Coleção Museum Boijmans Van Boijmans, Rotterdam - Holanda. In: HERKENHOFF, op. cit., 1999 p. 235.

²⁶³ WILLEKE, op. cit., 1956. p. 15-17.

senhora do Livramento dos Homens Pardos de Ipojuca²⁶⁴ cuja data de fundação ainda nos é desconhecida; a capela de São Sebastião na praia de Cupe datada do século XVIII; a Capela de Nossa Senhora da Conceição, dos Oiteiros de Maracaípe; e a capela de Nossa Senhora de Maracaípe, hoje em ruínas, localizada na praia de Maracaípe e datada de meados do século XVII. Todas elas e todas as demais capelas de engenho da freguesia estão sob os cuidados dos frades do Convento de Ipojuca. Sendo assim, se configuravam como representantes de um poder econômico, político, religioso e por fim, simbólico que visava alinhar aquela sociedade aos interesses dos grupos dominantes.

No mundo colonial, e em São Miguel do Ipojuca não foi diferente, todos faziam parte de um jogo de cena de uma sociedade hierarquizada e ritualizada aonde cada instância tinha o seu papel e importância. Nessa atmosfera sociocultural os grupos e instância de poder político, econômico, coercitivo e religioso se complementavam no ordenamento daquele espaço, segundo as regras sociais balizadas pelos grupos dominantes que detinham o monopólio da administração colonial já que, segundo nos diz ALMEIDA, *“cada um exercia e tinha um tipo de poder”*

Interessante notar que a presença dos irmãos da ordem terceira de São Francisco na freguesia apenas algumas décadas após a consolidação das conquistas na mata úmida, atesta a importância que Ipojuca adquiriu no período. Além do mais, indicava que havia naquele território pessoas detentoras de largos cabedais, já que cabia aos moradores das áreas onde essas ordens se instalavam a obrigação de prover o sustento dos religiosos. A esse respeito Periera da Costa dá conta de que, a ida dessa ordem para Ipojuca se deu graças a insistência dos moradores abastados do local que pediam a instalação de um convento dessa ordem na localidade²⁶⁵. Sobre isso, Frei Willeke nos que conta que Francisco Dias Delgado, prestigiado potentado local, Foi quem edificou as suas custas o convento de Santo Antônio de Ipojuca doando ainda, nas palavras do frei, *“cerca murada, mais terras extramuros, para logrador e matas para a senha”*²⁶⁶.

Por outro lado, a ida desses missionários para essas zonas rurais se configurava como ação estratégica da própria Igreja. Pois, além da ação religiosa que desenvolviam junto a essas comunidades através da qual executavam um exímio trabalho de doutrinação ideológica, havia ainda as recompensas materiais recebidas por essas

²⁶⁴ Idem, p. 46 e 47.

²⁶⁵ COSTA, op. cit., 1952. vol. 2:288-289.

²⁶⁶ WILLEKE, op. cit., 1956. p. 19.

ordens. Uma vez que era comum, as principais famílias da terra fazerem generosas doações de bens materiais a esses conventos em troca de recompensas espirituais após a morte. Sendo isso uma prática costumeira durante toda a história do Brasil colonial.

3 – Análise da Cultura Material, remanescentes do Período Colonial: engenhos Tabatinga, Tapera, Trapiche, Maranhão - e capela de Nossa Senhora da Conceição dos Oiteiros em Maracaípe

Antes de passarmos as discussões que envolvem a leitura e análise dos bens culturais que são objeto de estudo deste trabalho é necessário, situar geograficamente os sítios históricos e culturais que fazem parte desta investigação. Para tanto, logo abaixo, inserimos um mapa que visa indicar os locais de implantação dos engenhos açucareiros e outras construções históricas de Ipojuca. Sendo assim, através da leitura desta fonte é possível notar a localização espacial de cada um dos partidos arquitetônicos que serão objeto de discussão historiográfica nesta pesquisa. Portanto, nas áreas marcadas e numeradas com os algarismos de 1 a 5 é possível localizarmos, segundo a ordem em que aparecem: os engenhos Maranhão - 1, Tabatinga - 2, Trapiche - 3, Tapera - 4 e a Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Oiteiros de Maracaípe - 5. Sendo este tipo de método utilizado, de grande importância já que nos ajudar a situar os bens analisados naquele espaço. Buscamos com isso, contribuir para uma maior percepção dos leitores deste trabalho, no que se refere à disposição espacial dos sítios pesquisados.

Para emprendermos a análise dessas construções, referente às suas particularidades arquitetônicas, usaremos a metodologia utilizada pelo professor e arquiteto Geraldo Gomes, na análise desses mesmos tipos construtivos, em sua obra, já referendada neste trabalho, intitulada “*Engenho e Arquitetura*”. Nesse trabalho Geraldo Gomes empreende uma classificação sistemática dos tipos de casas-grandes, capelas, senzalas e moitas que foram construídas no mundo açucareiro ao longo dos séculos XVI ao XIX. Neste trabalho, o autor toma como ponto de partida a documentação mais antiga de que se tem notícia referente a essas construções, produzidas no período holandês. A partir dessa documentação, ele, busca definir uma tipologia que, além de morfológica, pretende também ser cronológica, o que segundo autor não invalidaria a possibilidade da persistência de um tipo através dos séculos, com ligeiras modificações²⁶⁸.

Entretanto, selecionamos para este trabalho as classificações pertinentes aos tipos construtivos aqui analisados e que estariam inseridos dentro do recorte temporal no qual este trabalho se assenta.

Sendo assim, para discutirmos as casas-grandes usaremos o método de classificação utilizado pelo autor onde, classifica este tipo construtivo em sete categorias tendo cada uma delas, características específicas usadas pelo autor para classificá-las, de acordo com o período cronológico em que foram construídas.

No que se refere à classificação tipológica das capelas, utilizaremos o mesmo método que o autor utilizou, onde faz uso da mesma classificação proposta para as casas de moradia, não se condicionando apenas pelos elementos decorativos, embora estes sejam úteis para estimar a época de construção do edifício. Sobre isso o autor nos conta que essas capelas eram feitas geralmente em alvenarias, de pedras ou de tijolos. Já a cobertura era sempre feita com estrutura de madeira, utilizando-se para isso tesouras com uma ou duas linhas, caibros e ripas. Já o seu revestimento era, geralmente, feito em telhas de barro tipo canal. Os forros quando existiam limitavam-se a capela mor e eram sempre em madeira, em forma de abóbada de berço. Segundo Geralmente, as capelas rurais de Pernambuco, raramente tinham torres sineiras. Quando havia um lugar específico para o sino, era geralmente um vão aberto em uma parede, no mesmo plano e ao lado do corpo central da fachada principal.

²⁶⁸ GOMES, op. cit., 1997. p. 187.

Ainda segundo o autor, o programa dessas capelas era também muito simples, constituindo-se basicamente, de nave, capela mor, sacristia e coro. Os alpendre e galerias laterais, por sua vez, aparecem apenas em alguns tipos de capela. Todas essas ações se realizavam no pavimento térreo, à excessão do coro, quando havia, que invariavelmente, ocupa o primeiro terço da nave, sobre a entrada principal. Algumas capelas possuem galerias, também em dois pavimentos, principalmente aquela que são contíguas às casas-grandes. Esclarecemos, todavia, que este último exemplo de capela não consta dentre as abordadas neste trabalho.

Sendo assim, para efeito de análise tipológica desse tipo de construção Geraldo Gomes dividiu as capelas em três grupos (I-A, I-B e I-C) de partidos, sendo essa ordem também cronológica, embora, nada impeça que um modelo do Grupo I, por exemplo, se reproduza no século XIX simultaneamente com a ocorrência de modelos do Grupo III²⁶⁹.

Com relação às senzalas Geraldo Gomes alerta não ser possível dizer se os escravos africanos tiveram mais de um tipo de habitação no Brasil colonial. Esses indivíduos provinham de várias regiões do continente africano, com costumes diferentes, entre estes, o de construir as próprias habitações de acordo com os seus próprios costumes²⁷⁰. O autor argumenta que seria necessário que os senhores de engenhos fossem sensíveis a estas questões para permitir que esses grupos preservassem os seus modos de habitar.

Dito isso podemos dizer que a tipologia desse tipo construtivo não teve variação no período em que essa odiosa forma de exploração do trabalho humano foi o motor propulsor da indústria açucareira no que hoje entendemos como Nordeste Brasileiro. Sendo assim, o único tipo de senzala encontrado se constitui de uma série de cubículos contíguos em linha com um alpendre comum ao longo de todo o edifício e cobertos com um mesmo telhado de duas águas.

A técnica construtiva empregada nessas habitações era a de taipa de pau-a-pique ou alvenaria de tijolos maciços. Os vãos entre as paredes são de aproximadamente três metros. A estrutura de cobertura resume-se a terças de madeira apoiadas nas paredes, caibros roliços e ripas de embira. O recobrimento de sua cobertura era sempre em telhas

²⁶⁹ GOMES, op. cit., 1997. p. 215-216.

²⁷⁰ A respeito disso Ver: WEIMER, Günter. **Inter-Relações Arquitetônicas Brasil-África**. In: Pronunciamento de posse como membro efetivo do IHGRGS em 28 Maio, 2008 – Porto Alegre 2008. Disponível em: http://www.ihgrgs.org.br/artigos/Gunter_Brasil_Africa.htm.

de barro tipo canal. Essa mesma estrutura de coberta se estende ao alpendre suportado por colunas de alvenaria de secção circular²⁷¹.

Assim, fazemos uso, como dissemos acima, da metodologia de análise adotada por Geraldo Gomes, a fim de compreender a tipologia dos imóveis aqui arrolados. Buscando sempre que possível discutir a possível cronologia dessas construções.

3.1– Engenho Tapera

Em Evaldo Cabral de Mello o engenho Tapera aparece em meio a uma disputada entre, os antigos proprietários do engenho Trapiche e também supostos donos do engenho Tapera, após as guerras de restauração de Pernambuco, ainda no século XVII. Entretanto, o autor não deixa isso claro resignando-se a listar Francisco Dias Delgado, rico senhor de engenho da mata úmida pernambucana no século XVII, como proprietário dos dois engenhos. Por fim, com a resolução do litígio Francisco Dias Delgado acaba mantendo a posse do Tapera e é obrigado a devolver o Trapiche aos seus antigos donos²⁷². Entretanto, o engenho aparece citado em uma documentação datada 04 Agosto de 1655, onde dava conta de que o engenho Tapera “*pagará a pensão que constar lhe foi lançada*”²⁷³.

Pereira da Costa, por sua vez, faz algumas referências²⁷⁴ ao dito engenho que, segundo ele, pertencia pelos idos dos séculos XVII a uma das famílias mais ricas e poderosas da Capitania, a dos Albuquerque. Portanto, como Evaldo Cabral, o texto de Pereira da Costa sugere que o engenho pertencia à família dos Albuquerque. Tendo pertencido, segundo ele, ao próprio Matias de Albuquerque. Sendo assim, provável que o engenho tenha sido constituído, em terras doadas por Duarte Coelho Pereira à Jerônimo de Albuquerque, por um de seus descendentes. Este fato em particular faz supor que o engenho fora constituído entre finais do século XVI e início da década de 20 do XVII.

Já numa documentação do século XVIII remetida ao senado da câmara do Recife, à qual a freguesia de Ipojuca estava vinculada, datada de 7 de Maio de 1770,

²⁷¹ GOMES, op. cit., 1997. p. 245-248.

²⁷² MELLO, op. cit., 2012. p. 118 e 119.

²⁷³ **Traslado do Rendimento das Pensões, Redízima e Vintena e outras coisas mais que esta capitania de Pernambuco pagava ao Donatário Dom Miguel Portugal.** 04 de Agosto de 1655. p.240. In: DANTAS, op. cit., 2004. p. 270.

²⁷⁴ COSTA op. cit., 1952. vol. 2:93, 113-114; vol. 3: 104-105.

onde são arrolados os engenhos pertencentes ao termo da freguesia de Ipojuca o engenho Tapera é mencionado como tendo por dono o Capitão Francisco de Mello de Albuquerque, e seus irmãos e cuja capela tem por invocação os Santos Cosme e Damião²⁷⁵.

3.1.1 – Casa de moradia

A propriedade esta localizada próxima a PE 60, após a entrada da via que dá acesso ao distrito de Nossa Senhora do Ó e as praias de porto de Galinhas. O aspecto externo da casa de moradia do engenho Tapera indica que, o imóvel passou por algumas adaptações e reformas. Tendo inclusive a sua volumetria original alterada após o acréscimo de um sobrado, nos fundos do imóvel, para servirem de cômodos para os empregados da casa e para a guarda de carros. Entretanto, é possível que ambas as construções – casa de moradia e capela (citada abaixo) - tenham sido construídas em épocas aproximadas, em razão do traçado dos seus imóveis e características tipológicas comuns à época de sua construção. No caso específico da casa de moradia, é perceptível que o imóvel sofreu algumas intervenções, sobretudo, no madeiramento do telhado, onde as antigas telhas de barro cozido de formado e espessura irregulares foram substituídas por telhas de cerâmica com formato e dimensão padronizados.

O tipo construtivo, onde possivelmente, este imóvel se insere, é classificado por Geraldo Gomes na categoria de habitações senhoriais inseridas no Grupo V chamadas por ele de “*bangalô*”. Segundo o autor, o imóvel desse grupo têm as seguintes características:

- a) um só pavimento; b) cobertura com estrutura em tesouras de madeira e recobrimento de telhas de barro; c) telhado de quatro águas, contínuos, cobrindo tanto o corpo principal da casa como os alpendres; d) alpendres com planta em U ou em L; e) plantas retangulares, mas cujos aposentos fechados têm, no conjunto, uma planta em T; f) as paredes periféricas em alvenaria de tijolos e mais espessas que as internas, estas mais finais, às vezes em taipa, e que nunca vão até o teto; g) escada de acesso patamar que suporta a casa em forma de semi-circunferência concêntrica em alvenaria de tijolos²⁷⁶.

Todavia, a leitura da imagem nos sugere que a construção ainda detém algumas de suas características tipológicas e morfológicas originais. Essa casa de moradia conta

²⁷⁵ Regizto de huma carta...op. cit., 7-5-1770. In: LIVRO, op. cit., (1733-1808), folhas 360 e 360v. IAHGP.

²⁷⁶GOMES, op. cit., 1997. p. 206-207.

com apenas um pavimento; coberta feita em duas águas; telhas de cerâmica do tipo canal; e estrutura de sustentação do telhado e esquadrias feitas em madeira. Tratando-se, possivelmente, do imóvel que servia originalmente do senhor daquele engenho no passado. A casa tem fundação em tijolos maciços. As suas paredes: frontal, posterior, laterais e internas também são feitas em tijolos maciços com emboço e pintura. Já o seu alpendre é feito em L havendo ao longo de sua extensão variado número de portas e janelas. Geraldo Gomes²⁷⁷ comenta que, os alpendres deste tipo construtivo sempre acabam não em portas, como no caso desse imóvel, mas em cômodos destinado a barrar a curiosidade dos estranhos para as tarefas domésticas que estariam se executando na zona posterior da casa. Portanto, é possível que ao longo das várias intervenções pelas quais este imóvel passou os seus antigos cômodos cujo acesso se dava pelo alpendre da casa, tenham sido redistribuídos ou tenham tido outros direcionamentos funcionais.

Foto 3- casa de moradia - Engenho Tapera em Ipojuca



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE / Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Já o seu local de implantação da casa, em uma meia encosta sugere a posição de destaque que ocupava no passado na paisagem do engenho. Indicando, por outro lado, o

²⁷⁷GOMES, op. cit., 1997. p. 206.

caráter estratégico na escolha do local onde foi inserida. Pois, a partir do seu local de implantação é possível ter uma visão privilegiada de toda a área do entorno da sede do engenho: capela, arruados, estábulos, plantações de cana e da criação de animais.

3.1.2 – Capela de São Cosme e Damião

A capela de São Cosme e Damião do engenho Tapera, esta localizada nas seguintes coordenadas de GPS (0270757 / 9067209) a 10 metros de elevação sobre o nível do mar, pela sua tipologia poderia ser inserida no Grupo I que possui o programa mais reduzido. São capelas cujas características básicas são descritas por Geraldo Gomes como “*tendo essencialmente a nave, e a capela-mor contidas em dois volumes: o maior, mais alto e mais largo, para a nave, e o outro para a capela mor. Esse grupo, segundo o autor, é essencialmente aquele representado nas pinturas de Post e Wegener*”²⁷⁸. Sendo assim, a partir dessa informação do autor a capela do engenho Tapera pode ter uma datação cronológica mais recuada no tempo do que a princípio podemos supor.

Desta forma, podemos descrever a capela de Cosme e Damião como estando localizada no sopé da meia encosta onde está implantada a casa de moradia do engenho. O imóvel passou por algumas visíveis alterações em suas paredes, teto e piso. Mas, que não impuseram grandes modificações em suas feições arquitetônicas primitivas tal como as que houve na casa de moradia do senhor do engenho. A capela possui programa arquitetônico simples composto por nave, capela-mor, sacristia com pia para água benta engastada em uma das suas paredes internas; com nicho engastado na parede e sineira na sua parte externa.

A presença de um engastamento no interior da capela em sua parede lateral esquerda nos mostra a presença de um túmulo parietal naquele local. Indicando-nos assim que ali eram feitos enterramentos dos membros casa-grande do engenho. Sendo isso, uma prática comum entre a elite açucareira do passado, já que geralmente optavam por fazer o enterramento dos seus mortos no interior dessas capelas, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII²⁷⁹.

²⁷⁸GOMES, op. cit., 1997. p. 216-217.

²⁷⁹QUINTAS op., cit.. In: Quintas, op., cit. 2007. p. 104.

Por outro lado, a presença de uma sacristia inserida no lado esquerdo da capela também a inserem no grupo de capelas classificado por Geraldo Gomes como I-B²⁸⁰. Sugerindo isso que a sacristia fora construída em data posterior à capela de São Cosme e Damião. Havendo assim, como sugeriu o autor, mais acima, a mistura de elementos arquitetônicos de épocas distintas neste imóvel²⁸¹.

Ainda com relação à esta capela existe um sino cuja datação impressa no mesmo é de 1799. Este sino está localizado em uma das varandas laterais da casa de moradia do engenho. Segundo as informações levantadas e impressões que tivemos em relação à capela acreditamos que a mesma pode ter sido levantada por volta do século XVIII, ou até mesmo em uma data anterior a esta. Pois, a ausência de rebuscamento e acabamento mais requintado na fachada da capela, são elementos bastante característicos das construções do mundo açucareiro antes do século XIX.

Foto 4 - capela de São Cosme e Damião, áreas de implantação - Engenho Tapera em Ipojuca



Foto: Eduardo Santana

²⁸⁰ A respeito do Grupo de Capelas classificadas como I-B, ver página 147.

²⁸¹ Sobre isso, Ver a discussão feita, por Geraldo Gomes, na página 143.

Foto 5 – Lateral esquerda da capela – Detalhe da Sineira e Sacristia ao fundo



Foto: Eduardo Santana

Foto 6 – Detalhe da parede lateral direita da capela – Detalhe do contraforte



Foto: Eduardo Santana

Foto 7 - Interior da capela e tumulo parietal na lateral esquerda – Detalhe do Altar-mor



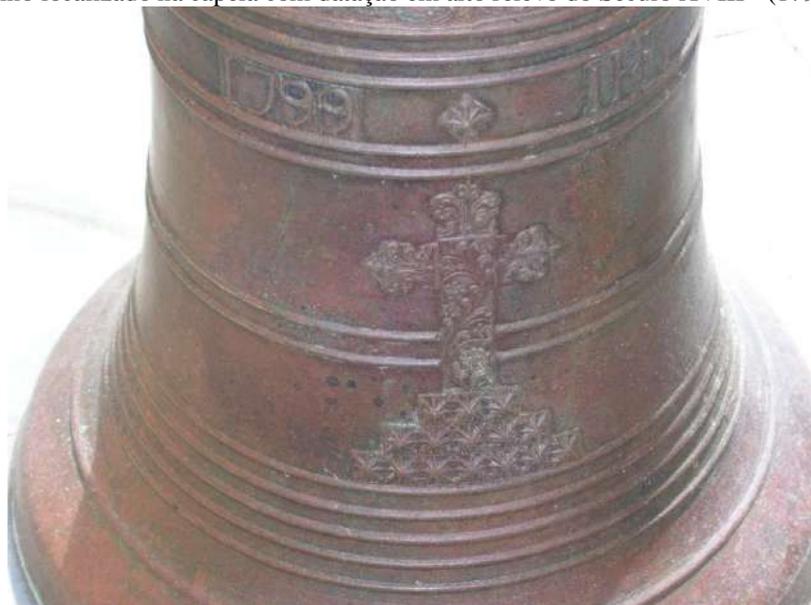
Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE / Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto 8 - Porta de acesso sacristia no interior da capela – Detalhe de Pia engastada na parede ao fundos da imagem



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE / Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto 9 - Sino localizado na capela com datação em alto relevo do Século XVIII - (1799)



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE / Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

3.2. – Engenho Tabatinga

Segundo as informações passadas por Pereira da Costa sugerem o engenho já estava devidamente constituído em finais do século XVI. Pois, o autor faz referência a capela de Santa Luzia existente na “*freguesia de S. Miguel do Pojuca*” cujos moradores foram a vila de Olinda quando da visitação do deputado do Santo Ofício da Inquisição Heitor Furtado de Mendonça no ano de 1594²⁸². Está informação nos fazem crer que se trata da capela do engenho Tabatinga ou engenho Santa Luzia como também era conhecido. O engenho Tabatinga, segundo levantamento feito por Evaldo Cabral de Mello, fora levantado por Cosme Dias da Fonseca antes de 1609²⁸³. O engenho aparece também nas pesquisas de Paulo Maranhão dentre os que foram confiscados e revendidos, em Ipojuca, pelos holandeses²⁸⁴.

Este engenho até meados do século XIX estava completamente inserido no termo da Freguesia de São Miguel do Ipojuca, quando a maior parte das terras desse engenho passaram a pertencer ao termo da vila do Cabo. As referências mais comumente feitas ao engenho referem-se a ele como engenho Santa Luzia. Uma referência clara ao orago da capela do engenho. No relatório feito por Willem Schott, o engenho Tabatinga de Santa Luzia aparece como pertencente, quando da invasão a

²⁸² COSTA op. cit., 1952. vol. 2:80-81.

²⁸³ MELLO, op. cit., 2012. p. 122 e 123.

²⁸⁴ MARANHÃO, Paulo. **Cana-de-açúcar e Engenho banguê colonial**. Recife: Comunigraf, 2003. p. 109 e 110.

freguesia de Ipojuca, a Cosme Dias da Fonseca²⁸⁵ o documento dava conta que, o seu proprietário havia fugido nessa ocasião. Em outra documentação datada de 1637 o mesmo engenho é arrolado, por Adriaen Dussen, que dizia que era engenho d'água, moía e estava entre os que foram confiscados, naquela freguesia, e revendidos pelos holandeses a Amador de Araújo²⁸⁶. Por volta de 1770 o engenho aparece arrolado na documentação remetida ao senado da câmara do Recife como pertencente ao Padre Antonio da Costa Nogueira e que tinha por Santo de Invocação de sua capela Santa Luzia²⁸⁷.

Com relação a este engenho há uma confusão com relação à propriedade do mesmo, visto que havia dois engenhos conhecidos como Tabatinha na área entre Ipojuca e Cabo. Entretanto, o engenho Tabatinga ao qual nos referimos está localizado a cerca de duas milhas de distância do cabo de Santo Agostinho e fora constituído por Cosme Dias da Fonseca que também era proprietário do engenho Salgado no início do século XVII localizado também em Ipojuca. E que aparecerá em meados 1655 em uma documentação que dava conta de que o engenho Tabatinga “*Pagava 3 % de pensão*” ao então donatário da capitania D. Miguel Portugal²⁸⁸. O outro engenho, também chamado de Tabatinha, fora constituído por Tristão de Mendonça em terras da sesmaria que recebeu de Duarte Coelho II, em 1580. Em razão de sua participação nas guerras de conquista daquela região²⁸⁹. Portanto, esta última propriedade rural não integrar os engenhos pesquisados neste trabalho.

3.2.1 – Capela de Santa Luzia – Engenho Tabatinga

A capela de Santa Luzia, localizada nas seguintes coordenadas de GPS (0286005 / 9098312) a uma elevação de 9 metros sobre o nível do mar, parece estar inserida no grupo de capelas classificados por Geraldo Gomes como do tipo I-B. Sendo esse o tipo mais frequente de capelas de engenho ainda hoje encontradas nas zonas açucareiras. Esse tipo de capela se distingue das que a antecederam pelo aparecimento da sacristia, sempre ao seu lado da capela- mor. No caso da capela de Santa Luzia, a sacristia está

²⁸⁵ SCHOTT, Willen. **Inventário, na medida do possível, de todos os engenhos situados ao Sul do rio da jangada até o rio Una**, feito pelo Conselheiro Schott. p. 61. In: DANTAS, op.cit.,2004. p. 91.

²⁸⁶ DUSSEN, op. cit., 1640. p. 143. In: DANTAS, op. cit., 2004. p. 173.

²⁸⁷ Regizto de huma carta...op. cit., 7-5-1770. In: LIVRO, op. cit., (1733-1808), folhas 360 e 360v. IAHGP.

²⁸⁸ **Traslado do Rendimento das Pensões...1655**. op. cit., p. 240. In: DANTAS, op. cit.,2004. p. 270.

²⁸⁹ COSTA op. cit., 1952. vol. 1:603.

localizada no lado esquerdo dessa construção e tem duas portas de acesso, uma porta de entrada através do interior da capela e outra pelo pátio que fica enfrente à capela. A composição básica dos vãos da fachada desse tipo de capela é triangular, ou seja, tem uma única porta ao centro e duas janelas rasgadas no coro. Também pode haver a presença de óculos, entre as duas janelas e outro um pouco acima. Contudo, não é possível afirmarmos que houvesse tido esse tipo de elemento arquitetônico na capela de Santa Luzia²⁹⁰.

A capela de Santa Luzia está implantada em local elevado de onde se tem uma visão bastante privilegiada do engenho como um todo. O imóvel tem programa arquitetônico simples sendo composta de nave, capela-mor, sacristia (possivelmente anexada em alguma reforma posterior à data de sua fundação); e no pátio enfrente à sua fachada encontra-se implantado um cruzeiro. O imóvel encontra-se em estado bastante precário com muita infiltração no teto e nas paredes. A estrutura do seu telhado, por outro lado, aparenta estar bastante desgastado em razão de uma infestação de cupins.

A observação de sua estrutura interna nos sugere que, o imóvel passou por algumas descaracterizações perceptíveis, por exemplo, no piso (hoje de cimento liso); nas paredes (abertura na lateral de uma porta; com em forma de arco pleno que liga a nave à sacristia); e no teto (madeirame e telhas de cerâmica com formato e espessura padronizados). As relações volumétricas de proporção do frontispício do imóvel são incondizentes com as das antigas capelas coloniais. Indicando assim, o avançado nível de descaracterização arquitetônica infringido ao imóvel, por meio de intervenções que não levaram em consideração às suas feições históricas. O imóvel possui, ainda na fachada, um frontão triangular, adornado em volutas com serpentes de duas cabeças. Constitui-se de uma única porta central e duas janelas laterais. As suas paredes frontal, posterior e lateral (direta e esquerda) são constituídas de tijolos maciços com emboço e pintura.

²⁹⁰ GOMES, op. cit., 1997. p. 219-221.

Foto 10 – Local de implantação da capela de Santa Luzia - Engenho Tabatinga



Foto: Eduardo Santana

Foto 11- Interior da capela – Detalhe do Altar-mor



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE / Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto 12 - Pátio interno, Cruzeiro e Capela



Foto: Eduardo Santana

Foto 13: Vestígio de alicerce e piso entre a capela e o arruado



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE / Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto: 14 – Vista panorâmica, a partir da área onde a capela está implantada, das terras do engenho e dos arruados inseridos no sopé da meia encosta.



Foto: Eduardo Santana

3.2.2 -Arruado – Engenho Tabatinga

No mesmo nível e mesmas coordenadas de GPS (0286005 / 9098312) da capela a uma elevação de 9 metros sobre o nível do mar, se encontra um conjunto de casa conjugadas (suposta senzala). Entretanto, a sua volumetria, materiais empregados em sua construção e traços arquitetônicos detectados, também sugerem que pode ser uma parte (ainda de pé) da antiga moradia do senhor do engenho. Vale registrar que vários materiais culturais afloram junto aos alicerces desta construção (faianças e loucas). Nos chama a atenção nesse arruado o fato de que às características arquitetônicas apresentadas por esta construção dificilmente teriam relação com uma edificação construída originalmente para abrigar a escravaria do engenho. Pois, os materiais construtivos no imóvel como: fundação do imóvel é feita de pedras de rachões de riólitos com base elevada, assim como as suas paredes externas também são feitas de tijolos maciços e pedras de rachão de riólitos sendo estas paredes bastante espessas em comparação às paredes internas do imóvel. Havendo ainda a presença de contrafortes apoiando a parte externada das paredes posteriores da construção. Notamos ainda que, o piso interior de todas as subdivisões internas do imóvel é feito de ladrilho hidráulico – provavelmente empregado em épocas mais recentes. Existindo também uma seteira em

uma das paredes laterais da construção. Além de uma abertura (óculo) na área utilizada como cozinha por uma das famílias que dividem o imóvel. Por outro lado, o fato de estar inserido no mesmo nível da capela detendo em razão disso uma visão privilegiada do entorno do engenho se configura como mais um indício de ali originalmente serviu de habitação da família que detinha a posse do engenho no passado.

Por outro lado, as representações desse tipo construtivo que nos foram legadas por Frans Post²⁹¹, onde geralmente a casa de moradia do senhor de engenho estava situada em uma meia encosta e no mesmo nível ou ao cima havia a presença da capela também contribuem para chegarmos a tal conclusão. Já que essas construções tinham função além de vigília, defensiva e sacra, como no caso da capela, tinham também uma importância simbólica bastante latente no mundo açucareiro. E no caso, das habitações destinadas aos trabalhadores escravos e até livres desses engenhos, por outro lado, eram implantadas em áreas mais planas onde seus habitantes pudessem ser postos em constante vigilância. Bem como, os materiais ali empregados eram geralmente precários como o uso da taipa de mão como sugere Geraldo Gomes.

Foto 15 - Arruado - perspectiva do lado direito do seu alpendre e parede lateral direita – Engenho Tabatinga



Foto: Eduardo Santana

²⁹¹A esse respeito, Ver imagens do século XVII de autoria de Frans Post nas páginas 127,133 e 138.

Foto 16 – Perspectivado do lado esquerdo do seu alpendre – Detalhe da base do arruado



Foto: Eduardo Santana

Foto 17 – Vista da parede lateral esquerda do arruado



Foto: Eduardo Santana

Foto 18 – Janela e Detalhe da espessura da parede.



Foto: Eduardo Santana

3.3 – Engenho Trapiche

Segundo Willem Schott, por volta de 1623 o engenho Trapiche, ou Bom Jesus como era mais conhecido, pertencia a Antonio Ribeiro de Lacerda e com a sua morte em 1631, passou a pertencer a d. Isabel de Moura²⁹². Já por volta de 1637 o mesmo engenho, segundo Adriaen Dussen, aparece dentre os que foram confiscados e vendidos pelos holandeses, tendo passado a pertencer a Duarte Saraiva²⁹³. Informação que séculos depois também é confirmada por Evaldo Cabral²⁹⁴, onde o autor acresce que quando foi deflagrada a insurreição pernambucana 1648, o engenho já havia sido revendido a Francisco Dias Delgado. E por fim com a restauração pernambucana, após um longo litígio pela reintegração de posse do engenho aos seus legítimos donos, o

²⁹² SCHOTT, op. cit., In: MELLO, op. cit., 1981. p. 61.

²⁹³ DUSSEN, op. cit., In: op. cit., 1981. p. 84.

²⁹⁴ MELLO, op. cit., 2012. p. 118 e 119.

engenho foi reintegrado ao patrimônio de d. Maria de Moura. Passando enfim, a posse de sua filha d. Maria e seu genro Felipe Cavalcanti de Albuquerque²⁹⁵.

De acordo com Pereira da Costa, o referido engenho na época da ocupação holandesa pertencia ao cap. Francisco Dias Delgado, descrito pelo autor como “*homem nobre e rico a quem foi conferido o padroado da capela da senhora da conceição da igreja do convento, com sepultura perpetua para ele, sua mulher e seus sucessores...*”²⁹⁶. Indicando assim, a importância e prestígio que esse senhor de engenho e escravos desfrutava naquela sociedade. Onde sendo proprietário de grandes extensões de terra na freguesia de Ipojuca, Francisco Dias Delgado, doou terras e recursos para a construção do Convento Franciscano de Santo Antonio e da Igreja do Santo Cristo. Construção cuja pedra fundamental fora lançada em 1606 em terras doadas, por ele, no alto da povoação²⁹⁷. Demonstrando isso, talvez, o entrelaçamento constante entre os poderes econômicos e religiosos no mundo açucareiro em razão da necessidade de se manter a ordem dominante, já que esses poderes se aliavam no intuito de difundir os seus valores para o conjunto da sociedade. Legitimando-se, assim, mutuamente.

Já na década em 1770, o engenho Trapiche é arrolado como pertencente a Santa Casa de Misericórdia do Recife, tinha por rendeira a senhora dona Feliciano Cunha. Consta ainda na documentação que a sua capela, que não mais existe, tinha por invocação São João Baptista²⁹⁸.

3.3.1 – Casa de moradia

A casa de moradia do engenho Trapiche, localizada nas seguintes coordenadas de GPS (0274638 / 9070417), apresenta características tipológicas de épocas distintas. Sendo, entretanto, um imóvel em estado razoável de conservação. A habitação está implantada em uma meia encosta e possui alpendre recuado. Esta característica, em especial do seu alpendre, sugere que o imóvel possa ter passado por reforma e adquirido as feições atuais em finais do século XVIII ou início do Século XIX. Esse tipo construtivo, por sua vez, é classificado por Geraldo Gomes na categoria de habitações senhoriais inseridas no Grupo V chamadas por ele de “*bangalô*”. Sendo assim, de acordo o autor, este tipo de imóvel tem as seguintes características:

²⁹⁵ MELLO, op. cit., 2012. p. 119.

²⁹⁶ COSTA op. cit., 1952. vol. 2: 291; vol. 4: 241; Vol. 8: 24.

²⁹⁷ Idem, vol. 2: 604; vol. 3: 535.

²⁹⁸ Regizto de huma carta...op. cit., 7-5-1770. In: LIVRO, op. cit., (1733-1808), folhas 360 e 360v. IAHGP.

a) um só pavimento; b) cobertura com estrutura em tesouras de madeira e recobrimento de telhas de barro; c) telhado de quatro águas, contínuos, cobrindo tanto o corpo principal da casa como os alpendres; d) alpendres com planta em U ou em L; e) plantas retangulares, mas cujos aposentos fechados tem, no conjunto, uma planta em T; f) as paredes periféricas em alvenaria de tijolos e mais espessas que as internas, estas mais finas, às vezes em taipa, e que nunca vão até o teto; g) escada de acesso patamar que suporta a casa em forma de semi-circunferência concêntrica em alvenaria de tijolos²⁹⁹.

Foto 19 - casa de moradores – Engenho Trapiche em Ipojuca



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE / Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Por outro lado, o material exposto das suas paredes laterais - tijolos maciços e taipa -, o remete a um período cronológico mais recuado no tempo, talvez entre o início do século XVII e meados do XVIII. Sendo possível, se levarmos em consideração estas constatações que a construção seja, ao menos em parte, anterior a ocupação holandesa naquela região. No terreno localizado no entorno da construção foram encontrados restos de materiais construtivos de épocas passadas. Onde havia inclusive, diversos fragmentos de faiança, cerâmica colonial e louça. Estes achados, por sua vez, nos sugerem que o imóvel possa ter uma datação cronológica mais recuada do aquilo que sugere a sua conjuntura atual.

²⁹⁹GOMES, op. cit., 1997. p. 206-207.

Foto 20 – Perspectiva da lateral esquerda da casa de moradia – Detalhe alpendre



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE /Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

3.3.2 – Arruado – Engenho Trapiche

No sopé da meia encosta que dá acesso à casas de moradia dos antigos proprietário do engenho, está localizado um pequeno arruado que pela sua implantação e tipologia aparenta ser a primitiva senzala do engenho. Trata-se de uma construção com um único pavimento formado por um conjunto de casas conjugadas com várias portas e janelas dispostas ao longo da sua fachada principal. A construção possui alpendre elevado, feito em pedras de rachões de riólitos. Já a cobertura do alpendre é sustentada por colunas feitas de tijolos maciços de secção circular. As paredes externas (frontal, posteriores e laterais) são feitas de tijolos maciços com emboço e pintura (já bastante deterioradas) e pedras de rachões de riólitos. A sua cobertura é feita em duas águas com sustentação de madeira e com telhas de cerâmica de formato e dimensões variadas. No piso do alpendre existem trechos feitos em cimento liso e tijoleiras.

A descrição feita acima do arruado o insere na tipologia de habitação que segundo Geraldo Gomes, era destinada para servir de moradia aos escravos do engenho que, por sua vez, como já foi dito não tinha uma tipologia variada como no caso das casas de moradia e capelas dos engenhos açucareiros do passado³⁰⁰.

³⁰⁰A esse respeito, Ver discussão feita nas páginas 135-136; e 143-144.

Por outro lado, é possível que pelas suas características arquitetônicas e pelos materiais empregados na sua composição, a construção teria sido feita entre os séculos XVII e XVIII estando, contudo, já bastante deteriorada pela ação do tempo e humana. Servindo atualmente como moradia de familiares de funcionários da Usina à qual pertence o engenho. Em razão das características apresentadas por esta edificação; pelo seu estado precário de conservação; e por se constituir em um dos últimos exemplares deste tipo construtivo existente atualmente seria de extrema importância à realização de um trabalho de prospecção arqueológica no seu entorno, assim como, um trabalho de restauração tanto neste imóvel quanto da casa-grande que ainda existe próximo a esta construção.

Foto 21 - Restos do Arruado – Engenho Trapiche



Foto: Eduardo Santana

Foto 22 - Caminho de acesso ao arruado



Foto: Eduardo Santana

Foto 23 – Lateral esquerda – Detalhe de porta interditada, onde está a janela



Foto: Eduardo Santana

Foto 24: Desabamento da lateral direita do arruado – Detalhe dos materiais construtivos utilizados



Foto: Eduardo Santana

Foto 25: Parte dos fundos do arruado – Detalhes das lesões progressivas da parede e telhado ao fundo desabando



Foto: Eduardo Santana

Foto 26: Tipos de materiais construtivos empregados na parede (Tijolos cozidos e Pedras de Rachão de Riólitos) - Detalhe da espessura da parede (janela)



Foto: Eduardo Santana

3.4 – Engenho Maranhão

A documentação mais antiga de que se têm notícias sobre esse engenho é aquela que foi produzida durante o período holandês. Sendo assim, segundo um da época atribuído à autoria de Willem Schott, o engenho Maranhão, em 1630, pertencia ao castelhano João Tenório de Molina que havia fugido em companhia de Albuquerque. Ainda segundo esse documento, a sua moenda era à água e podia anualmente render 2.000 a 3.000 arrobas de açúcar e pagava 3% por cento de reconhecimento. Sobre a sua fábrica, o documento dizia que, sua casa de purgar e a casa das caldeiras eram de alvenaria. A documentação nos conta ainda que, na ocasião em que os holandeses chegaram ao engenho encontraram cento e noventa e oito fôrmas, que renderam 170 arrobas de açúcar branco e 42 arrobas de açúcar mascavado, dos quais foram feitas 9 e

1/2 caixas; e 13 caixas velhas de açúcar mascavo pertencentes ao senhor de engenho e duas caixas de açúcar, também mascado, pertencentes a um certo Leonardo de Oliveira e uma caixa a um comerciante português de nome não mencionado. Além de, outras seis caixas de açúcar branco pertencente a outras pessoas. Tratando-se certamente de lavradores de cana que também haviam fugido. O documento dava conta ainda que nas terras do engenho estava implantada uma Igreja, dedicada a Nossa Senhora da Penha³⁰¹.

Outra documentação produzida em data aproximada a essa dava conta de que o engenho Maranhão havia sido confiscado e revendido, entretanto na referida documentação não é mencionado o nome do seu comprador³⁰². Essa informação é confirmada através de um relatório produzido por Adriaen Dussen, datado de 1640, que dava conta de que o engenho Maranhão tinha novo proprietário, estava moendo e tinha lavradores de cana ao seu serviço³⁰³. Ou seja, aos holandeses não interessava simplesmente desterrar os senhores de engenho que se opunham ao seu domínio, mas, sim manter as fábricas desse engenho funcionando para que pudessem gerar lucros.

Numa outra documentação administrativa do senado da câmara do Recife de 1770, o engenho Maranhão aparece como pertencente a Francisco Xavier dos Reis e tinha como Santo de invocação de sua capela Nossa Senhora da Escada³⁰⁴. Esta última informação difere daquela fornecida pela documentação do período holandês, referente ao orago dessa capela. Já que, os holandeses mencionam Nossa Senhora da Penha como Santa padroeira do engenho, enquanto que na documentação citada acima, Nossa Senhora da Escada é mencionada como Santo de invocação da capela.

3.4.1 – Capela de Nossa Senhora da Penha

A capela, localizada nas seguintes coordenadas de GPS (0264881 / 9074334), do engenho Maranhão possui características arquitetônicas que há poderiam inserir no grupo de capelas classificadas por Geraldo Gomes, como Gupo II o qual, por sua vez, detém as seguintes características: “*a) possuem uma nave, capela-mor, sacristia e coro; e b) têm uma ou duas galerias laterais cobertas e contíguas à nave*”³⁰⁵. A capela do

³⁰¹ SCHOTT, op. cit., p. 47. In: DANTAS, op. cit., 2004. p. 77.

³⁰² **Breve discurso sobre o Estado das quatro capitâneas conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil**. p. 83. In: DANTAS, op., cit. p. 113.

³⁰³ DUSSEN, op. cit., p. 142. In: DANTAS, op. cit., 2004. p. 172.

³⁰⁴ Regizto de huma carta...op. cit., 7-5-1770. In: LIVRO, op. cit., (1733-1808), folhas 360 e 360v. IAHGP.

³⁰⁵ GOMES, op. cit., 1997. p. 221.

engenho pode ainda ser inserida no subgrupo classificado pelo autor como II-C que caracterizam-se por ter “*duas galerias laterais fechadas, uma de cada lado da nave que funcionavam como verdadeiros corredores que onde se localizam as escadas de acesso ao púlpito e ao coro*”³⁰⁶ como parece ser o caso da capela de Ns^a da Penha.

Essa capela em sua fachada possui três portas de acesso ao seu interior, sendo uma central que dá acesso à nave e duas portas laterais que dão acesso às galerias laterais da capela que são fechadas. Há ainda, a presença de um coro no segundo pavimento da capela feito em madeira de lei, cujo acesso se dá pelos dois corredores das galerias laterais à nave. Nota-se ainda a existência de uma sacristia aos fundos no seu lado direito. Além de uma espécie de câmara mortuária com a presença de diversos túmulos parietais ali inseridos. Frisamos que dentre os engenhos visitados durante as pesquisas de campo nenhuma das capelas, que neles ainda havia, foi constatado a ocorrência de tantos túmulos conservados em uma mesma capela. A propósito, a única capela, além da de Nossa Senhora da Penha onde foi constatada a presença de enterramentos no seu interior, foi na capela de São Cosme e Damião no engenho Tapera com apenas uma ocorrência.

Por outro lado, a partir da observação poderia dizer que a construção tem frontão triangular com pináculos inseridos e um cruzeiro inserido no eixo central do seu frontão. Tem ainda, janelas interditadas na altura do coro e telhado feito em duas águas com treliças de madeiras. E que, por sua vez, teve a sua cobertura primitiva, certamente em telhas do tipo canal de cerâmica, substituído na altura da nave e galerias, por uma cobertura feita por telhas de amianto.

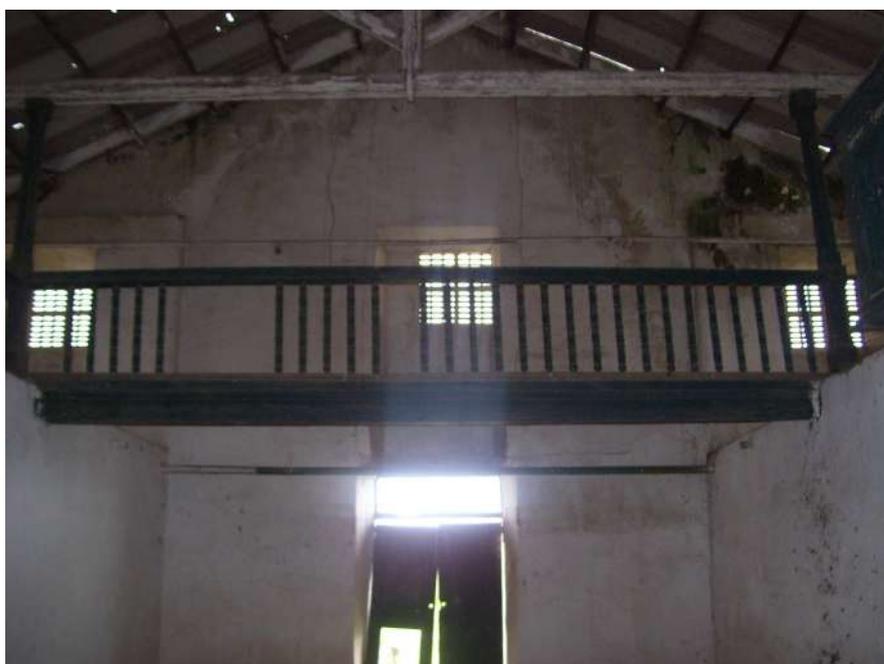
³⁰⁶ Idem, p. 222.

Foto27- Fachada da capela de Nossa Senhora da Penha - Detalhe do seu frontão – Engenho Maranhão



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE /Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto28 – Coro da capela -Detalhe das duas galerias laterais



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE /Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto 29 – Alta em Madeira em estado avançado de deterioração



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE /Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto 30 – Detalhe da Sineira



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE /Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto 31– Câmara onde estão os túmulo - Detalhe da Seteira ao fundo.



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE /Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto 32 - Área posterior a nave, onde esta localizada a sacristia e os túmulos – Detalhe dos contrafortes



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE /Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

3.5 – Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Oiteiros de Maracaípe

A referência mais antiga de que temos notícia a respeito dessa capela diz respeito a uma documentação, mencionada por Pereira da Costa, datada 19 Novembro de 1632 e que dava conta de que Francisco Dias Delgado homem nobre e da principal gente da terra, segundo as palavras de frei Jaboatão e sua esposa D. Catarina Morena. Ambos ricos e prestigiados donos de engenhos e terras em Ipojuca, dentre eles o engenho Trapiche e no Cabo que em testamento vincularam à sua propriedade em Porto de Galinhas a capela de Nossa Senhora da Conceição, capela cujo altar fora construído e ordenado as suas custas em troca de se rezar duas missas por semana em intenção de suas almas. No documento transcrito por Pereira da Costa consta ainda que, o casal tinha jazigo perpétuo para si, seus herdeiros e sucessores na referida capela. Sabe se também, através desse documento que naquela época, como nos dias de hoje, a capela era administrada pelos religiosos da Igreja do convento de São Francisco,³⁰⁷.

A capela de Nossa Senhora da Conceição poderia ser classificada de acordo com o método adotado por Geraldo Gomes como pertencente ao Grupo II-A que constitui se de capelas com a seguinte característica: *“possuem uma só galeria, que serve essencialmente para cobrir a escada de acesso ao coro”*³⁰⁸.

A capela localizada nas seguintes coordenadas de GPS (0277226 / 9057278) está inserida numa área conhecida como Oiteiros de Maracaípe e está vinculada, ao menos, desde o século XVII ao convento de Santo Antônio em Ipojuca. Entretanto, a construção atual é datada de 1780. A capela detém as seguintes características básicas: possui base elevada; paredes externas e internas feitas de tijolos maciços, emboço e pintura. Na sua parede lateral direita há uma porta de acesso à capela em forma de arco pleno que sofreu intervenções no passado com introdução de uma verga que modificou sua característica original. É composta ainda, de uma única porta de entrada na fachada e duas janelas na altura do coro; possui frontão triangular com pináculos nas suas extremidades, e um cruzeiro no eixo central da fachada. Detém ainda, um cruzeiro feito em tijolos maciços, no pátio interno da mesma; possuindo ainda uma sineira sobre o muro do cemitério que está anexado à parede da sua lateral direita. A capela é a única da região com cemitério ao lado em estilo barroco estando implantada, ainda, em um local com grande potencial paisagístico de onde se pode contemplar as praias de Porto de

³⁰⁷ COSTA, op. cit., 1952. vol. 2:609.

³⁰⁸ GOMES, op. cit., 1997. p. 221.

Galinhas, Maracaípe, Serrambi e a Ilha de Santo Aleixo, fato esse que justifica o nome do local onde o imóvel está inserido. Durante as pesquisas de campo constatamos que o imóvel passou por algumas intervenções recentemente que resultaram na retirada do seu coro e na substituição do madeiramento e telhas da sua cobertura.

Ainda na localidade, exatamente no sopé da meia encosta que dá acesso à capela de Nossa Senhora da Conceição existe uma construção chamada de “casa de retiro dos padres do convento de Santo Antônio de Ipojuca”³⁰⁹, locada nas seguintes coordenadas de GPS (0270757 / 9067209), segundo informações levantadas a moradia era utilizada pelos religiosos em ocasião festivas, solenes e para retiro espiritual. A ida dos religiosos ao local se dava em ocasiões onde, se queria a presença daqueles sacerdotes a fim de ministrar sacramentos na capela de Ns^a da conceição no Oiteiros. O imóvel, por sua vez, possui telhado feito em quatro águas com cobertura feitas com telhas do tipo canal. Já as suas paredes externas são feitas em tijolos maciços e pedras de rachões de riólitos; em seu interior as suas paredes internas são feitas com materiais construtivos diversos havendo alguns trechos feitos em taipa de mão e tijolos maciços. Além de possuir na sua parte posterior uma espécie de torre de vigília, feita em taipa de mão, rachões de riólitos e tijolos maciços, que faz lembrar as casas-fortes construídas pelos colonos nos primeiros tempos da colonização.

³⁰⁹ A esse respeito ver foto na página n°. 175.

Foto 33 – Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Oiteiros de Maracáipe – Detalhe da Sineira, Cruzeiro e portão de acesso ao Cemitério no canto direito da imagem



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE /Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto 34 – Interior da capela – Detalhe dos nichos das imagens.



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE /Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto 35 – Vista, a partir do Altar-mor, da nave – Detalhe do local onde havia o Coro e Forro da capela



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE /Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Foto 36 – Casa de retiro dos padres do convento de Santo Antônio de Ipojuca – Detalhe da torre



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE /Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Em todas as construções aqui referidas nota-se a presença de materiais distintos empregados em suas concepções. Onde seus executores lançaram mão dos materiais construtivos disponíveis oferecidos por aquele meio para tocar essas obras. Por outro lado, percebe-se que os materiais mais resistentes eram empregados em construções que detinham um maior valor simbólico no conjunto daquela sociedade como era o caso das casas-grandes, capelas e até mesmo das moitas. Já no caso das senzalas ou arruados, como os imóveis aqui arrolados foram chamados, notasse que a essas habitações eram aplicadas as técnicas e materiais construtivos mais precários. O que não impedia que em alguns casos, como no caso do arruado do engenho Trapiche aqui citado, não fossem aplicados materiais construtivos mais duráveis como os rachões de riólitos e tijolos maciços.

Por outro lado, observa-se que as construções mais alinhadas com os interesses dos grupos que ditavam as regras naquele espaço tinham um tratamento diferenciado. Pois apesar da simplicidade da técnica construtiva empregada em algumas delas, percebe-se o cuidado no acabamento dessas construções como no caso da capela de Cosme e Damião no Engenho Tapera e na capela de Santa Luzia do engenho Tabatinga cujo frontão possui volutas em forma de serpentes. Indicando assim que além do local privilegiado, geralmente escolhido para a implantação dessas construções havia todo um cuidado em torno dessas construções. O que certamente tenha íntima relação com o papel simbólico atribuído a cada uma dessas construções, segundo os valores políticos, sociais, econômicas e religiosos que permeavam o mundo dos engenhos açucareiros. Pois, todos, nos mais diversos seguintes daquela sociedade deveriam dar a sua parcela de contribuição com vistas a manter uma aparente ordenamento daquela sociedade, segundo os princípios barrocos que fomentavam a cosmo visão de mundo das pessoas e instituições que ditavam as normas naqueles espaços no passado.

Considerações Finais

O trabalho do historiador não é uma tarefa fácil de se realizar, pois, trazer para o campo da discussão historiográfica o debate em torno da formação histórica e social da freguesia de São Miguel do Ipojuca foi uma das tarefas mais difíceis que realizamos até o momento. Já que não se tratava apenas de construir um enredo em torno de algo já conhecido, mas, sim, empreender a partir de fontes escassas, dispersas e às vezes desconexas, um trabalho que pudesse ter ao mesmo tempo cientificidade e inteligibilidade. E que pudesse apresentar a comunidade acadêmica, da qual fazemos parte, algo novo e que pudesse fomentar vigorosos debates entorno dos estudos voltados para o entendimento da colonização portuguesa no Novo Mundo.

Por outro lado, percorrer e construir os enredos históricos a partir de pequenos fragmentos encontrados aqui e acolá, foi algo penoso e gratificante ao mesmo tempo. A cada palavra e frase escrita em nosso texto, onde observamos seu encaixe em perfeita sintonia, a percepção era de que algo novo estava sendo construído. E isso nos impulsionava a continuar, pois a ideia de trazer Ipojuca para o campo do debate acadêmico fazia-nos acreditar que isso, por si só, valia os esforços e energias gastas no decorrer desse processo.

Esclarecemos, todavia, que não temos a pretensão de esgotar a discussão entorno da constituição histórica da freguesia de São Miguel do Ipojuca através desta dissertação, ou seja, foge de nossas pretensões acadêmicas esgotar esse tema, pois temos consciência de que ele carece mais estudos por parte de nossos historiadores. Entretanto, esperamos por meio desta pesquisa histórica dar algumas contribuições que possam embasar novas reflexões acadêmicas e que possam viabilizar o surgimento de novas pesquisas sobre a América portuguesa, onde importantes regiões para o entendimento de nossa história, como Ipojuca, não constem apenas nas notas de rodapé de pesquisas acadêmicas que transitam na órbita de áreas já consagradas pela nossa historiografia. Torcemos até mesmo para que de alguma forma este trabalho possa repercutir em nossa sociedade e, quem sabe, possa chegar até mesmo nos livros didáticos e alcançar ao grande corpo estudantil que compõem as nossas escolas públicas e privadas.

Dito isto, podemos dizer que o período conhecido como colonial na América portuguesa instiga estudos acadêmicos em diversas áreas do conhecimento desde muito

tempo; historiadores, antropólogos, geógrafos, arqueólogos entre outros cientistas que buscam neste tema informações que possibilitem interpretações e identifiquem heranças culturais. Muito se tem produzido sobre o assunto, a atual região Nordeste do Brasil ao longo do tempo tem tido uma atenção especial dos pesquisadores, dada à importância desta área à época colonial, sobretudo áreas mais prósperas das terras do Brasil como Pernambuco e Bahia, onde se instalaram importantes núcleos urbanos, políticos e econômicos da colônia e que materializavam simbolicamente os poderes da Coroa portuguesa, das elites locais e suas instituições.

Mas, mesmo em Pernambuco, os estudos se concentraram, na maior parte das vezes, em áreas já sacramentadas historicamente pela historiografia como Igarassu, Goiana, Olinda, Recife e até mesmo sobre a área do Cabo de Santo Agostinho, não havendo desta forma, trabalhos historiográficos aprofundados que abarcassem a problemática da formação social, econômica e cultural de freguesias como a de São Miguel do Ipojuca, por exemplo. Apesar de, desde meados do século XVI, existir várias referências àquela freguesia, sobretudo na cartografia da época e nos relatos de cronistas e viajantes do período, já apresentadas no corpo do texto, que faziam menção a localidades como Ilha de Santo Aleixo, Porto de Galinhas, Suape, Serrambi e Maracaípe, as quais integram até os dias de hoje o território político-geográfico de Ipojuca.

E é justamente essa a discussão que pretendíamos trazer neste trabalho, ou seja, discutir como a freguesia de São Miguel do Ipojuca, a partir da análise de seus aspectos geográficos, econômicos, políticos, religiosos e até mesmo arquitetônicos, se consolidou enquanto uma das mais importantes zonas açucareiras da capitania de Pernambuco. Para tanto, buscamos discutir Ipojuca nos seus mais diversos aspectos socioculturais, não a descontextualizando, todavia, do seu contexto regional. Poderíamos dizer ainda que, esta proposta de trabalho se configurou como uma verdadeira odisseia histórica, já que adentramos em muitas discussões que julgamos necessárias ao entendimento e contextualização de Ipojuca enquanto objeto de análise histórica.

Assim, no intuito de obter êxito neste propósito, discutimos quais os atrativos da Mata Úmida, região onde Ipojuca está inserida, que atiraram os ânimos da sociedade colonial pernambucana e da própria Coroa portuguesa ao longo dos séculos XVI ao XVIII; buscamos ainda, discutir os interesses políticos e econômicos envolvidos nas guerras de conquista da Mata Úmida; situando ainda, quais os grupos sociais que tiveram predileção para se inserirem naquela região enquanto grandes lideranças

políticas e econômicas; assim como entender qual a relação entre o tráfico negreiro e a consolidação dos povoados e engenhos açucareiros em Ipojuca e freguesias vizinhas; não deixando inclusive de discutir o papel estratégico que a Igreja teve nesse processo.

Desta forma, todo esse panorama histórico foi traçado com vistas a embasar a discussão entorno de Ipojuca enquanto importante zona produtora de açúcar da capitania de Pernambuco, além buscar compreender qual o relação simbólica existente entre as construções daquele espaço e o tipo de sociedade que ali havia se desenvolvido.

Buscamos assim, a partir de uma discussão maior, adentrar na questão do desenvolvimento histórico de Ipojuca por meio de um recorte geográfico e cronológico que julgávamos cruciais para o entendimento daquela área. Partindo assim, do macro para o micro. Por outro lado, atrelada a essa discussão buscamos discutir o processo de constituição de alguns de seus engenhos açucareiros traçando uma relação entre eles e a cultura material produzida naqueles espaços, cujos vestígios de maior destaque estariam justamente nas construções concebidas para atender às necessidades não só produtivas, mas, também coercitivas, disciplinadoras, religiosas, de moradia e que também acabaram se configurando naquele tipo de sociedade como espaços de sociabilidade e doutrinação ideológica que justifica e resguarda o tipo de sociedade elitista que ali havia se constituído.

A nossa abordagem em relação ao objeto aliou pesquisas documentais, iconográficas, cartográficas, tabelas, cultura material, leituras bibliográficas e trabalhos de campo que contemplaram diversas localidades do município de Ipojuca. Desta forma, foi possível construir uma perspectiva mais ampla sobre o objeto, relacionando os dados dos documentos aos aspectos ainda perceptíveis hoje sobre a configuração atual dos antigos povoados de Ipojuca e seus engenhos. Por outro lado, as pesquisas de campo, nos possibilitaram empreender uma análise mais sistemática a respeito da disposição espacial de muitos de seus engenhos, assim como dos partidos arquitetônicos ainda existentes em Ipojuca, como também em outras localidades da Mata Úmida. Buscando assim, através de um método comparativo perceber os distanciamentos e similaridades entre Ipojuca e áreas circunvizinhas.

As pesquisas em torno da freguesia de São Miguel do Ipojuca, por sua vez, nos indicaram que Ipojuca possuía um intenso comércio, produção de açúcar e derivados, produção de víveres e uma população urbana bastante significativa se comparada a outras áreas da Mata Úmida ou mesmo de outras regiões da América portuguesa. Mostram-nos ainda que de suas terras, tidas como uma das mais férteis da capitania de

Pernambuco e suas anexas, se retiravam grande soma de riquezas que serviam para alimentar a fama de rica freguesia que Ipojuca desfrutava no passado. Desta forma a, aparente, prosperidade de Ipojuca fica bastante latente quando comparamos o crescimento de sua população urbana e a sua produção açucareira com outras freguesias da região, como as de Santo Amaro do Jaboaão, Santo Antônio do Cabo e Sirinhaém. Esses dados nos indicam que, enquanto em Ipojuca a sua população crescerá em proporções geométricas houve uma estagnação da população urbana nas outras freguesias vizinhas citadas acima. Por outro lado, a logística portuária de Ipojuca e de seu entorno demonstra bem o contexto de intensa atividade social e econômica em que Ipojuca estava inserida e da qual seus grupos privilegiados sabiam tirar proveito.

Por fim, tentamos, por meio deste trabalho, demonstrar os diversos aspectos de uma mesma narrativa histórica, ou seja, buscamos inserir Ipojuca no seio da discussão acadêmica acerca da América portuguesa. Sendo a sua trajetória histórica traçada a partir dos interesses mais diversos que se coadunavam naquele espaço. Desta forma, buscamos traçar não só as trajetórias seguidas pelas elites da capitania de Pernambuco e Ipojuca com vistas a atender aos seus interesses político-econômicos naquela freguesia, mas, também por em relevo mesmo que de maneira pálida a ação de outros grupos sociais inseridos naquele espaço.

Todavia, esclarecemos que a nossa pesquisa termina com mais dúvidas do que certezas, pois a vida prática é mais complexa do que a história que se escreve sobre ela, pois o teatro das ações humanas não é um palco de cartas marcadas, mas um campo de lutas, negociações, alianças, disputas e acima de tudo um lugar onde se demarcam territórios visíveis ou não, mas que, têm a primazia de influenciar as nossas ações e até mesmo ditar quais os sonhos e medos que devemos cultivar dentro de nós. Portanto, a vida prática é um lugar de lutas contínuas como parece ter sido a vida dos agentes históricos que transitaram ao longo desta narrativa e como também deve ser a vida de todos nós, seres humanos.

Referências Bibliográficas e Fontes

Mapas e Gravuras

Atlas Vingboons. Johanes Vingbonn. Séc. XVII. **Carta Marítima Correta da Costa e Vista Geral da Capitania do Brasil**. Papel aquarelado c.a 1660. 47,8 x 69 cm. Acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Cabo Santo Agostinho – 1634. "Caertien vande Cabo st. Augustin en t'Eylant nu genaemt Walcheren" Original manuscrito, pertencente ao Stadsarchief Gemeente Deventer, anexo a uma carta de 10 de junho de 1634.

Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil, Atlas de 1640 de João Teixeira Albarnez. PORTUGALIAE MONUMENTA CARTOGRAFICA, vol. IV; ALBARNEZ, João Teixeira. Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz chamado vulgarmente o Brasil - [s.l. : s.n.], D.L. 2000. - Ed. fac-símil.: Grafispaço - Centro Editorial Gráfico. In: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – 1640 – PT /TT /CRT /162 – m- 0116 - litoral sul de PE.

Mapa Descritivo da disposição espacial dos antigos engenhos e capelas de Ipojuca
In: Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Ipojuca – PE.

TEIXEIRA, Luís. **Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o Cabo Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães**. Lisboa: Talgo, Biblioteca da Ajuda, 1988. Edição fac-similar do manuscrito da Biblioteca da Ajuda

Serinhaim 1647 – Gravura que ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS - 1647), estampa nº 12. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Fontes Digitais

www.portaldocabo.com.br

www.cprm.gov.br

www.agencia.cnptia.embrapa.br

www.apac.pe.gov.br

www.ihgrpgr.org.br

Fontes Primárias

ANTONIL, André João, 1649 ou 50-1716. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. Edição fac-similar.

BARLAEUS, Gaspar Van. **HISTÓRIA dos feitos recentemente praticados durante oito anos no BRASIL** e noutras partes sob o governo do ilustríssimo JOÃO MAURÍCIO CONDE DE NASSAU ETC, ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange. Rio de Janeiro: serviço gráfico do Ministério da Educação, 1960.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e Latino: 1712-1727** Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. – organização e introdução de José António Gonsalves de Mello – 1ª Edição. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997.

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. – Transcrição, introdução e notas de Ana Maria de Azevedo - São Paulo: Hedra, 2009.

Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares. Lisboa, 7/1/1645. In: **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa** compilada por José Justino de Andrade e Silva, vol. de 1640 a 1647, p. 271 e 272.

Confissões de Pernambuco, 1594-1595: primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Editadas por José Antônio Gonsalves de Mello *Documentos para a história do Nordeste*. vol. 3. Editora Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1952. Vols. 1 a 10.

_____. **Origens Históricas da Indústria Assucareira em Pernambuco**. Recife. nº. 1 e 2, 1945-1951.

_____. **Vocabulário pernambucano**. – Coleção pernambucana. Recife: Editora do Brasil, Vol 2. 1976.

Documentação Histórica Pernambucana: SESMARIAS. Secretária de Educação e Cultura – Biblioteca Pública. Vol I. Recife, 1954.

COUTO, Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1904.

DUSSEN, Adriaen Jacobsz van der. **Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil**, apresentado pelo senhor Adrian van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640.

FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia**: História da Guerra Brasília; Viagem da Armada da Companhia de Comércio e Frotas do Estado do Brasil/ Francisco de Brito

Freire; [produção e organização Murilo de Andrade Lima Lisboa. Ed. Atual. Ver / por Paula Maciel Barbosa]. São Paulo? Beca Produções Culturais, 2001.

GANDAVO. Pero de Magalhães. **História da Província Santa Cruz**. – Introdução e notas Ricardo Martins Valle e Clara Carolina Souza Santos – São Paulo: Hedra, 2009.

Regizto de huma carta e **Rellação dos Engenhos, e suas Dominaçoens [sic] comprehendidos na freguezia de Ipojuca** do termo desta Villa remettida a este Sennado pello Regente da mesma Francisco Coelho Negromonte 7-5-1770. Livro de Registro de Cartas da Câmara Municipal do Recife (1733-1808), folhas 360 e 360v. Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

REVISTA DO **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**. Recife: 1978. Vol. L.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. Curitiba: Juará, 2009.

SCHOTT, Willem. **Inventário, na medida do possível, de todos os engenhos situados ao sul do rio da Jangada até o rio Una**, feito pelo Conselheiro Schott.

SMITH, Robert C. O **Caráter da Arquitetura Colonial do Nordeste**. In: Estudos Brasileiros, ano II, vol. IV. nº. 10 (Rio de Janeiro, 1940). In: **IGREJAS, CASAS E MÓVEIS**: aspectos de colonial brasileira. MEC- UFPE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1979.

SOUZA, Gabriel Soares. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Comentários de Adolfo Varnhagen. Recife. Recife: Ed. Massangana. 2010.

Traslado do Rendimento das Pensões, Redízima e Vintena e outras coisas mais que esta capitania de Pernambuco pagava ao Donatário Dom Miguel Portugal. 04 de Agosto de 1655.

VERDONCK, Adriaen. **Memória oferecida ao Conselho Político de Pernambuco** por Adriaen Verdonck em 1630.

_____ **Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande** segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630.

WILLEKE, Frei Venâncio. **Convento de STº. Antonio de Ipojuca**. Separata da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vol. 13. Rio de Janeiro, 1956.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil/ J. Capistrano de Abreu**. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier. **A remuneração de serviços da Guerra Holandesa**: A propósito de Sermão do Padre Viera. UFPE, Recife: Imprensa Universitária, 1968.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Tratado dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **História de Gente sem Qualidade**: mulheres de cor na capitania de Pernambuco no século XVIII. In: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson (orgs). **História da Escravidão em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **PIRAPAMA**: um Estudo Geográfico e Histórico. Recife: Editora Massangana, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste** – Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. Recife: Universitária / UFPE, 1998.

_____. **A Civilização do Açúcar**. In: QUINTAS Fátima (Org). A civilização do açúcar. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

_____. **História das Usinas de Açúcar de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1989.

ARRUDA, Fábio. **Relação dos engenhos coloniais da capitania de Pernambuco**. Levantamento genealógico e histórico. Alagoas, 2005.

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo. **O Estado colonial na sociedade açucareira pernambucana**. In: Clio Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-2, 2008.

BARCELOS, Fábio. **A importância institucional da Coroa portuguesa na formação da agricultura brasileira durante o período colonial**. In: Cadernos Mapa n. 1: Memória da Administração Pública Brasileira Casa Civil – Presidência da República: Arquivo Nacional, 2010.

BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil** / German Bazin; tradução Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956.

BICALHO, Maria Fernanda B. “**As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império**”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 15ª. edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. Lisboa: Ed. 70, 2011.

_____. **Os Holandeses no Brasil: 1624-1564**. Recife: Cepe, 2004.

BURKE, Peter. “**A cultura material na obra de Gilberto Freyre**”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. [Orgs.]. O imperador das ideias. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho/Topbooks, 2001. In: QUINTAS, Fátima (org) A civilização do açúcar. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson (Orgs). **História da Escravidão em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CAVALCANTE, Lenivaldo. **Pernambuco e o medo dos Clubes de França: O caso do Le Diligent (1792–1793)**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFRPE/DEHIST, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci: **patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. – São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009

CAZZETA, Miriam. Petroquímica Suape: EIA-RIMA da Planta de PTA: **Diagnóstico histórico e cultural**. Recife, abril 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. **O Mundo como Representação**. In: Revista das revistas. Estudos Avançados 11 (5), 1991.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4ª. edição. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

CUNHA, Elba Monique Chaga da. **Sertão, sertões: colonização, conflitos e História Indígena em Pernambuco no período pombalino (1759 –1798)**, 2013. 135 páginas. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2013

DANTAS, Leonardo Silva. **O Açúcar no Brasil Holandês**. In: **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira I** [textos editados por] José Antônio Gonsalves de Mello; organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva; apresentação Dorany Sampaio. - 2. ed. -Recife : CEPE, 2004.

_____. **Pioneiros da Pesquisa Histórica em Pernambuco**. In: Ci & Tróp., Recife, v. 25,n. 2,p. 261-280, jul/dez., 1997.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. **A História ambiental: temas, fontes e limites de pesquisa**. In: Estudos Históricos, vol. 4, n. 8, 1997.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol. 1. São Paulo: Globo, 1996.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Açúcar e Colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. **Pobres do Açúcar** Estrutura Produtiva e Relações de Poder no Nordeste Colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). História Econômica do Período Colonial. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Ed. da USP/Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. São Paulo: editora brasiliense, 1988.

FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão as comunidade remanescentes [1532-2004]**. 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UERJ; Minc – Iphan, 2005.

FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. **“NOBREZA DA TERRA” – Representações do poder no Pernambuco colonial**. In: SILVA, Kalina Vanderlei (Org.) Ensaios Culturais sobre a América Açucareira / Kalina Vanderlei Silva.– Recife: GEHSCAL, Vol. I, 2006.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591-1808)**. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Artigos de jornal**. Recife: Edições Mozart, [s.d.]. p. 82). In: QUINTAS, Fátima. (org). A civilização do açúcar. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

_____. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. **Nordeste: aspectos sobre a influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7ª Ed.- São Paulo: Global, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar (Org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 7ª. edição. São Paulo: Contexto, 2012.

GALLAS, Alfredo O. G. **O Brasil holandês: a família Nassau: moedas e medalhas / Alfredo O. G. Gallas, Fernanda Disperati Gallas**. – São Paulo: Ed. do Autor, 2009.

GENNARI Emilio. **Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

GONÇALVES, Regina Cecília. **O Capitão-Mor e o Senhor de Engenho**: os conflitos entre um burocrata do rei e um ‘nobre da terra’ na Capitania Real da Paraíba (Século XVII).- Este artigo sintetiza alguns argumentos e conclusões de nossa tese de doutorado intitulada *Guerras e Açúcares: Política e Economia na Capitania da Paraíba (1585-1630)*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, no ano de 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol 2, Tomo I e II A ÉPOCA COLONIAL: administração, economia, sociedade / por Aziz N. Ab’Saber...[et al] introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda 10ª ed. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HERKENHOFF, Paulo (org). **O Brasil e os Holandeses, 1630-1654**. – Texto de José Antônio Gonsalves de Mello. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

HESPANHA, António Manuel. **A constituição do império português** : revisão de alguns enviesamentos correntes. Disponível em: <http://www.hespanha.net>. Acesso em: 31 jan.2007a.

ILHERING, Rodolpho von. 1914. **George Marcgrave**: o primeiro sábio que veio estudar a natureza do Brazil — 1638 a 44. Revista do Museu Paulista, vol. IX.

KAUFMAM, Tânia. **A Memória Judaica no mundo do Açúcar**. p. 160-174. In: QUINTAS, Fátima (Org). *A civilização do açúcar*. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

KNAUSS, Paulo. **Brasil**: uma cartografia. / Paulo Knauss; Claudia Ricci, Maria Pace Chiavari. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

LAGO, Bia Corrêa. **Frans Post e o Brasil Holandês na Coleção do Instituto Ricardo Brennand**. Recife, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª edição. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

_____. **A História Nova**. 5ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARANHÃO, Paulo. **Cana-de-açúcar e Engenho banguê colonial**. Recife: Comunigraf, 2003.

MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. **Entre Lajedos e Lagoas**: formação territorial, habitações e bens culturais do povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco 1775-1835. 2012. 144 páginas. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2012.

MELLO E SOUZA, Laura de (Org) **História da vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras. 1997. (História da vida privada no Brasil; 1).

MELLO, Evaldo Cabral. **A Fronda dos mazombos**: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. **O bagaço da cana**: os engenhos de açúcar do Brasil holandês. 1ª Edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Gente da Nação**: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654/ José Antonio Gonsalves de Mello; apresentação de José E. Mindlin. – 2. Ed.- Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

MELLO NETO, Ulisses Pernambucano de. **Cabo de Santo Agostinho e a Baía de Suape**. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Recife, 1981.

MENEZES, José Luiz da Mota. **Casa-grande, Capela e Senzala**. In: QUINTAS, Fátima (Org.). A civilização do açúcar. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

MESGRAVIS, Laima. **A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial**. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). Historiografia brasileira em perspectiva. 7ª. edição. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **Elite e Poder**: entre o antigo regime e o liberalismo. 2ª Ed. Lisboa: ICS, 2007.

NOVAIS, Fernando. **Condições da privacidade na colônia**. In: MELLO E SOUZA, Laura de (org) História da vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

PERSEZ, Jean-Marie. **História da Cultura Material**. In: LE GOFF, Jacques (Org). A História Nova. 5ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POSSAMAI, Paulo César (org). **Conquistar e Defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil. – São Leopoldo: Oikos, 2012.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

QUINTAS, Fátima. **Cana, Engenho e Açúcar**. In: QUINTAS, Fátima (Org.). A civilização do açúcar. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas**: Monarcas, vassallos e governo a distancia. São Paulo: Alameda. 2008.

RAMOS, Artur. **As culturas negras no Novo Mundo**. 5ª ed. – São Paulo: Editora Nacional, Brasília, 1979.

RIBEMBOIM, José Alexandre. **Senhores de engenho judeus em Pernambuco colonial**. 1542-1654. 20 Comunicação e Editora, 1998.

RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro**: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. São Paulo: HUCITEC, 1976.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. 1ª parte Historiografia Colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional / MEC, 1979.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Josué Lopes dos. **Organização Portuária da Ilha de Itamaracá entre os Séculos XVI e XVII**: Articulações inter-regionais e internacionais. 2013. 139 páginas. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia / Milton Santos, em colaboração com Denise Elias. – 6ª Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Shirlei Martins. **Reconhecendo os Engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo**: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII. 1995. 167 páginas. Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Bruno. **“Fabricando” Identidades**: Domingos Loreto Couto, Vida e obra de um cronista Luso-Brasileiro no Pernambuco de Meados do Século XVIII. Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense In: Revista Cantareira. Issn:1677-7794. 2012

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Engenho sim, de açúcar não**: o engenho de farinha de Frans Post. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.61-83, jan/jun 2009.

SOUZA, George Felix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710 – 1822)**. 2007. 698 páginas. Tese – *Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Hisórica*. Salamanca, 2007.

SOUZA, Laura de Mello. **Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial**. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 7ª. edição. São Paulo: Contexto, 2012.

TAPAJÓS, Vicente. **A política administrativa de d. João III**. Rio de Janeiro: DASP – Serviço de Documentação, 1966 (*História Administrativa do Brasil*, 2).

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. RAP. Rio de Janeiro 40 (1): 27-55, Jan. / Fev. 2006.

TOLEDO, Vera Vilhena; GAUCHO, Cândida Vilares. **Verdes Canaviais**. São Paulo, Ed Moderna, 1996. 14-15.

WEBER. Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 2. Brasília, Editora UnB, 1999.

WEIMER, Günter. **Inter-Relações Arquitetônicas Brasil-África**. In: Pronunciamento de posse como membro efetivo do IHGRGS em 28 Maio, 2008 – Porto Alegre, 2008.

WIZNITZER, Arnold. **Os judeus no Brasil colonial**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.